UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós Graduação em História Social

UNIVERSITE DE PARIS 1 – PANTHEON SORBONNE
Centre d'Histoire Sociale du XXème Siècle

ANGÉLICA MÜLLER

**A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o
regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública
(1969-1979)**

DOUTORADO EM HISTÓRIA SOCIAL

SÃO PAULO

2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós Graduação em História Social

UNIVERSITE DE PARIS 1 – PANTHEON SORBONNE
Centre d'Histoire Sociale du XXème Siècle

ANGÉLICA MÜLLER

**A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o
regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública
(1969-1979)**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e do Centre d'Histoire Sociale du XXème Siècle de l'Université de Paris 1 – Panthéon Sorbonne como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em História Social, sob a orientação da Professora Doutora Maria Helena Rolim Capelato e coorientação do Professor Doutor Michel Pigenet.

SÃO PAULO
2010

MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e ao Centre d'Histoire Sociale du XXème Siècle de l'Université de Paris 1 – Panthéon Sorbonne, para obtenção do título de Doutor em História Social.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Helena Rolim Capelato

Instituição: USP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. Michel Pigenet

Instituição: Paris 1

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. Bruno Groppo

Instituição: CNRS

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. Marcos F. Napolitano de Eugênio

Instituição: USP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. Francisco C. Palomanes Martinho

Instituição: USP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

À minha avó, Herta Müller, pelo exemplo de mulher.

AGRADECIMENTOS

Agradecer uma longa jornada, que ultrapassa os quatros anos de maturação e produção de uma tese não é tarefa das mais simples. São muitas as pessoas que contribuíram nesse caminho e meu agradecimento a todas elas não poderia ser expresso em poucas linhas. Mas a tentativa será de agradecer boa parte dessas pessoas (e instituições) que se fizeram essenciais para esta tese que aqui apresento.

À CAPES, pela bolsa de doutorado e pela bolsa que me proporcionou a cotutela.

A toda a minha família, pelo carinho de sempre, em especial à minha mãe Dalva, por sempre me incentivar a ir além.

A Maria Helena Rolim Capelato, orientadora da academia e da vida.

Ao meu coorientador Michel Pigenet, por aceitar este desafio, pela gentileza e atenção com que sempre dispensou aos meus pedidos.

A Marcos Napolitano, pela dedicação, pelas trocas, sugestões, enfim, pelo acompanhamento durante toda a gestação deste trabalho.

A Bruno Groppo, por me abrir as portas acadêmicas francesas e pelo auxílio durante esta tese.

A Francisco Palomanes Martinho, pelos incentivos, conselhos e amizade, bem como por aceitar fazer parte da banca.

A Ana Paula Goulart Ribeiro, pela amizade, pela confiança em meu trabalho e pela ajuda na reta final do doutorado.

A Roberta Fraenkel, pela amizade e pelo apoio.

À amiga e agora sócia Márcia Juliana, pela amizade que cresceu e fortaleceu ao longo desses quatro anos.

Às amigas Carla Siqueira e Tatiana Rezende Gante pelos incentivos, pelas trocas e pela ajuda durante todo este período.

Ao amigo Felipe Maia, por estar sempre aberto ao diálogo.

Ao amigo Renato Janine Ribeiro, especialmente pelo incentivo à cotutela.

Aos meus amigos que sempre me incentivaram, particularmente a Renato Novis.

Aos amigos que precisei atravessar o oceano para conhecer, em especial Ederson Moreira dos Santos, Solveig Gram Jensen, Marcelo Maciel Ramos, Valéria del Marco e Rafael Faraco Benthien, que compartilharam as dificuldades e as imensas alegrias de viver na Cidade Luz.

Aos amigos do GERME, em especial Jean Phillipe Leglois.

A Denis Rolland, pelo empenho em me ajudar nas pesquisas, durante minha estada na França.

A Michel Löwy e Phillipe Joutard, que me receberam em suas casas, para discussão desta tese.

A Cristophe Prochasson, Jacques Revel e Marie-Claire Lavabre, por abrirem seus cursos à minha participação e pela atenção às minhas demandas.

À Maison du Brésil, em especial sua diretora Inez Machado Salim, pela amizade e pela confiança.

Ao amigo Rodrigo Pezzonia, pela ajuda na pesquisa do acervo da Unicamp. No mesmo sentido, a Maurício Brito, no acervo da UFBA.

A Augusto Buonicore e Carlos Menegozzo, prontos a me ajudar, esclarecendo minhas dúvidas.

A Vladmir Oliveira da Silveira pela força, principalmente no início desta jornada.

Aos professores Maria Paula Araújo e Marcelo Ridenti, que contribuíram com indicações, teceram sugestões e fizeram reflexões durante a realização deste trabalho.

Ao professor Francisco Alambert, pelas indicações na banca de qualificação.

Aos amigos e colegas da USP, particularmente a Aline Beltrame, Flávio Trovão e Wagner Pinheiro Pereira.

A Flávia Perestrello, que me acompanhou nestes anos.

A todos os meus depoentes, por abrirem seus “arquivos”.

A todos os funcionários dos diversos arquivos em que realizei pesquisa.

Às técnicas na CAPES Nancy e Jussara, pela atenção e gentileza, estendido a Erlane de Cássia Mendes e a todos os funcionários da agência, sempre prontos a ajudar.

A Université de Paris 1 – Panthéon Sorbonne e seu Centre d’Histoire Sociale du XXème. Siècle, que aceitaram esta cotutela.

Ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo.

E, por fim, ao meu namorado Nicolas Bouziot, que me ensinou o significado das palavras companheirismo e amor.

RESUMO

MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. 2010. 267 p. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; Centre d'Histoire Sociale du XXème Siècle. Université de Paris 1 – Panthéon Sorbonne. São Paulo; Paris, 2010.

O presente estudo procura mostrar a importância do movimento estudantil (ME) brasileiro na resistência contra a ditadura nos anos 1970. A partir da promulgação do AI-5, em fins de 1968, a tese evidencia a continuidade do movimento, que apresentou diferentes propostas de resistência. Demonstra de que forma o ME inventou novas táticas e estratégias para se fazer representar na arena política, o que o permitiu que fosse o primeiro ator a retornar à cena pública em 1977, contribuindo, com os demais movimentos sociais, para a redemocratização do país. O trabalho ainda demonstra os esforços que os estudantes fizeram para manter sua representatividade associativa, mostrando também que tais esforços contribuíram para a reorganização da UNE, aos primeiros sinais de abertura do regime.

Palavras-chaves: Movimento estudantil – Resistência – Ditadura – Redemocratização – União Nacional dos Estudantes (UNE).

ABSTRACT

MÜLLER, Angélica. *The resistance of the Brazilian student movement against the dictatorial regime and UNE's return to the public stage (1969-1979)*. 2010. 267 p. Thesis (Doctor in Social History) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; Centre d'Histoire Sociale du XXème Siècle. Université de Paris 1 – Panthéon Sorbonne. São Paulo; Paris, 2010.

The object of final course work is to show the importance of the Brazilian student movement (ME) in the resistance against the dictatorship in the 1970's. From the promulgation of the Institutional Act Number Five (AI-5) by the end of 1968, the thesis evidences the continuity of the movement that presented different resistance proposals. It shows how the student movement invented new tactics and strategies to be represented in the political arena, what allowed it to be the first player to return to the public scenario in 1977, contributing, with the other social movements, for the redemocratization of the Country. The final course thesis further shows the efforts the students made to keep its associative representativeness, also showing that such efforts contributed for UNE's reorganization upon the first signs of opening of the political system.

Keywords: Student movement – Resistance – Dictatorship – Redemocratization – União Nacional dos Estudantes (UNE).

RÉSUMÉ

MÜLLER, Angélica. *La résistance du mouvement étudiant brésilien au régime dictatorial et le retour de l'UNE à la scène publique (1969-1979)*. 2010. 267 p. Thèse (Doctorat d'Histoire) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; Centre d'Histoire Sociale du XXème Siècle. Université de Paris 1 – Panthéon Sorbonne. São Paulo; Paris, 2010.

Le présent travail cherche à montrer l'importance du mouvement étudiant (ME) brésilien pour la résistance à la dictature des années 1970. En partant de la promulgation du AI-5 à la fin de 1968, la thèse met en évidence la continuité du mouvement qui a présenté de différentes propositions de résistance. On démontre comment le ME a inventé de nouvelles tactiques et stratégies pour se faire représenter dans le champ politique, ce qui lui a donné le rôle de premier acteur dans la lutte, et lui a également permis le retour à la scène publique en 1977, contribuant ainsi avec d'autres mouvements sociaux pour la redémocratisation du pays. La présente thèse révèle encore les efforts faits par les étudiants pour le maintien de leur représentativité associative, signalant que ces efforts ont contribué à la réorganisation de l'UNE aux premiers signes d'ouverture du régime.

Mots-clés: Mouvement étudiant – Résistance – Dictature – Redémocratisation – União Nacional dos Estudantes (UNE).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa
ADUSP – Associação de Docentes da USP
AEG – Arquivo Ernesto Geisel CPDOC
AEL – Arquivo Edgard Leuenroth
AEMEG – Associação dos Estudantes de Medicina do Estado da Guanabara
AI – Ato Institucional
ALN – Aliança Nacional Libertadora
AP – Ação Popular
APML – Ação Popular Marxista Leninista
APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
ARJ/SNI – Agência Regional do Rio de Janeiro/Serviço Nacional de Informação
ARSI – Agência Regional de Segurança e Informações do Ministério da Educação
BDIC – Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine
BNM – Projeto Brasil Nunca Mais
CA – Centro Acadêmico
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCA – Conselho de Centro Acadêmicos da USP
CCC – Comando de Caça aos Comunistas
CDPP – Comitê de Defesa do Preso Político do Brasil
CEB – Casa do Estudante do Brasil
CEDEM – Centro de Documentação e Memória da UNESP
CEDOC/UnB – Centro de Documentação da Universidade de Brasília
CEMAP – Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa
CEP – Centro de Estudos de Psicologia da UFMG
CISA-RJ – Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica/ Rio de Janeiro
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CONEG – Conselho de Entidades Gerais da UNE
CORQUI – Comitê de Reorganização pela Reconstrução da IV Internacional
COSEAS – Coordenadoria de Assistência Social da USP
CP – Conselho dos Presidentes dos Centros Acadêmicos da USP
CPC – Centro Popular de Cultura

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

CRUSP – Conjunto Residencial da USP

CU – Cidade Universitária

CUCA – Centro Universitário de Cultura e Arte

DA – Diretório Acadêmico

DAECA – Diretório Acadêmico de Economia, Contábeis e Atuariais da UFRGS.

DCE – Diretório Central de Estudantes

DEOPS – Departamento de Ordem Política e Social São Paulo

DGIE – Departamento Geral de Investigações Especiais

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna

DM – Ditadura Militar

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DSI/MEC – Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura

ECA – Escola de Comunicação e Artes da USP

EdUFSCAR – Editora da Universidade Federal de São Carlos

EDUSC – Editora da Universidade do Sagrado Coração

ENE – Encontro Nacional de Estudantes

ESALQ – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

FEFIERJ – Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro

FGV – Fundação Getúlio Vargas

Fundo DIAL – Diffusion de l’Information sur l’Amérique Latine

GAC – Grupo Anticomunista

GTP – Grupo de Teatro Politécnico

IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro

JB – Juventude Brasileira

JUC – Juventude Universitária Católica

LIBELU – Liberdade e Luta

MAU – Movimento Artístico Universitário

MCV – Movimento do Custo de Vida

MDB – Movimento Democrático Brasileiro
ME – Movimento Estudantil
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MEP – Movimento de Emancipação do Proletariado
MME – Projeto Memória do Movimento Estudantil
MO – Movimento Operário
MPB – Música Popular Brasileira
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de outubro
MUC - Movimento Universidade Crítica
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN – Operação Bandeirante
OLAS – Organização Latino-americana de Solidariedade
ONU – Organização das Nações Unidas
OP – Ordem Política
OSI – Organização Socialista Internacionalista
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PEG – Política Educacional do Governo
POC – Partido Operário Comunista
Poli – Escola Politécnica da USP
POLOP – Política Operária
PORT – Partido Operário Revolucionário dos Trabalhadores
PROMEMEU – Projeto Memória do Movimento Estudantil UnB
PUC-MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC-Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-RS – Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RU – Reforma Universitária
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SNI – Serviço Nacional de Informação
TUCA – Teatro da Universidade Católica de São Paulo
UBES – União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UCMG – Universidade Católica de Minas Gerais
UCS – Universidade de Caxias do Sul

UDN – União Democrática Nacional
UEE – União Estadual de Estudantes
UEG – Universidade do Estado da Guanabara
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UIE – União Internacional de Estudantes
UnB – Universidade de Brasília
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USAID – United States Agency for International Development
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
 CAPÍTULO 1 – “ANOS DE CHUMBO” E A RESISTÊNCIA DO MOVIMENTO	
ESTUDANTIL	29
1.1 Os primeiros passos	31
1.2 O 31º Congresso e o repensar das ações.....	37
1.3 Representação: novas formas de organização	48
1.4 Encontros acadêmicos, pautas políticas.....	54
1.5 As lutas contra a política educacional do governo	59
1.6 O ME e a luta política mais ampla: o Decreto-Lei n. 477, direitos humanos e eleições	65
1.7 As opções pelo campo cultural	71
1.7.1 Cinema.....	77
1.7.2 Jornais.....	79
1.7.3 Teatro.....	85
1.7.4 Música	87
1.7.5 Reverberação das atividades do ME: a censura praticada pelo regime	89
 CAPÍTULO 2 – O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DO MOVIMENTO	
95	
2.1 Greves e manifestações de massa	97
2.2 As “novas tendências” do movimento.....	110
2.2.1 APML, MR-8 e ALN: “Refazendo”	112
2.2.2 “Liberdade e Luta”	115
2.2.3 “Centelha” e “Ponteio”	119
2.2.4 PC do B: “Caminhando” e “Viração”	121
2.2.5 O PCB e sua “Unidade”	123
2.2.6 POLOP E MEP: “Alternativa” e “Organizar a Luta”	125
2.3 A reorganização das entidades	129
 CAPÍTULO 3 – O PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO DA UNE.....	
139	
3.1 1977: os estudantes voltam às ruas e os policiais também	139
3.2 O olhar da Grande Imprensa sobre as movimentações estudantis.....	153
3.3 Os Encontros Nacionais de Estudantes (ENEs) e a reestruturação da UNE	159

3.3.1 O III ENE	165
3.3.2 O ano de 1978: UEE/SP, IV ENE consolidando a reorganização nacional	171
3.4 Enfim, o Congresso de Reconstrução.....	179

CAPÍTULO 4 – A INSTRUMENTALIZAÇÃO POLÍTICA DO PASSADO

PELO ME	188
4.1 As mortes na resistência contra o regime	189
4.2 O uso político do passado na reconstrução da UNE.....	205

CONSIDERAÇÕES FINAIS	223
-----------------------------------	-----

REFERÊNCIAS	226
--------------------------	-----

ANEXOS	244
---------------------	-----

INTRODUÇÃO

O movimento estudantil (ME) brasileiro sempre foi tema de meu interesse, desde o início da graduação em História. Primeiro, como militante, coordenadora estudantil da Executiva Nacional do então Programa Especial de Treinamento e diretora de Ciência e Tecnologia da União Nacional de Estudantes (UNE)¹, cuja experiência redundou na minha monografia de conclusão de curso, hoje um livro². Esse trabalho me rendeu o convite para coordenar o Projeto Memória do Movimento Estudantil (MME), uma parceria da UNE com a Fundação Roberto Marinho, dentro do Museu da República, no Rio de Janeiro.

O interesse pela temática foi estendido para minha formação acadêmica, quando fiz meu mestrado em História Política na Universidade do Estado do Rio de Janeiro sobre o nascimento e atuação da UNE no Estado Novo³. Foi ao longo de mais de quatro anos do Projeto MME que passei a conhecer melhor os mais de setenta anos de história da UNE. Na vasta bibliografia, a predominância sobre os anos 1960 é clara. Depois de realizar mais de 100 entrevistas para o Projeto, foram os militantes dos anos 1970 e suas histórias que me chamaram atenção e a ideia de aprofundar o estudo sobre o ME nesse período, até então pouco analisado, começou a tomar corpo no formato de um projeto de doutorado.

Devido à abrangência do tema, optei por um recorte temporal (1969-1979), no qual procuro evidenciar e analisar as ações do ME em diferentes Estados, com uma ênfase na movimentação na Universidade de São Paulo (USP), onde o ME apresentou uma importância primordial em termos de organização e articulação durante todo o período, principalmente nos anos de chumbo, o que foi fundamental para a retomada das entidades livres (tendo sido o DCE Livre da USP, em 1976, o primeiro do gênero) e a luta aberta pela democracia.

Já o recorte temporal escolhido se justifica a partir da história do ME, que se entrecruza com a própria história do país. Após o Ato Institucional n. 5 (AI-5) de 1968, a

¹ Mandato sob a presidência de Felipe Maia (2001-2003).

² MÜLLER, Angélica. *Qualidade no ensino superior: a luta do Programa Especial de Treinamento*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

³ MÜLLER, Angélica. *Entre o Estado e a sociedade: a política de juventude de Vargas e a fundação e atuação da UNE durante o Estado Novo*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

UNE passou a ter uma atuação totalmente clandestina e, em lugar da participação nas movimentações de massa, a associação estudantil passou a buscar alternativas para praticar uma resistência à ditadura⁴ até o seu esmorecimento. Em seu lugar, os estudantes continuaram as ações de resistência ao regime, sempre procurando meios para se fazer representar.

A partir desse momento, teve início uma busca (talvez lenta, mas não necessariamente gradual e tampouco segura) pela reestruturação do movimento, que começou com os encontros de área, a reorganização do DCEs livres e os Encontros Nacionais de Estudantes (ENEs), que deram impulso ao retorno da luta contra a ditadura nas ruas do país e à reestruturação da UNE em 1979, marco final da periodização desta tese. Considero que os dez anos aqui estudados podem ser definidos como o momento que o ME desempenhou, no conjunto dos movimentos sociais, papel decisivo na luta pelas liberdades democráticas.

Dos trabalhos já realizados (na maioria dissertações e teses), dois merecem destaque e serviram de referencial.

Mirza Pellicciotta⁵, em seu estudo sobre o ME, apresentou um amplo balanço da bibliografia sobre o tema, que envolve estudos na área de história e sociologia e um quadro documental vasto⁶. A historiadora analisou a transformação da universidade e as repercussões das mudanças em relação à reestruturação do ME que, nesse contexto convivia com a emergência de novas modalidades de luta política.

Pellicciotta concluiu que o processo de repressão política e social em vigor nos anos 1970 contribuiu para uma ampliação da fragmentação e crise da militância de esquerda. Completou dizendo que a tentativa de imprimir novas formas ao movimento, influenciadas

⁴ Não existe consenso entre os historiadores quanto à designação do regime: ditadura militar, ditadura civil-militar ou simplesmente ditadura. Entendo que o golpe de 1964 em boa parte foi projetado por civis que dele se beneficiaram, mas, sem dúvida, os principais protagonistas políticos foram os militares. Nesse sentido, basta lembrar que o processo decisório de escolha dos presidentes do período perpassava pela cúpula militar. O reconhecimento do protagonismo militar não implica em um desmerecimento dos atores civis que aderiram, colaboraram e participaram do poder central. Sendo assim, optei por fazer referência, ao longo desta tese, a “a ditadura” ou ainda a “o regime” para designar o período de 21 anos posterior ao golpe civil-militar. Agradeço ao historiador Marcos Napolitano, constante interlocutor para as reflexões conjunturais desta tese.

⁵ PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. *Uma aventura política: as movimentações estudantis dos anos 70*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 1997.

⁶ Além de fontes orais, centra-se principalmente em revistas, jornais e boletins estudantis das principais universidades do país.

por outros referenciais não oriundos das organizações de esquerda, e relacionadas com as experiências da contracultura, acabaram por colocar questões mais abrangentes, para além da problemática da universidade e da política institucional em pauta no momento.

Essa tese foi muito importante para meu trabalho e também justifica a escolha do enfoque proposto, que não foi abordado pela autora: a historiadora não se deteve, em sua análise, no embate político que ocorreu no interior das entidades, das tendências, bem como a resistência feita pelo ME contra a ditadura, aspectos que considero fundamentais para a compreensão do papel que o movimento representou nesse período.

O segundo trabalho é do sociólogo Renato Cancian⁷ e versa sobre o ato público da PUC-SP de 1977, por ocasião da invasão da universidade pelas tropas da Polícia Militar. Os seus três primeiros capítulos contribuíram particularmente para a definição do tema da tese que apresento. O autor fez uma “reconstrução histórica do ME nos anos 1970”, baseado em documentação estudantil oriunda dos órgãos policiais do regime militar e artigos de periódicos da época, nos dois primeiros capítulos, e, no terceiro, abordou especificamente a realização do III ENE. Embora minha pesquisa tenha uma proposta distinta e se fundamente em outro tipo de fonte, grande parte da documentação levantada pelo autor foi muito útil para a composição deste trabalho.

Pretendo mostrar a importância do ME na resistência contra o regime nos anos 1970. O trabalho se orienta por uma tese que contesta a historiografia sobre o ME, que ignora a participação do movimento na resistência contra a ditadura nos “anos de chumbo”, sob alegação de que grande parte dos estudantes optou pela luta armada (e, ainda, muitos foram exilados), deixando de participar dos movimentos sociais voltados para a resistência política pacífica. O ME, segundo a maioria das análises, só nasceu no fim da primeira metade da década de 1970, voltando às ruas em 1977, para manifestar-se em prol das liberdades democráticas.

⁷ CANCIAN, Renato. *Movimento estudantil e repressão política: o ato público na PUC-SP (1977) e o destino de uma geração de estudantes*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008. Cabe uma ressalva: a versão que utilizei ao longo desta tese foi a enviada a mim pelo próprio autor, antes de sua banca de doutorado, a quem agradeço. No momento, ele prepara a versão da tese para um livro, o que poderá acarretar variações no conteúdo.

Esta análise parte do pressuposto de que o ME apresentou propostas de resistência contra o regime durante todo o período do chamado “anos de chumbo” através de ações diversificadas. Ao invés de interrupção, quero mostrar que houve continuidade do movimento, o que permitiu sua presença como ator de primeira grandeza na luta pela redemocratização do país, unindo-se e colaborando ativamente como os outros movimentos sociais que passaram a se destacar na luta de resistência contra a ditadura, no final dos anos 1970.

A referência ao ME como ator importante da resistência política exige uma explicitação do conceito de *resistência*. Recorrendo à etimologia, cabe esclarecer que a palavra é derivada do latim *resistere* e que, no seu sentido intransitivo, significa “parar, opor-se”⁸. No final dos anos 1950, o termo resistência passou a ser utilizado nas análises relacionadas à Segunda Guerra Mundial com o sentido de oposição organizada contra os regimes nazifascistas da Europa.

Denis Peschanski⁹ define resistência como toda ação subversiva que visa a impedir a realização dos objetivos de ocupação de uma nação por parte de regimes expansionistas. Henri Michel refere-se à dupla dimensão do ato de resistir e o entende como uma luta patriótica pela libertação do “solo nacional”, mas também como uma luta ideológica pela dignidade do homem.¹⁰

No caso da resistência do ME, cabe esclarecer que ela se relacionava com uma luta em prol da dignidade humana, mas essa não era a principal característica, porque a resistência ocorreu no interior do “solo nacional” contra um regime opressor que justificou a repressão a partir da teoria de segurança nacional, segundo a qual seus opositores foram perseguidos e condenados como “inimigos da nação”. A resistência, nesse caso, era interna e voltada à recuperação do Estado democrático.

⁸ BUSARELLO, Raulino. *Dicionário básico latino-português*. 6. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005. p. 234.

⁹ PESCHANSKI, Denis. Résistance, résilience et opinion dans la France des années noires. *Psychiatrie Française*, v. 36, n. 2/5, p. 194-210, févr. 2006. [oai:hal.archives-ouvertes.fr:hal-00325928_v2]. Disponível em: <http://hal.archives-ouvertes.fr/index.php?halsid=67iajpv8taa1kg4t7n53arclh0&view_this_doc=hal-00325928&version=2>. Acesso em: 10.07.2010. [Document auteur augmenté AO-HAL, preprint 2005, 2009-02-17], p. 3.

¹⁰ MICHEL, Henri. *La guerre de l'ombre*. Paris: Grasset, 1971. p. 15-16, apud LABORIE, Pierre. L'idée de résistance, entre définition et sens: retour sur un questionnement. In: LABORIE, Pierre. *Les français des années troubles: de la guerre d'Espagne à la libération*. Paris: Desclée de Brouwer, 2001. p. 76.

François Bédarida escreveu um artigo sobre o conceito de resistência¹¹ que, apesar de criticado¹², ajuda a definir melhor a especificidade do uso desse conceito nesta investigação sobre o ME. O autor apresenta quatro pilares de análise: a resistência é centrada em (1) uma reação de recusa, (2) um combate clandestino, (3) uma lógica política e uma lógica ética, e (4) uma memória estruturada e atuante, que adquire o estatuto de “mito fundador”.

Considero que a resistência do ME representou uma reação de recusa ao regime, foi clandestina durante os “anos de chumbo”, tinha um caráter político e ético e se legitimou a partir da memória de luta do ME em décadas passadas. No entanto, apesar dessas características, cabe ressaltar que o conceito de resistência neste trabalho está sendo utilizado respeitando as especificidades do tema. Como afirmam os autores que dele se valem, a resistência é uma experiência singular relacionada a situações particulares múltiplas.

Ainda no que se refere à *resistência*, levei em conta as observações de Pierre Laborie, que afirma dever ser ela pensada como um processo sociocultural¹³ que engloba a consciência de resistir (entendida aqui como uma expressão coletiva de recusa através de uma decisão voluntária), além da vontade de “prejudicar” o inimigo, através de um engajamento que se dá a partir de formas de ação que normalmente impõem comportamentos e práticas de transgressão. Ou seja, a conscientização do *resistente* estimula ou serve de móvel à sua ação.

Ao analisar a resistência do ME (ator coletivo), procurei não perder de vista o fato de que sua ação não pode ser entendida dissociada do significado dessa ação, pois, como afirmou o filósofo Georges Canguilhem, “a resistência é, ao mesmo tempo, filha da consciência e da consciência do necessário”.¹⁴

Pretendo mostrar como os estudantes praticaram uma resistência contra o regime através de diferentes meios que implicaram gestos de transgressão. A continuidade da luta

¹¹ BÉDARIDA, François. Sur le concept de résistance. In: GUILLON, Jean-Marie; LABORIE, Pierre (Dirs.). *Mémoire et histoire: la résistance*. Toulouse: Privat, 1995. p. 45-50.

¹² Pierre Laborie afirma que a tentativa de Bédarida de definir a resistência é uma das melhores, mas como ele partiu da categoria sociológica weberiana de “tipo ideal”, seu uso pelos historiadores exige ajustes, para garantir a historicidade na sua aplicação (LABORIE, Pierre, *L'idée de résistance, entre définition et sens: retour sur un questionnement*, cit., p. 73-90).

¹³ Ibidem, p. 37.

¹⁴ CANGUILHEM, Georges. *Vie e morte de Jean Cavaillès*, 1894, apud LABORIE, Pierre. Qu'est-ce que la résistance? In: Qu'est-ce que la résistance? In: MARCOT, François; LEROUX, Bruno; LEVISSE-TOUZÉ, Christine (Dirs.). *Dictionnaire historique de la résistance*. Paris: Robert Laffont, 2006. p. 36.

contra a ditadura, através de ações clandestinas durante os “anos de chumbo”, permitiu que os estudantes saíssem à frente dos outros movimentos sociais na luta “pelas liberdades democráticas”.

O trabalho objetiva também evidenciar a importância da representatividade do movimento. A UNE foi fundada durante o Estado Novo (1937-1945) como a entidade representativa dos estudantes universitários. Numa época em que floresceu o sindicalismo tutelado pelo Estado, a discussão sobre tornar a UNE um sindicato não esteve presente no cotidiano daqueles estudantes. Também não encontramos referências a essa discussão no período estudado. A partir dessa constatação, considere que a UNE pode ser definida como uma associação de natureza política. Tal caracterização me obrigou a refletir sobre o significado de uma associação/organização.

Jean-Pierre Rioux, ancorado principalmente em diversos autores das Ciências Sociais e da política, aponta vários caminhos para a compreensão da história dessas associações/organizações que atuam no plano da política. Partindo da ideia de Durkheim, que via na associação o agente e o sinal do processo de complicação social, Rioux apresenta alguns problemas que serviram como referência para a interpretação da UNE na sua condição de associação/organização de natureza política¹⁵. Rioux define o papel desse tipo de associação nos seguintes termos:

“(...) elas não concorrem para expressão do sufrágio e para o exercício direto do poder, mas, em nome dos interesses que invocam, na proporção da pressão que exercem sobre a opinião e os poderes públicos, não apenas têm acesso ao político, mas contribuem para estruturar o que os cientistas políticos chamam de um ‘sistema’ político.”¹⁶

Mas cabe observar que elas também podem contribuir no sentido oposto, ou seja, para a desestruturação do sistema político. Não é por acaso que uma das primeiras ações dos militares após o golpe de estado, em 1964, foi o incêndio do prédio da UNE. O ato em si já demonstrou a posição dos novos governantes em relação à associação. Se levarmos também em conta o fato de que, num regime democrático, a vida associativa favorece o

¹⁵ Dentre as principais questões levantadas por Jean-Pierre Rioux, destaca-se a proposta de entender o significado de uma associação e qual o papel que ela desempenha dentro da sociedade. Indaga esse autor: “Ela permitiria a emergência de novas elites? Ou seria um corpo intermediário entre o cidadão e os poderes?” (A associação em política. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. p. 120).

¹⁶ RIOUX, Jean-Pierre, A associação em política, cit., p. 103.

enriquecimento do capital social, desenvolvendo a capacidade de exercício de cidadania dos indivíduos e a incorporação de valores democráticos às suas práticas¹⁷, essa característica por si só seria um “bom” motivo para o fechamento da UNE pelo governo nascido de um golpe.

A UNE foi colocada na ilegalidade, mas isso não impediu que a associação exercesse, durante os anos 1960, papel de forte opositora à ditadura. Com a decretação do Ato Institucional n. 5 (1968) e do Decreto-Lei n. 477¹⁸ (1969), a UNE passou a atuar na clandestinidade, mantendo a continuidade da luta de resistência à ditadura. A partir desse momento, os estudantes fizeram todos os esforços, de diversas maneiras, atuando em várias regiões do país, para manter sua representatividade associativa, como procurei mostrar ao longo do trabalho, evidenciando também que tais esforços contribuíram para a *reorganização da associação no plano nacional*, aos primeiros sinais de abertura.

Essa luta pela manutenção da representatividade tornou-se mais árdua, na medida que as oportunidades de atuação no meio político foram escasseando. Como os partidos políticos foram extintos, a esfera associativa se tornou mais necessária à prática política. Nesse sentido, concordo com Valérie Lafont, quando afirma que as associações têm mais facilidade de aparecer publicamente porque constituem excelentes vetores de proselitismo¹⁹. Não se pode negar que militância política e atividades associativas estão intimamente ligadas: um bom militante deve agir nos dois planos, afirma Lafont.²⁰

Danielle Tartakowsky, em um estudo sobre a redefinição do político pelas associações²¹, considera que, em momentos de crise e redefinições de regimes, as associações podem exercer um papel decisivo na reestruturação do poder político. Essa era a meta da maior parte das correntes que atuavam no ME. Os estudantes que lutaram pela reestruturação da UNE no plano nacional acreditavam que ela era um canal vigoroso na luta pelo fim da ditadura.

¹⁷ LAFONT, Valérie. Lien politique et lien social: la vie associative et l'engagement au Front National. In: ANDRIEU, Claire; LE BÉGUEC, Gilles; TARTAKOWSKY, Danielle (Dirs.). *Associations e champ politique: loi 1901 à l'épreuve du siècle*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2001. p. 419.

¹⁸ O Decreto-Lei n. 477, ou o AI-5 da educação, como que dizem alguns, definiu infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares.

¹⁹ LAFONT, Valérie, op. cit., p. 430.

²⁰ Ibidem, mesma página.

²¹ TARTAKOWSKY, Danielle. Une redéfinition du politique par les associations? In: ANDRIEU, Claire; LE BÉGUEC, Gilles; TARTAKOWSKY, Danielle (Dirs.). *Associations e champ politique: loi 1901 à l'épreuve du siècle*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2001. p. 49.

Rioux afirma que as associações/organizações servem de caixa de ressonância e laboratório de ideias, de fusíveis que, fundindo, assinalam as panes e os curtos-circuitos do político. Ressalta ainda um ponto de extrema importância para minha análise: a relação das associações com os partidos políticos. Nesse sentido, propus-me verificar o que aproximava e o que afastava as associações/organizações dos partidos, levando em conta outra sugestão de Rioux sobre a possibilidade de uma associação política alimentar os partidos com suas propostas militantes. Para Rioux:

“É no contato com todas as forças que marcam o universo da política que se pode testar a ação das associações. Elas estão ao redor, aquém ou além dos partidos, mas ocupam as mesmas posições diante de todos os poderes, do parlamento, do governo, da comuna ou do departamento (...) a associação participa ou não da extensão dos poderes do Estado, sabe resistir e construir contrapoderes (...).”²²

Procurarei mostrar que, em todo histórico da UNE (e obviamente das outras formas de representação estudantis), a relação com partidos políticos foi uma constante. Por esse motivo, investigarei detalhadamente, no período estudado, o atrelamento de diferentes correntes estudantis que compunham a UNE (e as demais associações) a determinados partidos políticos, com o intuito de entender as influências recíprocas (dos partidos sobre o ME e do ME sobre os partidos) e em que medida o movimento, representado pela UNE, contribuiu para a rearticulação dos partidos no cenário político da redemocratização do país.

Para a realização deste trabalho, consultei diversos arquivos, com o intuito de apresentar um panorama mais amplo do movimento, permitindo estabelecer relações dos militantes paulistas com núcleo atuantes em outras regiões do país.

O principal acervo consultado se encontra no Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM), fundo Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa (CEMAP), que possui uma rica e vasta documentação sobre o ME nos anos 1970²³. Cabe esclarecer que o acervo do CEMAP não foi utilizado em outros trabalhos até então, o que significa que estou me valendo de uma documentação inédita.

²² RIOUX, Jean-Pierre, A associação em política, cit., p. 127.

²³ Os fundos consultados, juntos, guardam em torno de 1.850 documentos referentes à UNE e ao ME em geral, durante os anos 1970 e 1980. A documentação traz publicações da UNE, cartas-programas, panfletos e documentos internos de várias tendências, como Caminhando, Mobilização Estudantil, Libelu (tendência trotskista Liberdade e Luta, que dispõe de uma quantidade muito grande de documentos), jornais estudantis variados, teses apresentadas nos encontros preparatórios para reorganização da UNE e congressos posteriores.

O acervo dos Diretórios Acadêmicos (DAs) dos Cursos de Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA)²⁴ também foi importante para a realização do trabalho, pois lá encontrei uma documentação que não se restringiu somente ao ME baiano.

Realizei pesquisa também no acervo do Centro de Documentação da Universidade de Brasília (CEDOC/UnB), no fundo do PROMEMEU (Projeto Memória do Movimento Estudantil), que contém a documentação de diversos CAs da Universidade. Cabe destacar a documentação referente ao final da década de 1970, que conta com documentos escritos pela comissão Pró-UNE e o regimento do XXXI Congresso de 1979.

Outro acervo pesquisado foi o do próprio Projeto MME, organizado sob minha coordenação. Ele foi composto a partir de doações, na maioria dos ex-militantes. É menos expressivo, quando comparado aos outros acervos consultados, mas abriga documentos importantes, como jornais estudantis e da Grande Imprensa e alguns históricos da UNE produzidos no final da década.

No conjunto das fontes pesquisas, chamo a atenção para a importância dos jornais estudantis e da Grande Imprensa de diferentes regiões do país, produzidos no período em foco. Eles foram encontrados nos diferentes acervos mencionados.

No Arquivo Edgard Leuenroth, um dos principais centros de documentação sobre movimentos sociais, encontrei coleções de jornais produzidos pelo ME. Além disso, consultei, nesse mesmo arquivo, a documentação relacionada ao Projeto *Brasil Nunca Mais*.

Por ocasião da minha permanência na França, possibilitada pela obtenção de Bolsa de Pesquisa do Colégio Doutoral Franco-brasileiro da CAPES, pude realizar levantamento de fontes na Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine (BDIC), em Nanterre/Paris X, que abriga um dos acervos mais importantes de documentação sobre história contemporânea mundial, no qual encontrei rico material produzido na época das ditaduras na América Latina. A documentação sobre o Brasil foi, na sua maioria, doada por brasileiros que viveram exilados na França durante a ditadura.

²⁴ A documentação foi retirada basicamente do Centro Acadêmico Luíza Mahin (História); por não ter tido boa conservação, estava deteriorada e havia muitos documentos extraviados.

Nesse acervo há o Fundo Dial – Diffusion de l’Information sur l’Amérique Latine, que contém 111 *cartoons* de arquivos destinados ao Brasil, um deles destinado à documentação do movimento estudantil. Aí encontrei jornais estudantis, documentos que discutem a conjuntura política da década de 1970.

A opção por privilegiar os acervos que continham documentação sobre o movimento estudantil não foi por considerá-la mais importante que outros documentos da época. Como a proposta do trabalho é estudar a resistência do ME contra o regime e sua reestruturação em função das conjunturas políticas, centrei a atenção na documentação do movimento, deixando de lado os acervos das polícias políticas, até porque esse material foi trabalhado por Renato Cancian, que se valeu amplamente do material do DEOPS/SP em sua tese. No entanto, cheguei a realizar pesquisa no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), no qual tive acesso ao fundo de documentação da Polícia Política, bem como às coleções particulares de Jean Marc Von der Weid, presidente da UNE eleito em 1969, e do ex-militante, hoje historiador, Daniel Aarão Reis Filho.

Além das fontes escritas, vali-me de fontes orais, não só de testemunhos colhidos por outros pesquisadores, mas também de entrevistas que realizei com participantes do ME.

Quanto a esse tipo de fonte, cabe esclarecer que elas são fundamentais para os historiadores que se dedicam à história do tempo presente. Esse tipo de história, antes contestada porque associada a uma história jornalística, hoje é plenamente aceita, desde que o pesquisador siga a metodologia adequada à análise das fontes orais, suas auxiliares mais importantes.

O ponto nevralgico das críticas a esse tipo de estudo estava centrado no argumento da falta de recuo no tempo. Mas, segundo Jean-Pierre Rioux, é o próprio historiador que “desempacotando sua caixa de instrumentos e experimentando suas hipóteses de trabalho” cria esse recuo. O historiador francês comenta que a objetividade, em qualquer circunstância, é garantida a partir do rigor adotado na aplicação dos padrões metodológicos de análise histórica.²⁵

²⁵ RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC), 1999. p. 47.

A favor da história do tempo presente e sobre o problema da objetividade, Chaveau e Tétard comentam que, antes de ser analista, o historiador é homem, cidadão, ator e espectador de seu tempo e não se desvencilha dessa bagagem ao interpretar a história de qualquer período²⁶. É certo que o historiador deve encarar os fatos com certo “distanciamento”, e que todo esforço pela imparcialidade contribui para tornar mais objetiva a história, aproximando-a da condição de ciência²⁷. No entanto, não se pode deixar de considerar que os “fatos e seus documentos” não chegam até nós em estado “puro”, mas através da visão daqueles que os constroem. Ainda com relação à objetividade, cabe citar Jean-François Sirinelli, quando afirma que “uma história serena não significa uma história asséptica (...) e assumir a subjetividade é meio caminho andado para controlá-la”.²⁸

Se, por um lado, a história do tempo presente pode criar armadilhas, por outro, ela oferece vantagens, sobretudo em relação à variedade de fontes, incluindo as testemunhais, que neste estudo foram de grande valia. No trabalho de história oral que realizei, tomei como parâmetro os estudos de Michel Pollak.²⁹

Através das histórias de vida, busquei tomar conhecimento de dados sobre o período e sobre o tema em estudo, inexistentes em arquivos e em documentos de outra natureza, como os textos escritos e iconográficos. Os depoimentos contribuíram muito para a obtenção de informações sobre fatos que só puderam ser resgatados pela narrativa daqueles que os viveram diretamente ou que os presenciaram de alguma maneira.

Sempre estive consciente, no entanto, de que as informações obtidas deveriam ser verificadas e confrontadas com outros depoimentos e outros tipos de fonte. Afinal, o passado é sempre reconstituído de forma parcial e, além disso, o rememorar é sempre seletivo. Os entrevistados realçam certos aspectos do passado que julgam relevantes na ocasião da entrevista, o que não deixa de representar uma contribuição para a reconstituição do passado, sempre feita de forma parcial. A antiga pretensão de reconstituir os fatos na sua totalidade já foi bastante relativizada pela historiografia das últimas décadas.

²⁶ CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC), 1999. p. 28.

²⁷ MÜLLER, Angélica, *Qualidade no ensino superior: a luta do Programa Especial de Treinamento*, cit., p. 16.

²⁸ SIRINELLI, Jean-François. *Intellectuels et passions françaises*. Fayard, 1991, apud CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Orgs.), *Questões para a história do presente*, cit., p. 29.

²⁹ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

E ainda em relação aos testemunhos, cabe mencionar as observações feitas por Pollak de que a memória é um fenômeno construído social e individualmente (bem como qualquer documento) e que ela pode ser motivo de disputa entre várias organizações, quando se refere essencialmente à vida política.

Sendo assim, espero que, a partir desse conjunto diversificado de fontes, possa apresentar uma interpretação convincente, não totalmente objetiva, mas bem fundamentada em dados sobre o passado recente do ME, o que procurarei fazer levando em conta a pluralidade das realidades e das ações envolvidas nessa história.³⁰

A tese está dividida em quatro capítulos.

O primeiro capítulo aborda a resistência do ME durante os “anos de chumbo” (1969-1973). Contrariando a historiografia que salienta a inatividade do movimento devido à opção de boa parte dos estudantes pela luta armada, procuro mostrar as formas de resistência adotadas pelos militantes das associações que atuavam no âmbito da universidade empunhando bandeiras em prol da melhoria da educação e através de manifestações culturais variadas. As fontes consultadas permitem concluir que, apesar do esmorecimento da UNE e das UEEs devido à repressão excessiva, o ME encontrou formas de manifestar a resistência dos estudantes à ditadura.

O segundo capítulo tem como cenário o governo Geisel, período em que aparecem os primeiros sinais de “abertura política”. Com o processo de autocritica dos militantes da luta armada, que coincide com o início da organização dos movimentos sociais, o ME pôde avançar em suas propostas de luta contra a ditadura, sobretudo através das greves nas universidades que ocorreram entre 1974-75 (entre outras ações), e se reorganizar em tendências políticas. O capítulo procura mostrar também que nesses anos começou a ocorrer a “reorganização” do ME nacional, tendo como marco a reconstrução do DCE Livre da USP.

O terceiro capítulo trata da *volta* do ME às ruas, em 1977, o que muito contribuiu para a reorganização da UNE no plano nacional. Mostra a realização dos ENEs, dando ênfase ao “III ENE”, durante o qual ocorreu o episódio da invasão da PUC-SP pelos militares. Em

³⁰ POLLAK, Michael, Memória e identidade social, cit., p. 205.

1978, houve, além da consolidação da primeira UEE, a de São Paulo, a realização do IV ENE, que criou a Comissão Pró-UNE. Mas procurarei mostrar que o ano mais importante para o ME foi 1979, devido à refundação da UNE, fato que contribuiu para o processo de redemocratização do país.

O quarto capítulo, ancorado nos textos de François Hartog, Paul Ricoeur, entre outros, apresenta uma análise dos “usos políticos do passado” feitos pelos militantes do ME, no intuito de reforçar a identidade da associação e legitimar a resistência. A instrumentalização do passado se fez a partir da reconstrução do histórico de luta da UNE e da ênfase no martírio de estudantes vítimas da repressão: a morte de Alexandre Vannucchi Leme (aluno da Geologia da USP e militante da ALN) pelos agentes do DEOPS em 1973, e o “desaparecimento” de Honestino Guimarães (último presidente da UNE na clandestinidade). Nesse culto às vítimas da ditadura, também será lembrada a morte do estudante secundarista Edson Luis, baleado por policiais durante uma manifestação de rua, em 1968.

CAPÍTULO 1 – “ANOS DE CHUMBO” E A RESISTÊNCIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

“Durante o interregno 1968-1973, nada se historiou do movimento estudantil porque, praticamente, ele não existiu, faltou-lhe expressão política. Os líderes estavam fora do país, no exílio, ou clandestinos na luta armada.”³¹

“A ditadura militar apesar da repressão ao 30º Congresso de Ibiúna e das perseguições intensificadas pelo AI-5 não conseguiu desarticular o ME nem sufocar sua combatividade.”³²

Analisar a atuação do ME durante os “anos de chumbo” é se propor a costurar uma “colcha de retalhos”. A configuração do movimento modificou-se muito, com relação ao período anterior, devido às novas regras impostas pelo regime ditatorial³³. As lutas de massa, que invadiram as ruas em 1968, transformaram-se em reivindicações pontuais, dentro das universidades. Alguns estudantes ingressaram na luta armada, que entrou para a história como o símbolo da resistência do período³⁴. Sem dúvida, o “baque” de Ibiúna e a decretação do AI-5, que aniquilaram as possibilidades da luta política de massa, contribuíram substancialmente para a opção pela luta armada.³⁵

Procurou mostrar, no entanto, que outros estudantes realizaram uma resistência dentro das universidades, evidenciando a sobrevivência possível durante os “anos de chumbo”. Já no início de 1969, o Decreto-Lei n. 477³⁶ implicou um cerceamento ainda maior das liberdades

³¹ COSTA, Caio Túlio. *Cale-se*. São Paulo: A Girafa, 2003. p. 293.

³² Resoluções do Conselho Nacional dos Estudantes (UNE), 1º sem. 1969 (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36).

³³ Maria Helena Moreira Alves indica que o AI-5 introduziu um terceiro ciclo de repressão, caracterizado por amplos expurgos em órgãos políticos representativos, universidades, redes de informação e no aparato burocrático do Estado. O Congresso Nacional permaneceu fechado entre dezembro de 1968 a 30 de janeiro de 1969, período em que o Executivo promulgou 13 atos institucionais, 40 atos complementares e 20 decretos-leis que se destinavam a controlar as instituições da sociedade civil, tendo como mais importante o estabelecimento da Lei de Segurança Nacional (*Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC), 2005. p. 171-219).

³⁴ É comum encontrar em nossa historiografia sobre o período afirmações de que o ME praticamente não existiu e que a resistência no período contra o regime militar se deu através da luta armada. Ver: POERNER, Arthur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979; RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP; FAPESP, 1993; COSTA, Caio Túlio, *Cale-se*, cit.

³⁵ Marcelo Ridenti trabalha com uma série de depoimentos, dentre eles o de Cid Benjamim, que afirmou: “(...) tudo isso formava um quadro que realmente [nos] deixava o engajamento nas ações armadas como aparentemente a ‘saída mais natural’ para os estudantes mais politizados.” (*O fantasma da revolução brasileira*, cit., p. 125).

³⁶ O Decreto-Lei n. 477, de 26.02.1969, previa, entre outras questões, punições para qualquer ato, confecção, distribuição de material considerado subversivo, bem como o “uso” do recinto escolar para tanto.

de atuação dos professores e alunos. Nessa conjuntura, a atuação da UNE, como entidade representativa dos universitários no plano nacional, acabou esmorecendo, devido à forte repressão. Diante desse novo quadro, o Conselho da entidade, já em 1970, optou pela organização de “frentes de vanguarda” por turmas e faculdades como uma maneira de ação em nome da resistência do movimento.³⁷

Neste capítulo, defendo a ideia de que o recuo da atuação da entidade no plano nacional, em decorrência das condições impostas pela repressão, não resultou na desarticulação do movimento como um todo: seus representantes encontraram novas maneiras para se fazer representar no quadro de resistências contra o regime.

Nesse cenário, o movimento estudantil universitário organizou pequenas ações, buscando diferentes formas de atuação – e porque não dizer de “sobrevivência” –, que variaram de acordo com a realidade local. Na UEG (antiga UERJ), por exemplo, o DCE e todos CAs foram fechados, restando aos estudantes somente as representações por turma³⁸. Na UFMG, após um curto período de readaptação, já em 1971 foram organizadas eleições para presidência da entidade³⁹. Na USP, o “grande pilar” do movimento durante esse tempo foi o Conselho dos Centros Acadêmicos.⁴⁰

Caberá, neste capítulo, mostrar como o ME, apesar das limitações de representatividade, conseguiu se “organizar” e praticar uma resistência contra o regime. Ou seja, parto do pressuposto de que o movimento estudantil nunca deixou de existir e de que momentos como o plebiscito do ensino pago, as lutas pela revogação do 477 e a repercussão da morte de Alexandre Vannucchi Leme (tema que será abordado ao longo deste capítulo e retomado no quarto) fazem parte de um processo de resistência permanente dentro das universidades e que tinha “pontes”, mas também apresentava tensão, com a resistência armada.

³⁷ Resoluções do Conselho Nacional de Estudantes (UNE), 1970 (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36). Depoimento de Geraldo Siqueira Filho concedido ao Projeto Memória do Movimento Estudantil. Brasília, em 01.12.2004.

³⁸ Depoimento de Eduardo Faerstein à autora. Rio de Janeiro, em 08.07.2008.

³⁹ Depoimento de Samira Zaidan à autora. Belo Horizonte, em 08.07.2007.

⁴⁰ Histórico do CCA (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36). Depoimento de Geraldo Siqueira Filho concedido ao Projeto Memória do Movimento Estudantil. Brasília, em 01.12.2004. Depoimento de Adriano Diogo concedido ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, São Paulo em 11.11.2004.

Foi através desse processo de “microrresistências” que o movimento estudantil pôde “reinventar-se”, renovar-se e voltar às ruas como pioneiros na luta pelas liberdades democráticas.

Em um pequeno ensaio sobre memória e esquecimento⁴¹, a historiadora Denise Rollemberg afirma que houve uma pluralidade de memórias esquecidas – publicadas sim, mas não conhecidas ou não incorporadas à memória coletiva⁴² –, como considero ser o caso das diversas versões sobre o movimento ou movimentos estudantis durante os “anos de chumbo” que não foram mostradas ou não mereceram o devido destaque. Procurarei mostrá-las neste capítulo.

Parto do pressuposto de que, diferentemente do momento anterior, que se caracterizou por uma resistência de um movimento de massas, durante o auge da repressão foi possível realizar uma resistência no interior das universidades e restrita a questões educacionais ou culturais.

1.1 Os primeiros passos

Após Ibiúna, a UNE conseguiu eleger seu novo presidente em março de 1969: o estudante de química da UFRJ Jean Marc von der Weid, vinculado à Ação Popular (AP)⁴³. Segundo Jean Marc, assumiram a direção do movimento pessoas que tinham se destacado ao

⁴¹ ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos, SP: Editora da Universidade Federal de São Carlos (EdUFSCAR), 2006. p. 81-91.

⁴² Ibidem, p. 84.

⁴³ A Ação Popular, nascida no início dos anos 1960, surgiu a partir da Juventude Universitária Católica (JUC): a aproximação das ideias marxistas levou boa parte dos jucistas, que eram predominantes então no ME, a fundar a AP. No documento de fundação, prevaleciam as ideias de um “socialismo como humanismo cristão, enquanto crítica da alienação capitalista e movimento real da sua superação”. A AP, durante toda a década de 1960, elegeu os presidentes da UNE e de muitas entidades do ME. Para um aprofundamento, ver: RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Orgs.). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002. v. 5, p. 213-282.

longo do ano anterior, cujo perfil era mais de “agitadores” de massas⁴⁴ do que de articuladores.

O jornal *O Movimento* (órgão de divulgação oficial da UNE), de maio de 1969, divulgou a retomada das movimentações estudantis. Na Guanabara, o Exército fechou o Instituto de Filosofia da UEG, mas os estudantes reagiram, invadindo o prédio da Faculdade, o que resultou na sua imediata reabertura. No Recife, os alunos da Faculdade de Medicina da UFPE resistiram à intervenção do IV Exército, que exigia a suspensão por três anos de 37 de seus alunos. Nesse caso, os estudantes, aliados a professores, continuaram a assistir às aulas e realizaram mobilizações que resultaram na recusa unânime, por parte da Congregação da Faculdade, em suspender os alunos. Foi também em Recife que várias Faculdades entraram em greve por ocasião do assassinato, por agentes da repressão, do estudante Cândido Pinto, presidente da UEE local.⁴⁵

Devido aos acontecimentos, no plano nacional e internacional, do ano anterior, 1969 foi considerado um bom momento para se tentar uma “agitação maior” e, para isso, foram feitos jornais e panfletos para serem distribuídos no dia 1º de maio. O suplemento especial do *Jornal da UEE/SP* apresentou um pequeno histórico sobre os operários franceses em fins do século XIX, associando suas lutas com as que tinham sido travadas pelos operários brasileiros (greves de Osasco em 1968) que, segundo o texto, foram importantes para “elevar o nível de consciência e organização”⁴⁶ dos trabalhadores. O mesmo jornal fez referência às medidas do ministro do Trabalho Jarbas Passarinho, que acenou com a possibilidade de um reajuste salarial com intuito de “sossegar” as lideranças sindicais, buscando impedir os festejos do 1º

⁴⁴ “A AP selecionou os quadros que eram melhores de agitação de massa, mas péssimos organizadores. A gente foi recompondo uma diretoria com gente com um pouco mais de capacidade de organização, de articulação e menos de agitação, porque não tinha mais espaço para grandes agitações. Aquela diretoria ainda viveu algumas ilusões. Lembro-me de quando a gente se separou no fim de fevereiro de 1969, numa reunião com as pessoas planejando as grandes manifestações de massa que iriam ser feitas para comemorar o primeiro aniversário da morte do Edson Luís. Eles diziam: ‘Quem fizer manifestação com menos de 10 mil pessoas vai ser censurado’. E eu dizia: ‘Acho que se a gente conseguir fazer alguma manifestação, vai ser muito bom’. (Depoimento de Jean Marc von der Weid concedido ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, Rio de Janeiro em 07 de outubro de 2004). Na chapa vitoriosa, representavam o PC do B os estudantes João de Paula (CE), Helenira Resende (SP), Ronald Rocha (RJ) e Aurélio Miguel (BA). Pela AP, além de Jean Marc (SP), estavam Honestino Guimarães (DF), Valdo Silva, Umberto Câmara, José Carlos da Mata Machado e Dora Rodrigues de Carvalho (MG) (BUONICORE, Augusto. *A UNE: uma página perdida da história*. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=1876&id_coluna=10>. Acesso em: 02 jul. 2010.

⁴⁵ *O Movimento*, de maio 1969 (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36).

⁴⁶ *Jornal da UEE* – suplemento especial UEE/SP (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 45).

de maio e criando um clima de suspense na classe operária⁴⁷. A matéria se encerrou com a seguinte afirmação: “O 1º de maio de 1969, como o de 1968, também será um dia de luta.”⁴⁸

Nota-se, pois, que o “clima” de luta do ano anterior ainda pairava entre os que continuavam resistindo à ditadura. Sem poder organizar “as massas”, as lideranças que prepararam as manifestações de 1º de maio acabaram por se restringir a ações isoladas.

Foi nesse contexto que a UNE convocou seu Conselho. Segundo o jornal *O Movimento*, quinze estados estiveram presentes na reunião do Conselho, que serviu para dar posse efetiva à nova diretoria. Segundo o jornal, esse foi um Conselho voltado para a preparação para os primeiros embates do ME após o AI-5: “Um conselho de unidade no fortalecimento da perspectiva de retomar as lutas, fortalecer nossas entidades representativas, posição de luta ante o avanço da repressão, expressos no programa da nova diretoria apoiado por ampla maioria.”⁴⁹

Dentre as proposições de “luta” aclamadas, estava marcada uma greve geral para o dia 11 de junho, designado como o dia de luta contra a repressão da ditadura militar, especificamente contra o “477” e contra a vinda ao Brasil do “agente do imperialismo” Nelson Rockefeller (na época governador de Nova Iorque), bem como uma campanha pela libertação dos “companheiros” presos.⁵⁰

Munidos de informes sobre a “recepção” a Rockefeller nos outros países da América Latina, o jornal *O Movimento* publicou resumos com matérias de jornais de grande circulação sobre a trajetória do “representante do imperialismo americano” em sua estada na Guatemala, onde Rockefeller fez “elogios” ao governo de Júlio César Méndez Montenegro, indicação de militares, que desencadeava naquele momento uma campanha de repressão que assassinou cerca de 10.000 civis e sobre o assassinato pela polícia hondurenha de um estudante que protestava em frente ao palácio presidencial de Honduras. Cerca de quinhentos estudantes

⁴⁷ *Jornal da UEE* – suplemento especial UEE/SP (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 45).

⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁹ *O Movimento*, de maio 1969 (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36).

⁵⁰ Na reinquirição de Jean Marc, quando da sua prisão na Ilha das Flores (como veremos adiante), em 6 de janeiro de 1970, o presidente da UNE confirmou que esses tópicos foram discutidos no Conselho da entidade e foram preparadas as manifestações para a vinda de Rockefeller (Arquivo AEL/Unicamp. Coleção Brasil Nunca Mais 205. p. 461).

realizaram um protesto no momento em que o presidente da República recebeu Nelson Rockefeller.⁵¹

A partir dessas informações, a UNE preparou-se para a visita de Rockefeller ao país em julho. Jean Marc rememora que, em alguns lugares, houve manifestações bastante veementes. Mas o “grosso” do movimento restringiu-se a uma rápida greve nacional de dois dias:

“Eu diria, comparando com as que a gente fez antes, foi bastante fraquinha. Mas foi significativa para as condições do momento. Devemos ter paralisado talvez uns 30% das faculdades no país, o que naquela altura não era pouco, inclusive com um tema que era ultrapolítico: a questão da visita do Rockefeller.”⁵²

Além da greve, foram realizadas passeatas em algumas cidades contra a visita do “agente do imperialismo”, aliás as últimas passeatas amplas promovidas pela UNE. Depois desse evento, as manifestações que se seguiram foram bem mais restritas, sem possibilidade de convocação ampla, como era realizado anteriormente, relembra Ronald Rocha⁵³, um dos diretores da UNE à época.

Apesar da instauração de um novo “ciclo” (para utilizar a expressão de Maria Helena Moreira Alves) da ditadura, constatamos que o ME pretendia resistir e tinha esperanças de que o “movimento” pudesse ser retomado, nos moldes do que fora antes. Mas, sem dúvida, as manifestações contra Rockefeller mostraram as dificuldades que a UNE encontrava para organizar os estudantes em nível nacional. Tal possibilidade se tornava cada vez mais difícil.

Outro acontecimento de destaque naquela conjuntura foi a doença de Costa e Silva, que o afastou da presidência⁵⁴. O *Jornal da UEE/SP*, de outubro daquele ano, trouxe uma matéria intitulada “Rendição da guarda”, que tecia comentários sobre o novo presidente,

⁵¹ Reportagem *Jornal do Brasil* resumiu o “sentimento” daquele momento: “Estudantes da Nicarágua, em greve, postaram-se ontem na rua, em frente ao hotel em que se hospedava a missão de Rockefeller, acenando bandeiras e cartazes hostis aos EUA. O ditador Somoza, cuja família governa a Nicarágua há trinta anos, bajulou o seu patrão, dizendo que ele era um ‘amigo’, filantropo e diplomata, enquanto jovens queimavam uma bandeira norte-americana e gritavam: Rockefeller ao paredão.” (*Jornal do Brasil*, 17 maio 1969).

⁵² Depoimento de Jean Marc von der Weid concedido ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, Rio de Janeiro em 07.10.2004.

⁵³ Depoimento de Ronald Rocha à autora. Belo Horizonte, em 11.01.2010.

⁵⁴ Sobre o processo de transferência do poder, consultar: ALVES, Maria Helena Moreira, *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*, cit., p. 175-176.

Emílio Garrastazu Médici: “Agora, apresentam o novo ‘eleito’: é democrata autêntico, tem muitos netinhos e uma mulher recatada. E, importantíssimo: já foi chefe do SNI”. Fazendo uma paródia em relação a esse perfil do novo presidente, o articulista comentava:

“Este terceiro monarca segue a dinastia iniciada por Castelo em abril de [19]64. Seu parto foi doloroso, pois os pais da ‘revolução’ tinham muitos desentendimentos congênitos. O filho herdou dos pais o hábito de falar em democracia, mas também herdou o velho hábito de calar a boca alheia. (...) Enfim essa comédia não tem muita importância. É apenas uma rendição da guarda. Em vez de marechal, um general de quatro estrelas. Talvez o próximo seja um general de três estrelas. Estamos ou não estamos chegando às ‘bases’?”⁵⁵

Quando o presidente da UNE soube da substituição de Costa e Silva por Médici, dirigiu-se a um “aparelho” da AP para encontrar companheiros de diretoria, mas o aparelho tinha “caído” e Jean Marc foi preso, levado para o DOPS e depois para a Marinha, na Ilha das Flores⁵⁶. Sua prisão durou um ano e meio: foi libertado por ocasião do sequestro do embaixador suíço e, a seguir, pediu asilo no Chile, em janeiro de 1971.

A UNE “aproveitou a oportunidade” da prisão de seu dirigente para aumentar as denúncias contra o regime. Publicou uma carta datada de 1970 de Jean Marc, então prisioneiro, dirigida aos estudantes, na qual afirmava:

“(...) a queda de um lutador deve servir de estímulo para que [ele] seja substituído. A vida na cela se disciplina agora dentro de um objetivo mais alto, de servir o povo, a Revolução. Não vegetamos aqui. Travamos a luta no terreno mais difícil de todos: nas mãos do inimigo. (...) *Nós sairemos daqui, é claro, e com vocês, com todo o povo, seremos milhões de lutadores. E seremos imbatíveis.* (...) Até a próxima, companheiros. Nosso coração bate forte por todos vocês. Não relaxem nunca na vigilância, vocês são preciosos aí fora.”⁵⁷ (grifei)

⁵⁵ Jornal da UEE/SP, outubro de 1969. Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 045.

⁵⁶ Segundo seu relato, “foram três dias corridos de cacete”. Logo em seguida, aconteceu o sequestro do embaixador americano, o que tornou seus interrogatórios mais leves, até o desfecho do sequestro: “Essa volta do interrogatório foi extremamente pesada psicologicamente (...). Porque os caras vinham com a notícia do jornal e dizem: ‘Olha só sequestraram o embaixador americano, mas ele foi solto, trocado por quinze presos políticos. Sabe quem são os presos? Seu amigo Travassos, Vladimir, Dirceu... Você ficou, meu velho, você foi traído’. Aquilo foi tão desmoralizante que eu pensei: ‘Gente, se não tivessem tirado o Travassos, eu diria que essa coisa foi a turma da guerrilha. Mas se tiraram o Travassos, porque não a mim?’. Aquele negócio me deu um baque terrível (...)” (Depoimento de Jean Marc von der Weid ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, Rio de Janeiro em 07.10.2004).

⁵⁷ Carta aberta do presidente da UNE, Jean Marc, aos estudantes brasileiros. *O Movimento*, de 1970 (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36). Em um depoimento também de 1970, Jean Marc deixou registrado: “Sei que milhares e milhares de estudantes os sustentam [seus ideais] e que nossa luta continuará. A vitória será nossa pois a violência de uma minoria não prevalecerá sobre a força e vontade de milhões de brasileiros que hoje são oprimidos, humilhados e explorados.(...)” (Arquivo AEL/Unicamp. Coleção Brasil Nunca Mais 205. p. 466).

Augusto Buonicore afirma que a maioria das correntes de esquerda não havia avaliado adequadamente a nova correlação de forças que se abriu no final de 1968. Para o historiador, essas correntes viam o AI-5 apenas como um sinal de fraqueza e isolamento do regime militar. Acreditavam que ainda existiam todas as condições de retomar o movimento de massas no mesmo patamar do período anterior. Um grave erro, que seria responsável por algumas derrotas, segundo o autor.⁵⁸

Entendo que a “ilusão” de um retorno ao movimento de massas ainda acalentado por muitos no pós-AI-5, como afirma Jean Marc em seu depoimento ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, não se restringe à negativa de “enxergar a nova realidade”. Ela pode ser vista também como uma forma de resistência explicitada no “estímulo” para recrutar novos militantes e, dessa forma, não deixar o movimento esmorecer. Outros documentos da entidade seguem nessa mesma linha:

“Recentemente, agravou-se profundamente a situação nacional. *Apavorados com a amplitude do ‘repúdio’ popular do regime* os generais fascistas provocaram uma onda de violências sem precedentes na história do nosso país. (...) De fato, nosso povo não se conforma com a atual situação. Nos últimos meses, o proletariado, os estudantes, os camponeses realizaram algumas ações que desafiaram a prepotência policial-militar. Acumularam-se fatores favoráveis para o desencadeamento de ações políticas. *Transformemos o descontentamento e a revolta das massas em ações concretas à ditadura!*”⁵⁹ (grifei)

Pelo texto acima, pode-se depreender que o apelo à resistência tratava-se de uma “defesa”, antes de ser uma ofensiva, mais uma reação do que uma ação propriamente dita contra a ditadura e suas novas formas de repressão, como afirma Nicola Matteucci⁶⁰. Cabe lembrar que as formas de ação do resistente nascem da vontade de “fazer qualquer coisa”⁶¹ para não se submeter à situação vivenciada.

⁵⁸ BUONICORE, Augusto, *A UNE: uma página perdida da história*, cit.

⁵⁹ Golpear repetidamente a ditadura, por todos os lados e formas, retomar a luta de massas! [1969] (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36).

⁶⁰ MATTEUCCI, Nicola. Resistência. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004. v. 2, p. 1.114.

⁶¹ SAINCLIVIER, Jacqueline. Multiplicité des formes d'action: redécouverte et invention. In: MARCOT, François; LEROUX, Bruno; LEVISSE-TOUZÉ, Christine (Dirs.). *Dictionnaire historique de la résistance*. Paris: Robert Laffont, 2006. p. 561.

Como as tentativas de retomar as lutas de massas se mostraram inviáveis, outras formas de ação foram propostas, com o intuito de continuar o combate contra o regime.

1.2 O 31º Congresso e o repensar das ações

A conjuntura do período, por ser extremamente negativa do ponto de vista das esquerdas, não permitia o funcionamento de grandes organizações. O estudante de geologia da USP Adriano Diogo, que se dizia próximo da Aliança Libertadora Nacional (ALN)⁶², afirmou: “A gente falava: a UNE somos nós’ e era mesmo!”⁶³. Essa pequena “vanguarda” que organizava o ME, além de viver a ameaça de prisões, torturas e mortes, também se desfalcava com a perda de militantes que optavam pela luta armada⁶⁴. Isso foi o que ocorreu, por exemplo, com José Genoíno, diretor da UNE, que saiu do Ceará para organizar o ME em São Paulo juntamente com Honestino Guimarães, mas acabou deixando a entidade em julho de 1970, para ingressar na Guerrilha do Araguaia, organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B).⁶⁵

⁶² “[Éramos] da área de influência da ALN; quem era da ALN mesmo ia para clandestinidade, porque era o seguinte: as pessoas iam para a clandestinidade por dois motivos, ou porque estavam tão procuradas no ME que não tinham condições de ir para legalidade ou por livre e espontânea vontade de ir para clandestinidade, com nome falso, morar fora de casa e tudo mais.” (Depoimento de Adriano Diogo concedido ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, São Paulo em 11.11.2004). A ALN, uma dissidência do PCB, surgiu em 1967, quando da participação do dirigente comunista Carlos Marighella na Conferência da Organização Latino-americana de Solidariedade (OLAS) em Cuba que, por essa razão, rompe com o partido para fundar sua organização. Marighella almejava adaptar o modelo cubano a certos dados da experiência brasileira. Dentre as ações armadas mais conhecidas do grupo está o sequestro do embaixador americano em 1969, mesmo ano da morte de Marighella. Para maiores informações, consultar: GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2003.

⁶³ Depoimento de Adriano Diogo concedido ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, São Paulo em 11.11.2004.

⁶⁴ Marcelo Ridenti aponta que os limites do ME estavam na sua própria estruturação, “no sentido de reivindicação de direitos, o que lhe poderia dar um ‘conteúdo reformista’. Para o sociólogo, ao procurar superar esses limites, muitas organizações esqueceram que as lutas reivindicatórias, são, por vezes, passo necessário para a formação de uma consciência transformadora e acabaram por abandonar o ME em nome de algo mais profundo.” (*O fantasma da revolução brasileira*, cit., p. 133).

⁶⁵ Depoimento de José Genuíno concedido ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, São Paulo em 09.09.2005. Para mais informações sobre a Guerrilha do Araguaia, ver: SALES, Jean Rodrigues. Partido Comunista do Brasil: definições ideológicas e trajetória política. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel A. (Orgs.). *História do marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 1960*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. v. 6, p. 63-103; CAMPOS FILHO, Romualdo. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

Nessa ocasião, algumas organizações viam o ME como “fonte” de recrutamento de militantes para a luta armada. Outras incentivavam as duas frentes de resistência, caso do PC do B que, mesmo preparando sua guerrilha, continuava a manter suas bases nas universidades. Nesse caso, observa-se que havia uma ponte entre as diferentes formas de resistência.

Um documento da gestão da UEE/SP de 1971 mostra uma forma de organização inspirada claramente nos “moldes” dos grupos clandestinos, pois o trabalho de seus quadros orgânicos era distribuído por setores estanques e autônomos, que não se relacionavam⁶⁶. Esse e o exemplo anterior permitem observar a ligação entre as diferentes propostas de resistência no período, bem como a ação das correntes políticas atuantes no movimento.

No início do segundo semestre de 1970, a UNE realizou mais um conselho nacional. Na pauta da reunião, além das discussões de conjuntura nacional e internacional, constava a proposta de organização do 31º congresso da entidade. Segundo o jornal *O Movimento*, na edição de agosto, esse conselho foi preparado através de conselhos de CAs em treze Estados. A nota comentava que ainda tinha havido “unanimidade em todas as proposições, revelando o amadurecimento político e o elevado espírito de unidade que anima o movimento estudantil”.⁶⁷

Nas resoluções do conselho, há contradições que eram e continuam sendo próprias dos movimentos de resistência:

“O aguçamento da crise política e social em nosso país, com o agravamento da situação econômica do povo, a intensificação do entreguismo, da exploração e do terrorismo policial, conjugados com a demagogia como métodos de governo, a ampliação sem precedentes da oposição ao regime militar e à dominação imperialista (...) a situação inteiramente favorável ao ME, caracterizado pelas condições anteriormente enumeradas e ainda pela reaglutinação e reorganização de nossas forças conseguida através das recentes e agressivas vitórias contra o regime militar, tais como a repercussão que vem sendo obtida pela Campanha Nacional contra os Crimes da Ditadura (...).”⁶⁸

⁶⁶ O documento narra em uma página o processo de organização da UEE/SP naquele período, típica organização dos grupos que atuavam na clandestinidade, seja na luta armada, seja na resistência praticada dentro das universidades (Documentos e Informes n. 3. UEE Gestão “Nova UEE”, maio 1971. Acervo MME 002 – 1.2).

⁶⁷ *O Movimento*, 1970. Arquivo CEDEM/UNESP, fundo CEMAP cx 036.

⁶⁸ Resoluções do Conselho Nacional de Estudantes (UNE), 1970 (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36). Ver o documento (Anexo I).

Esse excerto do texto permite supor que a liderança do movimento não estava “conectada” com a realidade que o país vivenciava. Mas a continuidade da leitura permite outro entendimento:

“Com o agravamento da situação política nacional a tendência à radicalização crescente dos choques entre os estudantes e o regime, torna-se indispensável organizar frentes de vanguardas por turma e faculdade. Tais frentes que devem ultrapassar as características meramente estudantis, adotando uma perspectiva revolucionária e geral, serão importantes pontos de apoio de representação, organização e autodefesa indispensável às ações mais radicais, e jogarão um importante papel na participação dos estudantes no combate à ditadura militar e ao imperialismo ianque.”⁶⁹

Como se pode notar, esse outro excerto propõe formas alternativas de luta, ou seja, os dirigentes se davam conta de que a organização não poderia mais ser a mesma e que ações isoladas, por exemplo, poderiam fazer a diferença na hora de resistir. Mas compreendiam também que se tornava necessário traçar um panorama meramente favorável com intuito de estimular os estudantes a resistir.

O documento, na sua íntegra, permite perceber, ainda, posicionamentos de diferentes grupos políticos. Parece clara a presença do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e a sua linha de defesa democrática e legalista, quando se lê o seguinte excerto: “Fatos que reafirmam a larga e promissora perspectiva aberta ao movimento democrático e patriótico da nossa gente”⁷⁰. E ainda “[precisamos] superar o sectarismo e atuar em frentes legais. É necessário não confundir radicalização com estreiteza e intensificar o aproveitamento das formas legais e semilegais”.⁷¹

Segundo Ronald Rocha⁷², diretor da UNE na época, desde Ibiúna, o PCB não participava das eleições e fóruns da UNE, por considerá-las ilegais. Nesse caso, o ex-diretor explica que o documento se tratava de um “esforço”, principalmente das duas correntes que

⁶⁹ Resoluções do Conselho Nacional de Estudantes (UNE), 1970 (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36).

⁷⁰ Resoluções do Conselho Nacional de Estudantes (UNE), 1970 (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36). Hamilton Garcia de Lima, em sua tese sobre o PCB, mostra que é nessa época que o Comitê da Guanabara procurava dissociar a política democrática de uma assimilação nociva com a ideia de conciliação com o regime (*O ocaso do comunismo democrático: o PCB na última ilegalidade (1964-84)*). Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 1995. p. 163).

⁷¹ Resoluções do Conselho Nacional de Estudantes (UNE), 1970 (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36).

⁷² Depoimento de Ronald Rocha à autora. Belo Horizonte, em 11.01.2010.

passaram atuar dentro da UNE (PC do B e AP): manter alguns instrumentos que pudessem dar prosseguimento às lutas encampadas pelos estudantes mesmo que eles contrariassem a política que essas correntes pregavam para o ME.⁷³

Ainda, a normativa do conselho diz que a “luta pelas entidades e pelo direito de livre organização” deveria estar associada à campanha de denúncia da repressão policial e que a organização do movimento deveria ser feita sem a espera da “aquiescência dos ditadores e de suas leis”. Nesse sentido, organizar as representações se fazia mister, “aplicando formas convenientes a cada situação: DAs ou conselhos de representantes, legais, semilegais, ilegais ou clandestinos, sendo necessário preservar sua legitimidade para os estudantes”⁷⁴. Nota-se, assim, o arranjo que procura dar conta de contemplar as diversas formas de ação possíveis, até mesmo dentro da opção oferecida pelo regime.

Mesmo com as forças reduzidas, o coletivo que tocava a UNE preparava seu 31º Congresso, cuja realização tinha sido condicionada às possibilidades de uma “ampla” representatividade dos delegados de cada faculdade.⁷⁵

O 31º Congresso acabou se realizando. Foi estruturado nos moldes do anterior, ou seja, em quatro etapas: a discussão e preparação política nas escolas deveria ser “a mais ampla possível”, culminando com a escolha dos delegados; a realização dos encontros estaduais, reunindo os delegados escolhidos em cada faculdade, que discutiriam os problemas regionais, formulariam propostas e indicariam os delegados dos Estados para a plenária nacional do Congresso⁷⁶; a eleição da nova diretoria; e a última etapa, que consistiria na divulgação das propostas aprovadas no Congresso nas escolas.⁷⁷

⁷³ Boa parte das correntes, nesse momento, era contrária à participação nas representações legais criadas e/ou permitidas pela ditadura.

⁷⁴ Depoimento de Ronald Rocha à autora. Belo Horizonte, em 11.01.2010.

⁷⁵ Arquivo AEL/BNM 205, p. 462.

⁷⁶ Em depoimento à polícia na Capital Federal, em 14.12.1971, Paulo César Fonteles da Silva afirmou que “houve um congresso, digo, congressinho preparatório do 31º Congresso da UNE, realizado em Goiânia, e que teve a participação de “Honestino”, “Eliseu” e “Lúcio”, ambos representando, respectivamente, Brasília e Goiás; que soube um pouco antes de ser preso, pelo Cândido, que estaria para ser realizado um novo congresso da UNE e que o Eliseu e o Lúcio participaram de uma preparatória realizada em Goiânia para a escolha dos representantes de todos os Estados” (Arquivo AEL/BNM 18, v. 2, p. 305).

⁷⁷ Cabe o esclarecimento do termo escola, que aparece seguidamente nos documentos da época: escola tem o sinônimo de curso, de faculdade. Por exemplo: a escola do Direito, a faculdade de História, o curso de Filosofia.

É interessante ressaltar que, em relação aos critérios de representação para a escolha de delegados, foram formuladas normas que seriam aplicadas respeitando as possibilidades regionais ou locais:

“Recomenda-se ainda, onde não seja possível reunir o Congresso do DA, que a diretoria e o conselho representativo de turma ampliem seu poder de decisão aos companheiros mais ativos da escola. As escolas que não possuem nenhum dos instrumentos de representação e nem tenham condições de montá-los poderão ser representadas pelo conselho de representantes nos órgãos colegiados, desde que tenham sido eleitos também como uma representação política, que funcione organicamente enquanto fala e reconheça e apoie o Congresso da UNE.”⁷⁸

As referências à realização do 31º Congresso em 1971 são poucas. Em um depoimento no Quartel General da 3ª Brigada de Infantaria, em Brasília, no dia 17 de dezembro de 1971, o depoente Ademar Alvarenga Prado, codinome “Lúcio” (que respondia a um processo coletivo referente à atuação da Ação Popular⁷⁹) narra como foi o “caminho” para chegar até o Rio de Janeiro, onde seria realizado o 31º Congresso.

Ele declarou que saiu de Goiânia no dia 1º de novembro daquele ano e deveria chegar ao Rio de Janeiro no dia 2, dia do Congresso. Após cobrir um ponto com Honestino, rodou em um carro de olhos fechados, até chegar em uma casa em que havia ao todo sete indivíduos. Ainda confirmou que Honestino foi o dirigente do Congresso, no qual foi discutida uma proposição de carta da UNE referente à situação do país: entidades estudantis em funcionamento e apanhado da situação nacional e internacional.⁸⁰

Nilton Santos traz um relato de Newton Miranda Sobrinho, segundo ele presidente da entidade entre julho de 1971 a 1973⁸¹, em que afirma que o Congresso aconteceu no segundo semestre de 1971, numa reunião nacional, e que, ao todo, foram eleitos 11 diretores representando diversos Estados: Ceará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas

⁷⁸ Arquivo AEL/BNM 18, v. 2, p. 305. Eduardo Faerstein, na época estudante de medicina da Universidade do Estado da Guanabara (atual UERJ) e militante do PCB, relata que com os CAs e o DCE da universidade fechados, sobram na estrutura, podendo exercer potencialmente a função de representação, os conselhos da universidade, nos quais os estudantes tinham assento: “E as pessoas com quem eu convivia, na época, então, investiram na ideia de fortalecimento da estrutura, que não estava banida. Era previsto nos regimentos da universidade. Então, de certa forma, aproveitamos o que era permitido para tentar alargar os limites desse permitido.” (Depoimento de Eduardo Faerstein à autora. Rio de Janeiro, em 08.07.2008).

⁷⁹ Arquivo AEL/BNM 18.

⁸⁰ Arquivo AEL/BNM 18, v. 2, p. 330.

⁸¹ HISTÓRIA da UNE: depoimento de ex-dirigentes. São Paulo: Livramento, 1980. v. 1, p. 109-112. (Coleção História Presente, 4).

e Rio Grande do Sul⁸². Um documento confidencial do Exército sobre a participação de estudantes da Ação Popular Marxista Leninista do Brasil (APML do B⁸³) traz o nome de seis participantes no Congresso no Rio: Luiz, da Paraíba; Manoel, de Sergipe; Joaquim, da Bahia; Carlos, de São Paulo; Ademar Alvarenga Prado e Gil, de Minas Gerais. Ainda afirma que o Congresso foi presidido por Honestino Monteiro Guimarães.⁸⁴

Nilton Santos, além de recuperar depoimentos de ex-dirigentes, apresenta uma carta com a mensagem aprovada no 31º Congresso. É interessante ressaltar que ela começa com o item “A UNE e as liberdades democráticas”, no qual se argumenta que “a liberdade, direito fundamental de toda nação e de todo ser humano, tornou-se palavra morta no Brasil”⁸⁵. O documento é dividido em duas partes. A primeira se refere à supressão das liberdades e à “venda” do país para o imperialismo americano. A segunda parte acentua a questão educacional, pautando as lutas contra os Decretos-Leis ns. 477 e 464⁸⁶, o Projeto Rondon e a criação da disciplina de “Moral e Cívica”. A mensagem se encerra com algumas palavras de ordem, como “Queremos liberdade – Abaixo a ditadura”.

Ronald Rocha confirma a versão do Congresso do Rio realizado numa casa no subúrbio, com a participação de um delegado de cada Estado (ou região), o que significava um número restrito de pessoas, pertencentes somente à AP e ao PC do B. Segundo Ronald, a ALN foi convidada, mas acabou não participando. Seus dirigentes apenas apoiaram o nome de Jorge Paiva que, ao longo do processo, acabou se filiando ao PC do B.⁸⁷

Referências sobre o 31º Congresso são pouco mencionadas na bibliografia sobre o tema. Arthur Poerner relata ser “Honestino presidente interino efetivado num minicongresso

⁸² HISTÓRIA da UNE: depoimento de ex-dirigentes. São Paulo: Livramento, 1980. v. 1, p. 110. (Coleção História Presente, 4).

⁸³ Cabe a ressalva de que em vários documentos produzidos pelos militares, encontra-se a designação APML do B se referindo à corrente Ação Popular. Na época, a AP já passara a se chamar de APML, como veremos no segundo capítulo.

⁸⁴ Confidencial. Congresso da Ex-UNE. Informação n. 181/72-H. Rio, GB 24.01.1972 (APERJ/ Prontuário RJ: 32.460 gaveta 405. Honestino Monteiro Guimarães). Ver documento (Anexo II).

⁸⁵ HISTÓRIA da UNE: depoimento de ex-dirigentes, cit., v. 1, p. 120.

⁸⁶ O Decreto-Lei n. 464, de 11.02.1969, regulamentou a Lei n. 5.540, de 28.11.1968, que regula o funcionamento das universidades e faculdades, sob supervisão do Ministério da Educação e Cultura.

⁸⁷ Depoimento de Ronald Rocha à autora. Belo Horizonte, em 11.01.2010.

ocorrido em setembro de 1971”⁸⁸. Maria Paula Araújo também se refere brevemente ao minicongresso de 1971.

Segundo Augusto Buonicore, foi um congresso da vanguarda estudantil bem diferente do anterior em Ibiúna, “(...) realizado nas condições que a conjuntura repressiva permitia: portanto, foi o processo mais amplo – e mais democrático – que se poderia realizar naquele momento”.⁸⁹

Essa versão da realização do 31º Congresso em 1971 é contestada por algumas correntes, que consideram aquele congresso “pouco representativo”, uma vez que as parcas condições que a militância vinha enfrentando não permitiam uma discussão ampla, sob o caráter de congresso. Embora havendo divergências de opinião sobre a importância do congresso, concordo com Buonicore, quando afirma que ele foi o processo possível de ser realizado dentro daquela conjuntura. A partir da questão, outro dado pode ser levantado: dentre as forças de esquerda que ofereciam resistência à ditadura naquele momento, boa parte preferia envidar esforços na luta armada que no ME, evidenciando haver uma disputa política entre as organizações que opunham resistência ao regime.

A partir de 1971, as referências às ações da entidade praticamente desaparecem, assim como as menções à UNE. Ronald Rocha afirma que a entidade continuou em ação até 1973; em 1972, colaborou na organização das comemorações da Semana de Arte Moderna e esteve presente nas ações promovidas pelo Conselho de Centro Acadêmicos (CCA) da USP contra o “ensino pago”, como veremos adiante. Ronald afirma ainda que editou o jornal *O Movimento* até fins de 1972, e que a última reunião de diretoria ocorreu em junho de 1972.

⁸⁸ POERNER, Arthur José, *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*, cit., p. 278-279.

⁸⁹ “O PC do B, por sua vez, ficou com a maioria dos cargos na diretoria. O partido elegeu Ronald Rocha (RJ), Marco Aurélio (MG), Rufino (CE), Maria Emília (BA), Jorge Paiva (SP) e Luís Oscar (RS). A AP indicou Honestino Guimarães (DF), Umberto Câmara (PE), Neuton Miranda (MG), Alírio Guerra (RN) e Pedro Calmon (RS). Como podemos notar ocorreu uma grande renovação de dirigentes, especialmente entre os comunistas. Uma renovação que só pode ser fruto de trabalho político nas escolas.” (BUONICORE, Augusto, *A UNE: uma página perdida da história*, cit.).

Em depoimento à Polícia Política em 1973, José Carvalho de Noronha, conhecido como “Antônio”, do PC do B, afirmou que Ronald de Oliveira Rocha já o conhecia pela sua participação na UNE.⁹⁰

Num processo movido contra militantes da APML em Brasília, há referências à atuação da “extinta UNE” em 1972, relacionadas à elaboração e distribuição de panfletos “subversivos”, e há também a Honestino como presidente da entidade nesse ano.⁹¹

Em outro depoimento, também de 1973, o estudante da USP Luiz Antônio Bongiovani, também chamado de “Bombom”⁹², afirma que foi “induzido [por Alexandre Vannucchi Leme] a manter ligações com elemento da UNE de codinome ‘Chico’, cujos contatos foram feitos através de Marcelo José Chueiri”⁹³. Ainda afirmou que:

“Participou da reunião da UNE na UFF em companhia de ‘Chico’, sendo certo que após conversar com Ronaldo a respeito de ‘Chico’ descobriu que pela descrição, esse elemento era o próprio Honestino Guimarães, agitador do meio estudantil, procurado pelos órgãos de segurança.”⁹⁴

É importante notar que, no início de outubro de 1973, grande parte da diretoria da UNE foi presa, incluindo Ronald Rocha e Honestino Guimarães. Devido às prisões, surgiu uma divergência interna em relação ao destino da UNE: Newton Miranda afirma que recebeu ordens para a dissolução da entidade, mas tal afirmativa foi refutada por Ronald Rocha, segundo o qual a UNE foi se desarticulando com a prisão dos seus dirigentes: “A entidade foi se exaurindo e seus diretores trabalharam até onde puderam.”⁹⁵

Independente das versões contraditórias sobre o “fim” da UNE, cabe ressaltar que houve uma continuidade nas atividades desenvolvidas por aqueles que estavam representando a entidade estudantil, até meados de 1973. O caso é elucidativo, ainda, para se constatar que a ação repressiva do regime conseguiu “desmontar” a entidade como representante dos estudantes em nível nacional.

⁹⁰ Ministério do Exército – I Exército – DOI n. 375/73 em 27.12.1973 (APERJ/Polícia Política. Setor Secreto. Notação 128. p. 75).

⁹¹ Arquivo AEL/BNM 18, v. 3, p. 656.

⁹² Caio Túlio Costa, em seu livro, traz informações sobre os estudantes mencionados neste parágrafo. (*Cale-se*, cit.)

⁹³ Informação SP/SAS n. 1.950 de 28.09.1973. Reunião do CA em Niterói ARSI/GB/DSI/MEC (APERJ/Polícia Política. Setor Secreto. Notação 123. p. 73).

⁹⁴ *Ibidem*, p. 72.

⁹⁵ Depoimento de Ronald Rocha à autora. Belo Horizonte, em 11.01.2010.

Após o desmonte da entidade nacional pela ação repressiva do regime, os estudantes que se propuseram a continuar a resistência contra o regime tiveram que se organizar de outra maneira, certamente sem o alcance que a UNE possibilitava. Mas considero que as novas formas de luta dos estudantes não significaram o fim das atividades estudantis.

Cabe supor que as propostas normativas do conselho de agosto de 1970 referentes à organização de pequenos grupos nas universidades foram levadas a cabo, pois a articulação dos centros acadêmicos e das representações de turma que tiveram sobrevida permitiu a realização de ações em nome do movimento, durante o período mais duro da repressão.

Mirza Pellicciotta reforça essa tese, quando argumenta que “trata-se de recuperar o papel político do diretório diante dos órgãos colegiados da universidade”, o que só foi possível através de uma “rearticulação dos representantes estudantis oficiais dentro do curso (eleitos de forma ‘isolada’) com o percurso de recomposição coletiva da ‘entidade’ (proibida de exercer atividades políticas representativas)”.⁹⁶

Esse momento permitiu uma reflexão com sentido de “autocrítica” e consequente definição de novas estratégias que permitiram a continuidade da luta contra o regime.⁹⁷

Um documento de vinte e oito páginas, datado de outubro de 1971 e assinado pela UEE/SP, gestão “nova UEE”, refere-se a esse processo. Para os representantes dessa entidade,

⁹⁶ PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi, *Uma aventura política: as movimentações estudantis dos anos 70*, cit., p. 75.

⁹⁷ Caio Túlio Costa propõe como momento de “virada” no ME o ano de 1973, a partir da morte de Alexandre Vannucchi Leme. Como o autor afirma praticamente inexistir movimentação do ME anterior a esse período, fica claro que, para ele, o primeiro momento para uma autocrítica dos estudantes ocorreu em 1973. Sem deixar de concordar com Caio Túlio, no sentido de que esse foi um momento de reorientação, e entendendo que as movimentações dos estudantes não esmoreceram nos “anos de chumbo”, a ideia aqui, através da documentação apresentada, é que esse foi um primeiro momento de reflexão e de reorganização dos rumos do ME, mostrando a sobrevivência possível para continuar uma resistência. Encarando as movimentações dos estudantes dentro de um processo, apresento esse momento como um ponto de reflexão, assim como posteriormente, em 1973 e após, apontado pelo próprio Caio Túlio, o momento de criação das tendências, caso da Refazendo, como relata o Turco (*Cale-se*, cit., p. 279). O documento referido é: UEE/SP. 1971 (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36). O comitê de formação da Frente de Esquerda Proletária Regional, de maio de 1971, analisando a conjuntura, afirma que o principal saldo das movimentações estudantis de 1968 foi a militarização, sem um ganho efetivo para o proletariado, e vendo o refluxo do movimento de massas e o aumento da repressão, propõe a construção de novas alternativas para adaptar-se à nova conjuntura, através da política de penetração: “O que visamos pois (...), é a formação de bases revolucionárias. Uma greve, uma luta parcial, as denúncias, a agitação geral, a organização, a formação de militantes são os instrumentos de que lançamos mão para essa tarefa.” (Aos companheiros combatentes da esquerda. GB/RJ 01.05.1971 – CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36). Também atestamos a questão através do documento: Resoluções do Conselho Nacional de Estudantes (UNE), 1970 (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36).

o ME não conseguira retomar o caminho das lutas de massa, o que levou as vanguardas a chegar numa fase de reanálise da realidade. Resumindo, atestavam como entraves à luta a repressão, de um lado, e, de outro, a debilidade orgânica e política das entidades representativas estudantis, além do baixo nível de consciência da massa e a deficiente politização da vanguarda⁹⁸. A partir dessas constatações, elaboraram um texto, com os seguintes argumentos:

“Esse panorama nos mostra que os estudantes, tradicionalmente habituados à atuação legal existente até 1968, não conseguiram se munir convenientemente de meios de atuação que lhes possibilitassem continuar suas lutas nas condições de dura repressão inauguradas com o AI-5. Com a restrição drástica da faixa legal de atuação e a incapacidade da vanguarda (por baixo nível político) em se adaptar para a luta na ilegalidade, os CAs pouco conseguem fazer além de atividades culturais e pequenas reivindicações, as UEEs e a UNE desapareceram da memória da massa, e a vanguarda só consegue se comunicar com o conjunto de estudantes, politicamente, em grau insuficiente. [O problema persiste ainda pois] as novas gerações que anualmente adentram a universidade não têm tradições de luta, sofreram todo impacto da propaganda governamental e possuem, portanto, baixo nível de consciência.”⁹⁹

Propunham, portanto, uma preparação maior para a luta clandestina, sem renunciar à luta legal, uma vez que as circunstâncias exigiam atuação em todos os campos possíveis. Os CAs que possuíssem um grau um pouco maior de flexibilidade deveriam ter uma direção a mais democrática possível, devendo-se “cremar” a mentalidade partidária dentro das entidades.

Dentro das propostas da gestão “Nova-UEE”, no que diz respeito às outras organizações (DCEs-livres, UEEs e UNE), considerava-se que a única chance de sobrevivência era adaptação para a luta clandestina, uma vez que não existia mais a possibilidade de atuação na fronteira do legal/ilegal. E ressaltavam: “Mas só os que vivem dominados pela cegueira política crônica vislumbram isso atualmente. Essa atitude de ‘meio a meio’, de espera, é a atitude de espera pela morte.”¹⁰⁰

⁹⁸ UEE/SP, 1971 (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36, p. 2).

⁹⁹ Ibidem, p. 3.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 11.

A partir dessa constatação, foram traçados novos rumos para o movimento: entidades clandestinas, pequenas organizações dentro de cada universidade, sem concentração física de massa.¹⁰¹

A própria avaliação do regime sobre o desempenho do movimento mostrava esse quadro. Relatório preparado pelo DOPS enfatizava que:

“Após 1968, as tentativas realizadas com o intuito de levar os estudantes aos movimentos de massa vinham fracassando por vários motivos, entre os quais a falta de lideranças capacitadas, o abandono do trabalho de conscientização por parte das cúpulas estudantis em favor da linha *militarista*, a legislação específica promulgada, a atuação vigorosa de órgãos de segurança que, irmanados, conseguiram, senão deter, pelo menos controlar em seus nascedouros as tentativas da esquerda em monopolizar os ideais da nossa juventude universitária.”¹⁰²

O que o relatório do DOPS não levou em conta foi a reorientação que se deu ao ME. Considerava o movimento estagnado, sem renovação de lideranças, desde o Congresso de Ibiúna. Alguns autores concordam com essa versão e consideram que a retomada do movimento só ocorreu no fim do governo Médici.¹⁰³

Numa perspectiva contrária a essa, considero que, de fato ocorreu a “saída” do cenário político da maior entidade representativa dos estudantes, devido à forte repressão do regime ao movimento. No entanto, os estudantes universitários reformularam suas ações e

¹⁰¹ “Por tudo isso, podemos ver que se torna cada vez mais necessário que consigamos desenvolver formas de luta que levem à mobilização (...). A massa pode estar fisicamente dispersa, mas politicamente mobilizada. (...) É necessário que as vanguardas redescubram certos meios de consolidar a consciência da massa. Trata-se de estimular o surgimento de comissões em torno de cada pequeno problema que atinge a massa, com ampla participação de todos interessados, visando à análise e à proposição de sugestões, sob a orientação (orientação e não direção) de quadros da vanguarda organizados pelo CA ou DA.” (UEE/SP, 1971 – Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36, p. 26).

¹⁰² Dossiê DOPS intitulado “O movimento estudantil”, referência: Ordem Política (OP) n. 1.194 (CANCIAN, Renato, *Movimento estudantil e repressão política: o ato público na PUC-SP (1977) e o destino de uma geração de estudantes*, cit., p. 31).

¹⁰³ Sobre essa questão, Renato Cancian aponta: “A prisão dos 693 estudantes em Ibiúna acelerou o processo de esgotamento do movimento estudantil universitário. Paralelamente, a consolidação da ditadura militar no final dos anos 60 foi acompanhada da ampliação da repressão policial dirigida a todos os movimentos organizados de oposição política e eliminaram quaisquer tentativas de retomada do movimento estudantil.” (*Movimento estudantil e repressão política: o ato público na PUC-SP (1977) e o destino de uma geração de estudantes*, cit., p. 31). Nessa mesma direção aponta Otávio Machado, em sua dissertação de mestrado: “Nesse contexto, o período de 1969 pode ser visto como o de desmantelamento final do movimento estudantil, pois o fechamento de diversos diretórios que apontavam alguma resistência ao regime militar somou-se às prisões dos líderes estudantis após o Congresso da UNE em outubro de 1968.” (*Formação profissional, ensino superior e a formação da profissão do engenheiro pelos movimentos estudantis de engenharia: a experiência a partir da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco (1958-1975). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. p. 70).*

encontraram formas alternativas de resistência contra o regime, seja através de ações específicas que gravitavam em torno da questão educacional, ou ainda reivindicando valores democráticos e denunciando, através de diferentes atividades culturais, as atrocidades cometidas pela repressão.

Indicarei, a seguir, as diferentes formas de resistência adotadas pelo movimento.

1.3 Representação: novas formas de organização

Geraldo Siqueira Filho entrou para o curso de Geografia da USP em 1971 e relembra a cena com a qual se deparou:

“A USP estava meio terra arrasada, muita gente já tinha ido para a clandestinidade, muita gente estava presa e exilada e havia algumas lideranças remanescentes. Não pensei que fosse tão ruim assim. Dá para imaginar a carência: eu, calouro e presidente do Centro Acadêmico! Fazíamos uma resistência pequena: com mural, jornalzinho, denúncias de estudantes. Organizávamos campeonato de futebol, tocávamos música, bebíamos pinga. As entidades gerais estavam todas proibidas: UNE, UEE, DCE. O DCE da Universidade era clandestino; eles marcavam a reunião com os presidentes como se fosse ponto de organização clandestina. A situação estava difícil, tanto é que o DCE acabou se extinguindo (...) as pessoas foram presas. Aí formamos o Conselho de Centros Acadêmicos [CCA], que bolava ações conjuntas na universidade.”¹⁰⁴

O caso da USP nos parece bastante interessante de ser ressaltado, pois essa universidade, para utilizar as palavras de Renato Cancian, foi o “centro irradiador”¹⁰⁵ das principais atividades estudantis durante a década de 70. Cabe aqui rapidamente resgatar o processo das representações do movimento nos primeiros anos da década estudada, tendo como base a articulação realizada pela militância da USP.

¹⁰⁴ Depoimento de Geraldo Siqueira Filho ao Projeto Memória do Movimento Estudantil. Brasília, em 01.12.2004.

¹⁰⁵ CANCIAN, Renato, *Movimento estudantil e repressão política: o ato público na PUC-SP (1977) e o destino de uma geração de estudantes*, cit., p. 34.

Em princípios de 1970, o DCE-Livre da USP, que tinha uma atuação semiaberta¹⁰⁶, criou o Conselho de Presidentes de Centros Acadêmicos (CP), como uma forma mais ampla de atuação¹⁰⁷. Naquele ano, algumas ações foram empreendidas em conjunto, como a questão da luta pela gratuidade dos “circulares” (ônibus para deslocamentos de estudantes dentro da Cidade Universitária) e, considerada “mais importante”, a luta pela revogação do aumento das refeições no Conjunto Residencial da USP (CRUSP), com um boicote de três semanas ao restaurante.¹⁰⁸

Ao que parece, todo esse processo caiu no vazio, devido a impasses internos, levando à discussão de uma reestruturação de um DCE totalmente aberto e eleito democraticamente¹⁰⁹, o que permite constatar a disputa entre as correntes políticas dentro do movimento.

O centro da discussão passou a ser a reestruturação do DCE. No entanto, mais uma vez, as discussões acabaram se perdendo, pois a conjuntura vivenciada não permitia uma organização dessa amplitude.

Os três principais posicionamentos estavam vinculados à estrutura jurídica que o DCE deveria apresentar: entidade oficial (vinculada à Reitoria), legal (com existência jurídica, mas não vinculada à Reitoria) e livre (existência de fato, não jurídica).

Nesse ínterim, concluiu-se a gestão da diretoria de 1971 e o único órgão estruturado de representação dos estudantes passou a ser o CP, que logo se desmobilizou. Segundo a documentação pesquisada, após algumas reuniões, o CP voltou a se reunir¹¹⁰ em 23 de junho de 1972, com a presença de 17 (dos 26 existentes) centros acadêmicos, para criar o CCA¹¹¹,

¹⁰⁶ Segundo Renato Cancian, “o DCE oficial estava isolado do conjunto das escolas e faculdades e não era reconhecido pelos militantes estudantis como instância representativa legítima capacitada a canalizar as aspirações e reivindicações dos alunos da universidade” (*Movimento estudantil e repressão política: o ato público na PUC-SP (1977) e o destino de uma geração de estudantes*, cit., p. 40).

¹⁰⁷ Renato Cancian ainda traça o panorama dos CAs: mesmo sem terem existência legal e serem reconhecidos pela administração universitária, os CAs sobreviveram. Não dispunham de verbas oficiais e não eram reconhecidos por todas as direções das escolas e faculdades, mas eram tolerados. Ocupavam espaços físicos próprios, no interior das escolas e faculdades e realizavam eleições periódicas para composição das diretorias. Sua existência era produto do trabalho voluntário de reduzidos grupos de militantes estudantis (*Movimento estudantil e repressão política: o ato público na PUC-SP (1977) e o destino de uma geração de estudantes*, cit., p. 36).

¹⁰⁸ Histórico do CCA (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36, p. 1).

¹⁰⁹ Ibidem, mesma página.

¹¹⁰ Segundo Geraldo Siqueira, o CP continuou com suas atividades entre 1971-1972, até a formação do CCA (Depoimento à autora. Brasília, em 30.07.2009).

¹¹¹ Histórico do CCA (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36, p. 2).

órgão que passaria a coordenar as atividades da USP e a organizar o processo de reorganização do DCE.

Interessante ressaltar que foi aprovado um programa de “pontos comuns”¹¹² entre os CAs (entre eles a situação do CRUSP e a implantação da reforma do ensino), além da criação de um regimento para funcionamento do CCA, regimento que não foi aprovado como um todo, mas suas “formulações passaram a reger as reuniões e atividades do CCA desde então”.¹¹³

Novamente, em 1973, a discussão sobre a criação imediata de um DCE como entidade de massa voltou à cena, iniciada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” de Piracicaba (ESALQ) e na Escola de Comunicação e Artes (ECA)¹¹⁴. Três documentos foram escritos para subsidiar a discussão: “Aspectos gerais do anteprojeto dos estatutos do DCE da USP”, que colocava os pontos principais do estatuto do DCE de 1965; “Histórico do CCA”, para uma análise desde a criação do CP, em 1970, até as lutas empreendidas no ano anterior sobre ensino pago; e “Aspectos gerais do Decreto Aragão”, decreto que regulamentava as entidades estudantis, e que serviria para dar subsídio a essa questão, do ponto de vista jurídico.¹¹⁵

Segundo consta em relatório, foi realizada uma série de reuniões, cujo ponto central era a criação imediata do DCE.

Dentre os principais argumentos a favor da criação, podem-se destacar: “a estrutura ‘liberalista’ e burocrática do CCA, que acarretava infinita demora nas resoluções”; “o CCA não é uma entidade de massa e, portanto, carece de representatividade”; “não há ninguém que assuma pelo CCA e ele não pode deliberar, pois não tem carta-programa eleita e não pode obrigar os centros a cumprirem suas decisões”; e “o CCA é uma associação de posições diferentes e tende a posições médias, que nem sempre são as melhores”.¹¹⁶

¹¹² Destaca-se a passagem: “O importante desde programa é que representava um consenso unânime dos Centros e seria a base para a atuação do CCA da USP.” (Histórico do CCA – Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36, p. 2).

¹¹³ Histórico do CCA (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36, p. 3).

¹¹⁴ Segundo Geraldo Siqueira Filho as três escolas tinham sua representação encabeçada pelo PCB. Depoimento de Geraldo Siqueira à autora. Brasília, em 30.07.2009.

¹¹⁵ Última reunião do CCA – Informe (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36, p. 3).

¹¹⁶ Ibidem, mesma página.

Entre os pontos contrários à criação, destacam-se: “no momento não teria representatividade uma eleição do DCE e ele poderia até ser menos representativo que o CCA”; “o DCE seria monopólio de uma posição e criaria problemas para as outras”; “o CCA era mais indestrutível que um DCE, pois seria necessário destruir todos os CAs para liquidá-lo”; “os problemas burocráticos do CCA poderiam ser resolvidos com a melhor estruturação dele mesmo”.¹¹⁷

Algumas questões merecem destaque: não há nome de chapas ou correntes políticas, o que demonstra a dificuldade de nomear as organizações políticas naquele contexto. Mas, vislumbra-se a existência de posicionamentos políticos diversos e a disputa de “ideias”. Contudo, cabe ressaltar que, independente da ideia a ser defendida, almejava-se alguma forma de representação.

Os representantes da ECA propunham que o DCE fosse oficial, por acreditarem que teriam maior resguardo ao lado da Reitoria (o que nos leva a crer que essa proposta vinha de militantes do PCB, que procuravam realizar suas ações através de canais oficiais). Mas grande parte dos estudantes acreditava que se o DCE fosse oficial, ele não seria uma entidade livre e autônoma dos estudantes. A divisão de opiniões levou a uma prorrogação da definição CCA/DCE.

Concomitantemente, foi criada uma comissão, da qual fizeram parte representantes dos cursos de Filosofia, Geografia, Geologia e Direito, que redigiram um novo estatuto para o CCA, baseado no anterior. Quando colocaram o assunto em pauta, já no primeiro artigo as discordâncias apareceram. Dizia ele: “O CCA é o órgão máximo dos alunos da USP”. As propostas de mudanças foram inúmeras e se tornam significativas, na medida que havia diversas correntes políticas marcando posição dentro do movimento.

Os representantes do curso de Física afirmavam: “O CCA é o órgão coordenador dos CAs”. Os da Filosofia sustentavam: “CCA é o órgão máximo de representação estudantil da USP”. Já os da Poli, Geografia, Ciências Sociais, História, Química, Geologia e Direito preferiam que o CCA fosse “o órgão máximo de representação estudantil da USP, até a criação de um DCE por ele organizado”.¹¹⁸

¹¹⁷ Última reunião do CCA – Informe (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36, p. 3).

¹¹⁸ Ibidem, p. 5.

Toda a discussão sobre a rearticulação do DCE parece ter se esvaziado. A representação dos estudantes continuou a ser feita através do CCA. Mas o exemplo deixou claro que existiam diferentes concepções sobre as formas de representação, o que reforça a ideia da presença de diferentes correntes políticas em atuação.

Através dos documentos analisados, não é possível precisar quais correntes defendiam cada proposição, até porque esse ainda era um período de transição, no qual muitas correntes desapareceram (principalmente por causa da derrota da luta armada) e outras se formaram. Além disso, como afirma Geraldo Siqueira¹¹⁹, vários estudantes passaram a militar nas faculdades sem estarem ligados a uma corrente política.

É importante salientar que, apesar de se pregar a “cremação da atuação partidária”, as influências partidárias continuavam fortes, dando a tônica do desenvolvimento das ações. Corroborando essa visão, Celso Marcondes escreve:

“No início dos anos 1970, éramos tão poucos que não dava para falar de uma ‘geração’, muito menos ‘espontânea’. Espalhados pelas diversas faculdades [na USP] militantes da AP, da ALN, do PC do B, do PCB [e os agrupamentos trotskistas da Frente Estudantil Socialista e a Tendência pela Aliança Operário-Estudantil], entre outros, eram os impulsionadores de todas essas atividades ‘extracurriculares’, que iriam dar base para o ressurgimento vigoroso do ME nos anos seguintes (...).”¹²⁰

Mas fica claro também que, devido à repressão exercida pelos militares, as organizações não podiam se apresentar enquanto tais; mostrando um paradoxo no momento em que se buscava o ‘anonimato’ que significa a não vinculação ao coletivo, pregava-se uma resistência que pudesse articular todo um coletivo. Traço característico da resistência: luta individual e coletiva. Laurent Douzou afirma que a dimensão individual é central na vivência do resistente no contexto de luta clandestina porque ela não permite contatos de grupo nem debates a “céu aberto”. Mas apresenta-se também “coletiva”, uma vez que se percebe que as ações do resistente não são independentes de estruturas, organizações, agrupamentos e coletividades, em que o indivíduo se “encontrou” para crescer e sem as quais suas ideias

¹¹⁹ Depoimento de Geraldo Siqueira à autora. Brasília, em 30.07.2009.

¹²⁰ MARCONDES, Celso. Anos incríveis. In: MAUÉS, Flamarion; ABRAMO, Zilah Wendel. *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. p. 144.

teriam permanecido na utopia¹²¹. Numa situação dessa natureza, cabe ressaltar ainda a tensão permanente entre organização e improvisação.¹²²

Em suma, é possível afirmar a convivência de diferentes propostas em torno de uma resistência ao regime¹²³. Mesmo os grupos que propunham a luta armada como meio de combate contra a ditadura militar, dentro das universidades propunham ações centradas às questões vinculadas àquele meio. Tais grupos lutavam, em última análise, contra a ditadura, mas também a favor do socialismo, inclusive o PCB, considerado reformista, propunha a resistência democrática como uma das alternativas para não liquidação do ME e possibilidade de sua reestruturação.

Eduardo Faerstein, militante do PCB na UERJ, relembra, por exemplo, que o PC do B tinha uma estratégia que englobava duas formas de luta: ao mesmo tempo que o partido estava nos movimentos sociais, atuava também no foco guerrilheiro¹²⁴. Adriano Diogo apresenta um panorama dos grupos políticos atuantes na USP nesse momento:

“A força que fez a resistência no movimento estudantil era a ALN e ela influenciava. Depois, havia o PC do B, que influenciava outros centros acadêmicos, e a Ação Popular, AP, que era muito próxima do PC do B. Onde tinha PC do B na USP? Na Letras. Alguma coisa na Medicina, mas era tão pouca gente também (...) a gente fala, parece que tinha um partido inteiro, mas era muito pouca gente. Havia os trotskistas de Piracicaba, os trotskistas da Física, a AP tinha na Geografia, com o Geraldinho (...). Na Pedagogia, tinha alguma coisa, mas nós éramos tão poucos! Lógico que tínhamos diferentes formas de ver o mundo. Você imagina: havia até os posadistas (...) que eram os trotskistas e diziam que a luta socialista seria a luta intergaláctica, dos planetas, interplanetária, fantástico, não é? Era uma tese de um teórico uruguaio [sic]. Mas na realidade nós tínhamos era muito medo! Mas a coragem e o medo nos uniam. Não brigávamos tanto entre nós.”¹²⁵

¹²¹ DOUZOU, Laurent. La résistance: aventure individuelle et collective. In: MARCOT, François; LEROUX, Bruno; LEVISSE-TOUZÉ, Christine (Dirs.). *Dictionnaire historique de la résistance*. Paris: Robert Laffont, 2006. p. 57.

¹²² Ibidem, p. 63.

¹²³ Hamilton Garcia de Lima traça um panorama da movimentação da UnB: “(...) os militantes trotskistas do Partido Operário Revolucionário dos Trabalhadores (PORT) lideraram lutas contra as arbitrariedades dos vigilantes, editaram jornais que atingiam toda universidade, elegeram representantes estudantis para os órgãos colegiados (1973), constituíram com estes representantes um organismo clandestino para orientar o ME (1974) que se transformaria no Conselho Estudantil (1975) reunindo 16 representantes de 32 departamentos e dando ensejo à massificação do movimento.” (*O ocaso do comunismo democrático: o PCB na última ilegalidade* (1964-84), cit., p. 180).

¹²⁴ Depoimento de Eduardo Faerstein à autora. Rio de Janeiro, em 08.07.2008.

¹²⁵ Depoimento de Adriano Diogo ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, São Paulo em 11.11.2004. O teórico referido era o argentino Homero Cristali, cujo pseudônimo era J. Posadas (GORENDER, Jacob, *Combate nas trevas*, cit., p. 39).

1.4 Encontros acadêmicos, pautas políticas

Os chamados “encontros de área” e a reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) foram locais privilegiados para debater o sistema educacional e a política geral do país.

Eduardo Faerstein relembra que, após o “endurecimento” do regime com o AI-5, um estudante de Medicina teve a ideia de fazer um encontro científico da área. A partir disso, e com o fechamento dos diretórios, esses estudantes resolveram criar uma Associação dos Estudantes de Medicina do Estado da Guanabara (AEMEG):

“Ou seja, foi uma estratégia para dizer o seguinte, no fundo o que a gente queria: a AEMEG ela reunia as turmas de todas as Faculdades de Medicina do Rio, era como se fosse, entre aspas, um DCE das Medicinas, em que cada turma tava ali representada, formava um ‘conselhão’ da AEMEG. E dali saía, então, uma diretoria. É como se a tática fosse a seguinte: bom, não tem diretório, não tem DCE, mas vamos a gente aqui na Medicina, nas Medicinas públicas, criar um ‘barraco’ aqui, um negócio que nos articule. Como que os estudantes se reuniam para combinar que fariam uma passeata em favor do aumento das bolsas nos estágios de pronto-socorro¹²⁶? Era a AEMEG que fazia. A AEMEG é que saía na frente e puxava esse movimento. Era uma entidade recém-criada, recém-fortalecida, dando uma volta na proibição dos diretórios.”¹²⁷

Como forma de burlar a censura ao movimento, foi necessária a criação de novas formas de representação. Organizar encontros “acadêmicos” passou a ser outra maneira encontrada pelos estudantes para se articularem. Nota-se que a entidade de área assumiu um caráter deliberativo, uma vez que em seus fóruns eram tomadas posições e a própria entidade passou a exercer um papel de coordenação de algumas atividades.

Os encontros de área começaram a fazer parte da realidade de muitos cursos, além da Medicina: Administração, Arquitetura, Direito, Engenharia, entre outros. Serviam basicamente para verificação e discussão das questões do âmbito do curso, que refletiam na

¹²⁶ “Após uma reunião diante da Santa Casa de Misericórdia, uns 200 acadêmicos de medicina seguiram em passeata pelas ruas do Centro. (...) A maioria dos estudantes, que cursam o 3º, 4º e 5º anos, distribuíam folhetos com esclarecimentos sobre suas reivindicações: melhores condições para formação médica, remuneração para o estágio dos quintoanistas nos hospitais do Estado e mais verbas para a saúde na Guanabara.” (Acadêmicos fazem passeatas no centro. *Jornal do Brasil*, 14 nov. 1973, p. 5).

¹²⁷ Depoimento de Eduardo Faerstein à autora. Rio de Janeiro, em 08.07.2008.

análise do próprio contexto educacional do país: grade curricular, condições físicas de funcionamento, produção do conhecimento, mercado de trabalho; e acabavam redundando na discussão política geral do que se passava no período.

É o caso do Encontro de Estudantes de Ciências Econômicas da Região Sul, em maio de 1973, que teve como tema o currículo e o ensino de economia. Em um documento feito pelo Diretório Acadêmico de Economia da UFRGS, os estudantes trataram de examinar currículos (tendo constatado que estavam estruturados com a finalidade de mostrar como funcionava um sistema econômico capitalista¹²⁸) e debater os objetivos da ciência em questão (vendo a economia como uma ciência social, que visa à “correta alocação dos recursos escassos para fazer face às necessidades”¹²⁹). O documento elaborado por aqueles estudantes ainda afirmava:

“Achamos (...) que há uma íntima relação entre a ciência que nos é apresentada (...) e a realidade política que o país vive. Esta não é a única ciência e este não é o único ensino viável, e qualquer transformação pretendida só pode ser alcançada através da ativa participação estudantil.”¹³⁰

Nesse caso, a discussão ia além dos pontos meramente acadêmicos. Assim, a questão levantada contrasta com a afirmação do sociólogo Otávio Machado, que se torna parcial quando aponta que a estratégia do ME entre 1969-1975 “foi de focar nos problemas internos de sua profissão de forma desligada dos problemas políticos”.¹³¹

Esses encontros não deixavam de ser a oportunidade para um contato mais amplo, uma vez que a estrutura clássica do ME continuava sem representação nacional: esse era o momento para comparar as realidades distintas e para pautar “problemas comuns”. Esse fato se comprova através do excerto de um documento da reunião dos estudantes de engenharia em 1972:

¹²⁸ DAECA UFRGS. Currículo e ensino de economia. Encontro de Estudantes de Ciências Econômicas da Região Sul. Maio de 1973 (Arquivo dos DAs da FFCH/UFBA).

¹²⁹ Ibidem.

¹³⁰ Ibidem.

¹³¹ MACHADO, Otávio, *Formação profissional, ensino superior e a formação da profissão do engenheiro pelos movimentos estudantis de engenharia: a experiência a partir da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco (1958-1975)*, cit., p. 70.

“(...) cada vez mais clara a importância destes encontros, como forma de quebrar o isolamento entre os estudantes que se caracterizava desde 1968, propiciando oportunidades de serem examinadas e comparadas diferentes realidades de nossas escolas e ocasiões para que os problemas comuns fossem amplamente debatidos, e as lutas, que conduzissem às soluções procuradas, encaminhadas conjuntamente.”¹³²

Mirza Pellicciotta aponta a questão das estruturas administrativas dos encontros, que mudavam a cada ano, como uma forma de “democratizar o acesso dos estudantes de várias regiões – ou ainda, democratizar os registros destes eventos que ficam à disposição dos próprios estudantes”. Segundo sua análise, também essa forma organizativa sugere o quanto os órgãos de poder das universidades se encontravam fechados e refratários à presença dos estudantes.¹³³

Sem refutar seu diagnóstico, considero importante ponderar também que pelas dificuldades de organização já demonstradas, essa era outra maneira encontrada para burlar o cerceamento das liberdades impostas pela ditadura. O deslocamento das estratégias de luta foi uma forma de tornar mais acessível e ampliado o debate, mas também foi uma maneira de preservar a continuidade do movimento. Porém, a repressão às novas formas de luta não tardaram.

Em ofício enviado pela Reitoria da UFPB ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade, em 16 de outubro de 1975, é destacado:

“Esta Reitoria recebeu dos Escalões Superiores o que segue no texto: 1- Ultimamente estudantes dos mais variados cursos vêm promovendo ENCONTROS regionais ou nacionais, sem que a legislação vigente sobre o assunto venha sendo obedecida. 2- Frequentemente, esses ENCONTROS acabam servindo aos interesses da subversão, quando já não são por elas organizados. 3- Assim, é fundamental e indispensável à realização desses conclaves o cumprimento da legislação que disciplina a matéria: Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968; Decreto-Lei n. 228, de 28 de fevereiro de 1967; Decreto n. 69.053, de 11 de agosto de 1971; Portaria n. 283/MEC, de 10 de abril de 1972; Portaria n. 25/MEC, de 17 de janeiro de 1968; Aviso Reservado n. 873/73/MEC. 4- Incumbe à direção dos órgãos educacionais envidar esforços no sentido de orientar os estudantes sobre o assunto bem

¹³² Suplemento os Seminários de Engenharia, jan. 1974 (MACHADO, Otávio, *Formação profissional, ensino superior e a formação da profissão do engenheiro pelos movimentos estudantis de engenharia: a experiência a partir da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco (1958-1975)*, cit., p. 71). Segundo Otávio Machado, apesar do documento datar de 1974, tratava-se de um seminário da Região Sul, que aconteceu em 1972, mas que englobava escolas de outros Estados também.

¹³³ PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi, *Uma aventura política: as movimentações estudantis dos anos 70*, cit., p. 86.

como diligenciar para que as recomendações da legislação retro referida sejam cumpridas, particularmente quanto aos prazos estabelecidos. 5- a ‘política do fato consumado’ (inobservância dos prazos ou as próprias recomendações prescritas na legislação) traz prejuízos de ordem administrativa, e, conseqüentemente, as repercussões no meio estudantil podem ser caracterizadas como desfavoráveis à política educacional.”¹³⁴ (grifos originais)

Pelas muitas leis e decretos citados, pode-se notar a vigilância exercida sobre movimento. Especificamente o Decreto-Lei n. 69.053/71 e a Portaria n. 283/72 propuseram primeiramente que as universidades negassem espaço para esses eventos que, posteriormente, foram totalmente proibidos. Pellicciotta comenta que esses encontros preocupavam as autoridades, pelo reforço que angariavam aos “diretórios acadêmicos”¹³⁵, o que fica expresso em um relatório do SNI:

“(...) o progressivo fluxo de informações e troca de *experiências* entre as lideranças estudantis dos diversos Estados (...) tem favorecido a criação de uma *unidade de pensamento*, capaz de repercutir, numa fase posterior, em reivindicações comuns por parte de lideranças estudantis de diversas regiões do país.”¹³⁶

Esses encontros continuaram a existir. Porém, o mais interessante a assinalar é que outras formas de resistência foram criadas para lutar, dentro dos limites impostos pela repressão, contra o regime. A saída apontada, através de novas formas de organização, de pequenos atos, de protestos isolados, de ações centradas na política educacional praticada pelo regime, pôde sustentar um movimento estudantil que ainda se dispunha a organizar e lutar contra o que estava sendo imposto naquele momento.

Dentre os encontros de área, não resta dúvida que as reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) passaram a ter um papel importante durante os anos de 1970, tendo ela sido umas das principais entidades a lutar pela redemocratização do país. A 24ª reunião foi realizada em julho de 1972 na USP e contou com a participação de 4.000 cientistas de todas as áreas.

¹³⁴ Ofício n. 22/75-GAB (PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi, *Uma aventura política: as movimentações estudantis dos anos 70*, cit., p. 87-88).

¹³⁵ PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi, op. cit., p. 87.

¹³⁶ SNI. Apreciação Sumária n: 16/75, AEG/CPDOC (CANCIAN, Renato, *Movimento estudantil e repressão política: o ato público na PUC-SP (1977) e o destino de uma geração de estudantes*, cit., p. 82).

A oportunidade para tratar de temas concernentes à situação da ciência e do cientista em geral, na verdade, era um momento também para falar da realidade vivida em âmbito nacional. Tratava-se de sair da “penumbra”, como afirmava o professor Simão Mathias ao jornal da Poli: “A USP está vivendo, durante estes dias, a verdadeira universidade, onde as ideias circulam livremente, sem fronteiras de áreas de estudo e fugindo do isolamento que a caracteriza durante o ano todo.”¹³⁷

Essa era mais uma oportunidade para os estudantes se reunirem e protestarem contra a política de ciência e tecnologia do governo. Os alunos que militavam na Escola Politécnica acreditavam que o maior entrave ao desenvolvimento da ciência no país era o domínio dos interesses de capitais estrangeiros.¹³⁸

Também aproveitavam o prestígio da “Sociedade” para aprovar moções, como a encaminhada à 27ª Reunião, em 1975, em que foi solicitado o apoio contra leis, como o Decreto-Lei n. 477 e a Portaria n. 25¹³⁹, que cerceavam a organização de eventos e reuniões no âmbito educacional e cultural. Essa reivindicação permite perceber a mudança de conjuntura: quarenta e uma entidades estudantis (entre CAs, DCEs e Executivas de curso) assinaram o documento, incluindo os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Ceará, Rio Grande do Sul e o Distrito Federal.

Oportunidade para se fazer política, oportunidade para discutir ideias, oportunidade de realizar “trocas” com outros estudantes e professores de outras partes do país. As reuniões da SBPC permitiram o florescimento da vida universitária, ao possibilitar discussões sobre o conteúdo “específico” dos Encontros – educação, ciência e tecnologia –, mas também sobre a realidade nacional. Essa entidade não só permitiu a circulação de ideias num momento em que elas eram fortemente vigiadas, como também desempenhou papel fundamental no processo de

¹³⁷ *Poli Campus*, de ago./set. 1972 (Arquivo dos DAs da FFCH/UFBA).

¹³⁸ *Ibidem*.

¹³⁹ A Portaria n. 25, de 17.01.1968 estabelecia que um evento dessa natureza só poderia ser realizado com um plano detalhadamente especificado e encaminhado ao ministro da Educação, responsável pela autorização.

abertura política do país¹⁴⁰. E, sem dúvida, os estudantes universitários souberam aproveitar esse canal para dar continuidade à resistência contra o regime.

1.5 As lutas contra a política educacional do governo

Um dos principais meios empregados pelo ME como forma de resistência ao regime militar durante os “anos de chumbo” estava centrado na luta contra a política educacional do governo (PEG). As movimentações levadas a cabo pelos estudantes reverberaram principalmente dentro do Ministério da Educação, exigiram novos posicionamentos por parte de seus representantes e conseguiram, algumas vezes, a readequação de certos objetivos, caso do ensino pago, como veremos.

A resistência contra a PEG abordava desde questões específicas, como a limitação de 1/5 para a representação estudantil nos colegiados de cursos, até a reforma universitária (RU) como um todo.

Quanto a essa última, os estudantes acreditavam, de uma maneira geral, na possibilidade de uma reforma que permitisse a solução dos grandes problemas educacionais e tivesse como critério sua possível contribuição para o desenvolvimento social da maioria da população¹⁴¹. Mas acreditava-se que a RU estava inserida numa política de incentivo ao investimento privado nacional e estrangeiro, o que levava à submissão da universidade a esses interesses, em detrimento da produção de conhecimento.

¹⁴⁰ Marco Aurélio Garcia corrobora esse ponto de vista: “A SBPC vinha, desde os anos 1973-1974, transformando-se em um grande fórum de debates para repensar o Brasil, não só no que diz respeito ao imperativo de democratizar o país, mas, sobretudo, de compreender que essa democratização tinha que transcender o estrito terreno da modificação institucional e deveria abranger também o campo da democratização social. Não foi à toa que os debates da SBPC, a partir de então, passaram a ser um importante fórum de elaboração dos intelectuais brasileiros associados à universidade, que assumia naquele momento um papel crítico, como corresponde a toda universidade assumir. Mais do que isso: passaram a ser o local privilegiado para realização de painéis e mesas-redondas em que se discutiam, com a participação de um grande público e com grande cobertura de imprensa, os mais importantes problemas que afligiam a sociedade brasileira naqueles anos de opressão.” (GARCIA, Marco Aurélio. *Um lugar histórico*. Texto extraído da exposição feita na sessão de abertura do Seminário “Reorganização do Movimento Estudantil – 20 anos”, realizado pela Fundação Perseu Abramo na PUC-SP, de 22 a 25.09.1997. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=3001>>. Acesso em: 23 dez. 2009).

¹⁴¹ Pontos para discussão, [1970?] (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36. p. 3).

Segundo estudantes da USP, as orientações da reforma passaram a ser submetidas e controladas pelos interesses das grandes empresas, que visavam apenas à “mão de obra qualificada”. Nesse sentido, “o interesse estava voltado para formação de técnicos a curto prazo e não cientistas ou tecnólogos”.¹⁴²

Essa questão na área de ciências humanas parecia ser mais alarmante porque comprometeu o ensino das disciplinas de História, Geografia e Ciências Sociais: elas foram agrupadas numa única, que passou a ser chamada de Estudos Sociais¹⁴³. Os estudantes se opuseram a essa mudança, que transformou um ensino de caráter científico e de análise crítica da sociedade em um instrumento de sustentação ideológica da política da ditadura.¹⁴⁴

A luta em prol do “contra” é atestada em inúmeros documentos, que demonstram os protestos dos estudantes à política do governo. Neles há propostas de melhoria de educação, mas a maioria apresenta argumentos contra a política adotada pelo regime, principalmente no campo econômico e no campo educacional, o que demonstra a dificuldade de intervenção positiva e crítica no âmbito das instituições de ensino existentes. Seguindo as pistas de Rosanvallon, poderia afirmar que a luta era muito mais contra do que propositiva.¹⁴⁵

Os estudantes lutaram contra uma universidade que consideravam sucumbida aos interesses privados e privada da possibilidade de reflexão, bem como de exercer seu papel formador e produtor de ciência. E contra o ensino pago. Essa era a principal bandeira do movimento.

Eduardo Faerstein recorda que na UERJ, em 1970-1971, se iniciou a cobrança de taxas, como as de laboratório e de outros tipos¹⁴⁶. Os estudantes logo viram naquilo uma insidiosa tentativa de tornar o ensino pago, em consonância com os acordos MEC/USAID, que na época estavam sendo implantados. Mas o que desencadeou os mais veementes

¹⁴² Pontos para discussão, [1970?] (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36. p. 4).

¹⁴³ Segundo documento do CCA/USP, de acordo com o Parecer n. 554/72, o objetivo desta disciplina passou a ser “a formação de professores que irão manejar o mesmo instrumental didático, apenas com prismas e dosagens diversificados na linha de cada um, para a condução dos educandos de 1º e 2º graus ao exercício consciente da cidadania (Pontos para discussão, [1970?] – Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36. p. 3).

¹⁴⁴ Pontos para discussão, [1970?] (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36. p. 3).

¹⁴⁵ ROSANVALLON, Pierre. *La contre-démocratie: la politique à l'âge de la défiance*. Paris: Seuil, 2006. p. 168.

¹⁴⁶ “Houve uma cobrança, como um balão de ensaio me parece: taxa de laboratório, taxa de biblioteca. Acho que a reação, por mais restrita que possa ter sido, houve. Envolveu reuniões, abaixo-assinados, idas à reitoria coletivas e isso significou, a impressão que dá é que houve um impacto em evitar que isso se intensificasse”. (Depoimento de Eduardo Faerstein à autora. Rio de Janeiro, em 08.07.2008).

protestos do período parece terem sido as declarações do ministro da Educação Jarbas Passarinho, a partir do segundo semestre de 1972, sobre o pagamento nas universidades, estando isentos somente os estudantes cuja renda familiar fosse inferior a faixa de 3% da alíquota do imposto de renda.¹⁴⁷

De acordo com um documento¹⁴⁸ produzido pelo DCE e pelos CAs da UFRGS, a instituição do ensino pago – uma das molas mestras da reforma universitária – demonstrava o caráter elitizado e retrógrado da política educacional que barraria, à maioria do povo, o acesso à educação.

Já o dossiê¹⁴⁹ realizado pela AEMEG em 1973 apresenta várias tabelas, dentre elas uma de gastos do orçamento da União com a rubrica educação. Através delas, ficava demonstrado que, no ano de 1965, o Brasil destinava 11% de seu orçamento à educação, enquanto que em 1972, a porcentagem caiu para a casa dos 6,5%, enquanto a rubrica defesa e segurança passou a 13,5%, em 1972.

A escalada para o ensino pago era entendida como a substituição do setor público pelo privado e a isenção de responsabilidade do Estado pela direção do ensino superior. Os jornais universitários traziam os informes de diferentes universidades mostrando as taxas e os altos custos da educação privada. Os dados referentes a inúmeras universidades demonstram que havia uma circulação das informações e, dessa maneira, certo grau de mobilização por parte do movimento.

No ano de 1972, o CCA/USP elaborou e encaminhou às faculdades um caderno especial sobre “ensino pago”, a partir das suas pesquisas, estudos e informações sobre a proposta política educacional que o governo queria implantar. O deputado estadual Alberto Goldmann, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), realizou uma palestra no auditório da Politécnica, onde estiveram reunidos mais de 1.000 estudantes. O deputado demonstrou que a situação vivenciada proporcionava a elitização cada vez maior do ensino superior, uma

¹⁴⁷ *Folha de S. Paulo*, de 22 jul. 1972, transcrita no jornal *O Universitário*, jornal do DCE e DAs da UFRGS, nov. 1972 (Arquivo dos DAs da FFCH/UFBA).

¹⁴⁸ O ensino pago e a sua escalada na UFRGS. [1973] (Arquivo dos DAs da FFCH/UFBA).

¹⁴⁹ Anuidades. AEMEG 68-1973 (Arquivo dos DAs da FFCH/UFBA).

vez que o ensino pago impedia maiores oportunidades de ingresso nas universidades para os setores menos favorecidos da sociedade.¹⁵⁰

Nesse contexto, o CCA realizou um plebiscito entre os estudantes da USP, em novembro de 1972, sobre o ensino pago: cerca de 25% dos alunos votaram (os números apresentados variam entre 7.000 e 10.000 votantes) e mais de 95% deles se posicionaram contra o ensino pago. De acordo com os informativos do Grêmio Politécnico, as escolas que participaram da votação foram a própria Poli, a ESALQ, a Faculdade de Economia e Administração e a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Os jornais da Grande Imprensa que cobriram o evento¹⁵¹ ainda apontavam a votação nos cursos de Geologia, Comunicação e Artes e Medicina.

O plebiscito gerou certa repercussão na imprensa: os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha da Tarde*¹⁵² noticiaram o evento, o que provocou reação por parte do Ministério da Educação. Geraldo Siqueira Filho lembra a reação do ministro: “O Passarinho, bobo, foi a público e rebateu. (...) Resolveu ir aos jornais discutir conosco e isso nos deu uma visibilidade inédita e quase inútil também no meio daquela ditadura. Mas resistíamos, mandávamos notinhas para os jornais.”¹⁵³

Os jornais *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo* de 21 de novembro daquele ano publicaram reportagens com entrevista do ministro, que afirmava que um grupo de trabalho do Ministério estava estudando a possibilidade de cobrar mensalidade dos estudantes mais abastados, em favor dos menos favorecidos. Ainda em sua declaração, Passarinho comentava o plebiscito:

“O grupo de universitários abastados e os de ideologias radicais de esquerda são os elementos que estão dificultando, de forma sistemática, a resolução dos problemas do ensino superior, chegando mesmo a promover na USP um

¹⁵⁰ Ensino pago tem plebiscito na USP. *O Estado de S. Paulo*, de 11 nov. 1972, p. 2.

¹⁵¹ *O Estado de S. Paulo*, de 14 nov. 1972; *Folha da Tarde*, de 15 nov. 1972. *Boletim Informativo do Grêmio Politécnico*, n. 23, de 21 nov. 1972 (Arquivo dos DAs da FFCH/UFBA).

¹⁵² *O Estado de S. Paulo*, de 14, 15 e 21 nov. 1972, trouxe matérias sobre o plebiscito e a reação do ministro e a *Folha da Tarde*, de 15 nov. 1972, uma matéria intitulada “Plebiscito sobre o ensino pago: finda primeira fase” (Arquivo dos DAs da FFCH/UFBA).

¹⁵³ Depoimento de Geraldo Siqueira Filho concedido ao Projeto Memória do Movimento Estudantil. Brasília, em 01.12.2004.

plebiscito baseado numa verdadeira colcha de retalhos ideológicos e de dados facciosos, para conseguir votos contra o estabelecimento do novo plano de educação.”¹⁵⁴

O jornal *Opinião* publicou uma matéria comentando a declaração do ministro sobre uma “triste aliança” entre ‘comunistas’ e ‘ricos’ na USP, acrescentando que “a esquerda e a riqueza deram-se as mãos, uns tentando impedir que os alunos pobres venham a ser beneficiados pelo governo, outros movidos por mero egoísmo”. A matéria comentava também outra declaração do ministro: “(...) os universitários estão é desinformados quanto ao que o governo de fato pretende. (...) Pois, se os estudantes estão equivocados, como faz crer o ministro, não será exatamente porque o assunto vem sendo tratado sob espessa capa de sigilo?”¹⁵⁵

No intuito de rebater as críticas do ministro, o CCA lançou um boletim com a chamada “Milhares de subversivos na USP”, que tinha como objetivo informar aos estudantes a repercussão do plebiscito realizado e as “inverdades” ditas por Passarinho. A reportagem alertava logo no início:

“Você mesmo pode ser um deles: basta ter votado contra o ensino pago ou mesmo ter uma opinião contrária à sua implantação (...) todos aqueles que tentam discutir, opinar e participar de decisões fundamentais da universidade serão taxados de ‘subversivos’, pois estarão dificultando a implantação de um ‘plano’ para educação.”¹⁵⁶

O último parágrafo do documento apresenta o caminho correto a ser tomado: o da “discussão e da participação democrática” na solução dos problemas universitários e da vida nacional.

O plebiscito teve ampla repercussão. Em janeiro de 1973, numa reunião do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), o então reitor da UFPE, Marcionilo de Barros Lins, declarou:

¹⁵⁴ Reportagem de jornal de circulação nacional do dia 21 nov. 1972. Milhares de subversivos na USP, *Boletim do CCA*, [1972] (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36).

¹⁵⁵ *Opinião*, de nov. 1972. Ensino pago. CCA/USP, nov. 1973 (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36).

¹⁵⁶ Milhares de subversivos na USP. *Boletim do CCA*, [1972] (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36).

“(...) é injusto isentar do pagamento do ensino os estudantes carentes de recursos. A carência é transitória, uma vez que se está preparando o estudante para o exercício de uma atividade de nível superior, que lhe permitirá auferir, futuramente, uma renda do mesmo nível do aluno que foi considerado não carente. Portanto, a totalidade dos alunos deve pagar o ensino.”¹⁵⁷

O jornal *PoliCampus*, de março de 1973, trouxe uma reportagem de duas páginas abordando o resultado da reunião do CRUB, mostrando que a tendência era de “elitizar o ensino superior, tornando-o uma simples mercadoria”¹⁵⁸. A reportagem se encerrava afirmando que todos os estudantes e CAs estavam contra a medida e lutavam pelo ensino público e gratuito. Dossiês¹⁵⁹ foram feitos pelos órgãos de representação, com o intuito de informar o andamento da questão ao conjunto dos estudantes.

As tentativas por parte do governo de defender o ensino pago não tiveram o sucesso almejado, apesar da continuidade da exigência de pagamento de taxas dentro das universidades. Em outubro de 1973, o *Jornal do Brasil* publicou uma reportagem com a seguinte manchete “Passarinho sairá frustrado por não deixar ensino pago”.¹⁶⁰

Esse final explicita bem as mudanças no cenário da luta do ME. Já no término do ano de 1972, a opção pela guerrilha não era mais atraente, até porque ela estava praticamente dissipada. Surgiram nesse momento os primeiros “ecos” da proposta para um retorno ao Estado democrático e a luta contra o ensino pago se inseriu nesse novo contexto: foi não apenas uma reivindicação estudantil, mas também uma nova forma de luta por maior inserção nos rumos da vida política nacional, visando à abertura do regime.

Mas é interessante notar que os poucos trabalhos que abarcam o movimento estudantil nesse período mostram o plebiscito como uma ação realizada no ano de 1972, sem mencionar o desenrolar do seu processo, como também o direcionamento da luta para a

¹⁵⁷ Reunião de reitores apoia o ensino pago. *O Estado de S. Paulo*, de jan. 1973. Ensino pago. CCA/USP, nov. 1973 (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36).

¹⁵⁸ *PoliCampus*, de mar. 1973 (Arquivo dos DAs da FFCH/UFBA).

¹⁵⁹ O ensino pago e a sua escalada na UFRGS. [1973] (Arquivo dos DAs da FFCH/UFBA); Anuidades: AEMEG 68-1973 (Arquivo dos DAs da FFCH/UFBA). Ensino pago. CCA/USP, nov. 1973 (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36).

¹⁶⁰ Passarinho sairá frustrado por não deixar ensino pago. *Jornal do Brasil*, de out. 1973. Ensino pago. CCA/USP, nov. 1973 (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36).

redemocratização¹⁶¹. No entanto, as ações políticas nesse sentido mostram um movimento estudantil “na ativa”, que permite entender o plebiscito sobre o ensino pago como parte de um processo de resistência que continuou existindo na maior parte das universidades públicas brasileiras. Acredito que foi a imersão nesse processo que permitiu ao ME reorganizar-se, “reinventar-se”, até se tornar o primeiro ator político a retomar nas ruas a luta “pelas liberdades democráticas”.

Pode ser que o impacto das ações dos estudantes não tenha sido o fator determinante para a não implementação dos projetos educacionais pretendidos. Difícil verificar se essas ações tiveram eco dentro da sociedade, mas elas repercutiram dentro do Ministério. Também se pode levar em conta que a conjuntura política do país começava a mudar. Todos os fatores apresentados são relativos. No entanto, foi averiguada a constante movimentação dos estudantes contra a política educacional do governo, ato primordial que caracteriza a resistência.¹⁶²

A luta contra o ensino pago acabou por mobilizar estudantes em todo país: essa luta era específica do movimento estudantil, mas acabou se revelando uma maneira eficiente de protesto que se inseriu no contexto mais amplo da luta política pela abertura democrática.

1.6 O ME e a luta política mais ampla: o Decreto-Lei n. 477, direitos humanos e eleições

As lutas encampadas pelos estudantes não estavam restritas somente aos problemas de ordem acadêmica. Elas foram orientadas a partir de temas políticos mais amplos, que estabeleciam pontes entre o ME e outros setores políticos, quando havia questões de interesse comum, como no caso da tentativa de revogação do Decreto-Lei n. 477, quando os estudantes se aproximaram de membros do Poder Legislativo.

¹⁶¹ PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi, *Uma aventura política: as movimentações estudantis dos anos 70*, cit., p. 80; COSTA, Caio Túlio, *Cale-se*, cit., p. 29; CANCIAN, Renato, *Movimento estudantil e repressão política: o ato público na PUC-SP (1977) e o destino de uma geração de estudantes*, cit., p. 41; SANTANA, Flávia de Angelis, *Atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964-1984*. 2007. 228 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. p. 145.

¹⁶² MARCOT, François. Réflexions sur les valeurs de la résistance. In: GUILLON, Jean-Marie; LABORIE, Pierre (Dir.). *Mémoire et histoire: la résistance*. Toulouse: Privat, 1995. p. 81.

Desde a sua publicação, em fevereiro de 1969, o decreto era alvo de críticas por uma minoria de deputados opositores ao regime, que o consideravam um “instrumento de coação”, ou ainda uma “medida de exceção”¹⁶³. O lado governista, ao contrário, entendia o decreto como uma “medida de segurança nacional”.

A primeira tentativa para revogação foi feita ainda em 1970. O deputado Oscar Pedro Horta, do MDB, apresentou um projeto que o caracterizava como “uma aberração jurídica inaceitável e cerceadora do tipo de vivência que deve caracterizar a formação do universitário”¹⁶⁴. O projeto foi rejeitado pela Comissão de Constituição de Justiça da Câmara e arquivado. O mesmo fim teve o projeto do deputado Marcos Freire, também do MDB, e em 1971, o do deputado J. G. de Araújo Jorge.

Em 1973, ocorreu nova “onda” de protestos contra o 477. No início de outubro, o reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), respaldado pelo decreto-lei, determinou o fechamento do DA da Faculdade de Economia¹⁶⁵ (DAECA) que, segundo o *Boletim Informativo da Poli/USP*, era “o mais bem organizado” do Rio Grande do Sul. A causa estava centrada na circulação de um jornal do DA, *O Jornaleco*, que continha manifestações de caráter político, contrariando a legislação em vigor.¹⁶⁶

As denúncias trazidas à Câmara pelo vice-líder do MDB Lysaneas Maciel levaram o líder do partido Aldo Fagundes a propor a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)¹⁶⁷. Depois de “acirrados debates”, segundo jornal *O Globo*, o ministro da Educação foi convidado para uma reunião conjunta das Comissões de Educação e Cultura do Senado e Câmara “para explicar os problemas atuais da educação, principalmente com relação aos estudantes”.¹⁶⁸

¹⁶³ O debate do 477. *Veja*, de 07 nov. 1973.

¹⁶⁴ A inútil luta do Congresso contra o decreto 477. *Jornal da Tarde*, de 26 out. 1973.

¹⁶⁵ De fato Diretório Acadêmico de Economia, Contábeis e Atuariais da UFRGS.

¹⁶⁶ Fechado Diretório no RS. *Boletim Informativo*, Grêmio Politécnico, de 16 out. 1973, capa (Arquivo dos DAs da FFCH/UFBA). “Ao que parece, a ira do reitor vem de artigos publicados no órgão estudantil *Jornaleco* (1.000 exemplares) criticando o diretor da sua escola por se recusar a emprestar uma sala de aula destinada à realização de debates sobre ‘os modelos de crescimento econômico’ e ‘deplorando a situação da atual universidade brasileira’” (O debate do 477. *Veja*, de 07 nov. 1973 – Arquivo do Jornal do Brasil). Ver capa do jornal (Anexo III).

¹⁶⁷ MDB tenta criar uma CPI na Câmara para apurar uso do 477 contra estudantes. *Jornal do Brasil*, de 17 out. 1973 (Arquivo do Jornal do Brasil).

¹⁶⁸ Comissão da Câmara rejeita proposição contra decreto 477. *O Globo*, de 25 out. 1973 (Arquivo do Jornal do Brasil).

O ministro explicou que era um erro associar a aplicação do decreto-lei à violência. Para rebater as críticas do deputado Lysaneas, de que o decreto sustentava um clima de terror na universidade brasileira, Passarinho declarou que não poderia dar “salvo-conduto, *habeas corpus* preventivo para se lutar contra a democracia ou contra o regime que nós representamos”¹⁶⁹. Mais uma vez a questão parece ter caído no “vácuo” ou ainda abafada pela “situação”.

A repercussão no meio estudantil do fechamento do Diretório foi notória. Protestos em solidariedade foram feitos pelo DCE de Universidade de Caxias do Sul (UCS); os DAs e DCE da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), os DAs da Universidade de Ijuí; 11 DAs da USP; o DCE e DAs da UFMG, além dos DAs e do DCE da própria UFRGS e da Ala Jovem do MDB. Além disso, os estudantes da universidade se mobilizaram e coletaram 3.500 assinaturas em um documento no qual “repudiavam o decreto terrorista”, manifestando “a necessidade de sua revogação”.¹⁷⁰

Para os estudantes, o 477 significava um instrumento de repressão específico para a universidade. O Centro Acadêmico Lupe Cotrim da Escola de Comunicação e Artes da USP, em entrevista ao *Jornal da Tarde*, declarou:

“O 477 é instrumento de uma determinada realidade. Ele é específico para o ambiente educacional do país, como existem outros, para diferentes setores da comunidade. Todos procuram proibir a participação do povo nas decisões. Sua existência está ligada a um sistema de repressão a todos os grupos sociais.”¹⁷¹

O assunto parece ter tido uma boa cobertura nos periódicos nacionais. Burlando a censura imposta aos jornais, alguns deles publicavam matérias que, de certo modo, iam contra a linha imposta pelo governo. Essa era uma maneira velada de fazer resistência ao governo que determinara a censura dos jornais.

Depois de muitos protestos, o DAECA foi reaberto no ano seguinte, com a condição de apresentar novos estatutos ao Conselho Universitário. Essa condição foi entendida pelos

¹⁶⁹ O debate do 477. *Veja*, de 07 nov. 1973 (Arquivo do Jornal do Brasil).

¹⁷⁰ Reabertura do DAECA. *O Universitário* – Órgão do Diretório Central dos Estudantes da UFRGS, de set. 1974 (Arquivo dos DAs da FFCH/UFBA).

¹⁷¹ Os estudantes falam do 477. E do medo nas escolas. *Jornal da Tarde*, de 30 out. 1973 (Arquivo do Jornal do Brasil).

estudantes como um mero artifício para “não ficar às claras que nada havia de impedimento para justificar o funcionamento do DA”.¹⁷²

Esse caso exemplifica a existência de uma luta que permitiu estabelecer uma ponte entre estudantes e parlamentares. E, dentro das parcas possibilidades, de uma união para a resistência à ditadura, na qual a questão educacional foi o mote que mais abriu brechas para tanto.

A “brecha” para tratar de temas “mais amplos” apareceu em 1973, momento em que se comemoraram os 25 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), da qual o Brasil era signatário. A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) decidiu discutir o tema na sua assembleia geral realizada em fevereiro e promoveu diversas ações, entre elas a “promoção de uma campanha que começou nas escolas com a cooperação da juventude, tão sensível às violações dos direitos humanos”.¹⁷³

As ligações da Igreja com o ME no Brasil, que tinham se iniciado nos anos 1950¹⁷⁴, foi retomada na década de 1970, por iniciativa de algumas correntes políticas. Por ocasião da Conferência dos Bispos em 1973, os CAs da USP e PUC-SP enviaram um abaixo-assinado com 279 assinaturas. O documento, além dos estudantes, teve a adesão de 53 artistas (dentre eles Chico Buarque), 50 educadores (como Antônio Cândido de Mello e Souza), 12 escritores (como Alceu Amoroso Lima), 51 padres, operários, funcionários de empresas e profissionais liberais.¹⁷⁵

O abaixo-assinado reafirmava os preceitos da nota distribuída pela CNBB de repelir “a tortura física ou moral, mesmo que se dirija à mais culpada das criaturas. Repelimos a tortura, qualquer que seja o pretexto para aplicá-la”¹⁷⁶. Pedia o pronunciamento público da Confederação em relação à observância da Declaração dos Direitos Humanos no país,

¹⁷² Reabertura do DAECA. *O Universitário* – Órgão do Diretório Central dos Estudantes da UFRGS, de set. 1974 (Arquivo dos DAs da FFCH/UFBA).

¹⁷³ *Veja*, de 14 fev. 1973, p. 27 (Acervo Digital).

¹⁷⁴ Algumas referências sobre o tema: LÖWY, Michel. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000; SOUZA, Luis Alberto Gomes de. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984; ARANTES, Aldo; LIMA, Haroldo. *História da ação popular da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

¹⁷⁵ O abaixo assinado. *PoliCampus*, de mar. 1973 (Arquivo dos DAs da FFCH/UFBA).

¹⁷⁶ *Ibidem*.

lembrando os compromissos assinados na Conferência de Medellín¹⁷⁷. O documento procurava sensibilizar também os membros das Comissões de Justiça e Paz existentes no país, no sentido de se pronunciarem contra a repressão. Cabe destacar a maneira como foi subscrito: “Nós, democratas, abaixo-assinados, apelamos à Assembleia Geral da CNBB”¹⁷⁸, o que significa que a pauta de reivindicações estava sendo mudada e a luta pelos Direitos Humanos fazia parte de uma agenda em prol do retorno da democracia no país.¹⁷⁹

Durante todo o ano de 1973, os jornais estudantis publicaram reportagens que faziam menção à Declaração dos Direitos Humanos. O *Beba* – Boletim dos Estudantes da Bahia, do DCE da UFBA, na sua edição de 14 de maio, relembrou o artigo 1º¹⁸⁰, atrelando as comemorações da abolição da escravatura à necessidade de nova libertação dos oprimidos. Ainda afirmaram que o 13 de maio não fora um ato final, mas o início de uma luta maior¹⁸¹. Ao rememorar essa data, o autor do texto fazia uso político do passado, com o objetivo de fornecer subsídios para pautar a luta do momento. A abolição da escravatura, data simbólica da história do Brasil, servia como base para a luta pela liberdade contra um governo opressor.

O jornal *Opinião* do CA da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu propunha que a leitura da “Declaração” em tempos de “regimes fortes”, como na Espanha e na Rússia, e em repúblicas latino-americanas, tornava-se um importante “exame de consciência”, tanto por parte daqueles que agrediam, como por parte dos agredidos. Nesse

¹⁷⁷ A 2ª Conferência Geral do Episcopado Latino-americano foi realizada em Medellín (Colômbia), em 1968. Dentre os temas, ganharam grande repercussão os documentos sobre a justiça, a paz e a pobreza da Igreja. Diante da relevância e impacto desses documentos, elementos característicos de Medellín foram as reflexões sobre pobreza e libertação (MEMÓRIA: Conferência de MEDELLIN (1968). *Boletim da Assessoria de Imprensa da CNBB*, n. 12, de 20 maio 2007. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/documento_geral/BolVCG_12.doc>. Acesso em: 16 jul. 2009).

¹⁷⁸ O abaixo-assinado. *PoliCampus*, de mar. 1973 (Arquivo dos DAS da FFCH/UFBA).

¹⁷⁹ A revista *Veja* traz uma menção interessante que pode estar atrelada à questão. A matéria “O silêncio rompido” fala que o documento sobre direitos humanos divulgado pelos bispos foi considerado “tímido e genérico pelos que esperavam uma manifestação mais ousada e objetiva da Igreja Católica”. Nesse sentido, a Igreja produziu um dos seus mais extensos documentos, arrolando em dezenove proposições os deveres dos cristãos na defesa dos direitos humanos. Certamente, o abaixo-assinado ajudou a interferir na postura da Igreja. (O silêncio rompido. *Veja*, de 21 mar. 1973, p. 28).

¹⁸⁰ “Artigo 1º - Todos os homens nascem livres e iguais em dignidades e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.” (Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em: 27.07.2009).

¹⁸¹ 13 de maio. *BEBA* – Boletim dos Estudantes da Bahia. DCE UFBA, n. 5, de 14 maio 1973 (Arquivo dos DAS da FFCH/UFBA).

caso, esperava-se que o debate em torno dos preceitos da “Declaração” pudesse transformar-se em uma ação a favor da igualdade e liberdade e respeito mútuo entre os homens.¹⁸²

O jornal *Gol a gol...*, do DCE da UFMG, numa edição especial de dezembro de 1973, apresentava uma capa com o desenho de duas mãos segurando ferros que lembravam uma prisão. A edição toda foi dedicada à “Declaração”. Uma página inteira referia-se ao artigo 4º: “Ninguém será mantido em escravidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos”; ela era seguida de outra, na qual havia a reprodução de uma reportagem do *Jornal do Brasil* (de 29 de julho de 1972) que denunciava a presença de escravos numa fazenda na Belém-Brasília. Outra página inteira foi dedicada ao artigo 5º: “Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.” Ela também vinha seguida de outra, que continha reportagens sobre torturadores protegidos pela Secretaria de Segurança de São Paulo.

Cabe assinalar que seguidamente apareciam nas publicações estudantis reportagens e informações de outros jornais, sem comentários sobre o que era publicado. Esse silêncio pode ser entendido como compreensão dos limites da censura.

Ainda sobre as manifestações censuradas, considero importante dar destaque à contínua “vigilância” em relação aos trotes ou “calouradas”. Como ainda ocorre atualmente, no início de cada ano letivo, os estudantes preparavam programações variadas para receber os alunos ingressantes. As atividades serviam para recepcionar os calouros e os aproximar dos canais de representação. Mais do que um ponto de aproximação, essas primeiras atividades visavam, naquele momento, a apresentar informações sobre a realidade na qual o país estava inserido, com o objetivo de introduzir o estudante no universo das questões específicas do sistema educacional.¹⁸³

¹⁸² 25 anos de direitos humanos. *Opinião* – Órgão oficial de divulgação do C.A. Pirajá da Silva da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu, ano 4, n. 4, mar./abr. 1973 (Arquivo dos DAs da FFCH/UFBA).

¹⁸³ Uma carta-programa do DCE da UFMG demonstra bem essa questão: “(...) duas grandes atividades merecem ser ressaltadas por terem conseguido cumprir o objetivo básico de buscar novas formas de participação dos estudantes em suas entidades, promovendo a crítica e o debate dentro da universidade. As calouradas (...) tentaram mostrar uma face da realidade que tem sido sistematicamente negada. Os *shows* promovidos buscaram artistas que pela sua posição crítica e pouco dócil não têm acesso aos meios de comunicação de massa” (*Jornal Programa* 73/74, Eleições DCE/UFMG).

Essas experiências também podem ser vistas como tentativas de ampliar a representatividade e o poder de articulação do movimento, através do recrutamento dos iniciantes. Em alguns CAs, a programação do trote incluía apresentação de peças de teatro, filmes, *shows* e campeonatos esportivos.

1.7 As opções pelo campo cultural

Com o cerceamento das atividades políticas, mesmo das direcionadas ao campo educacional, os que se opunham à ditadura entenderam que o recurso à cultura permitiria expor, ainda que veladamente, críticas ao regime.

Grupos de teatro, dança, *shows*, campeonatos esportivos e produções de jornais proliferaram nas universidades do país. As entidades estudantis que tinham como foco central a militância política procuraram se remodelar, definindo novas formas de atuação (e de resistência), a partir de práticas culturais voltadas para à oposição ao regime.

A Universidade Federal da Bahia logo se destacou como um verdadeiro “celeiro” de arte. Em 1972, foi criado o Centro Universitário de Cultura e Arte (CUCA). Juntamente com o DCE local, realizavam atividades para e com os estudantes, de modo a despertar interesse pelas questões que tangenciavam a realidade brasileira. Tais atividades permitiam maior articulação entre arte e política.

Em documento datado de dezembro de 1973, as duas entidades declararam:

“Somos um povo incessantemente bombardeado de euforia: na televisão, no cinema, nos muros das casas, nos cartazes da cidade, nas bancas de revista, nos anúncios em jornais, em tudo está à euforia. (...) Dentro dessa situação, nós, estudantes, sentimos a necessidade de discutir a realidade que a gente vive e vemos a importância disso na nossa própria formação profissional. 1973 um tempo de ‘começar é difícil’, o CUCA, através de diversas formas vem cuidando de levar adiante as atividades culturais. As dificuldades são as mesmas que encontram todos os trabalhos desenvolvidos por estudantes que visem levar aos colegas uma discussão a respeito dos nossos problemas e da nossa realidade cultural e política.”¹⁸⁴

¹⁸⁴ PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi, *Uma aventura política: as movimentações estudantis dos anos 70*, cit., [p. 143].

O documento assinado por ambas propunha uma reflexão sobre “realidade vivenciada” e sobre a “realidade almejada”, tarefa difícil para os opositores do regime, sobretudo num clima de euforia produzido pela propaganda que alardeava o crescimento econômico do país e prometia um futuro grandioso. O movimento estudantil procurava atuar no sentido contrário e, para isso, se valia da cultura.

Javier Alfaya, ainda estudante secundarista na época, lembra que em 1972, na UFBA houve uma grande comemoração dos 50 anos da Semana de Arte Moderna: “Foi uma valorização da cultura e da arte brasileira e, ao mesmo tempo, da identidade nacional brasileira. Portanto, um momento de nos afirmarmos como brasileiros contra a presença cultural do imperialismo americano.”¹⁸⁵

O jornal *PoliCampus*, de agosto e setembro de 1972, publicou matéria sobre a dependência de nosso país, desde os tempos coloniais, afirmando que nossos marcos de independência, como a política em 1822, a cultural em 1922, e a econômica em 1972, não passam de mera pretensão.

Um dos principais vetores de resistência do movimento estudantil contra o regime militar se deu, portanto, no campo cultural. As experiências anteriores dos Centros Populares de Cultura (CPCs) da UNE indicaram um “norte” para aqueles que queriam fazer política através da arte. Por esse motivo, cabe fazer um breve retrospecto, para compreender melhor a panorama dos anos iniciais da década de 70.

A partir de uma proposta considerada “audaciosa”, os Centros Populares de Cultura, criados no início dos anos 1960, ambicionavam não só mudar a cultura dentro das universidades, mas, para além disso, pretendiam contribuir para a mudança da realidade social do país. Na perspectiva dos “cepecistas”, a formulação de um projeto que fosse voltado para o desenvolvimento econômico e cultural brasileiro seria a maneira de criar mecanismos e instrumentos para a transformação de uma cultura “inautêntica”, fruto da dominação econômica e ideológica de domínio externo, para uma cultura “autêntica”, cuja autonomia permitiria refletir, de forma original, sobre a própria realidade do país.¹⁸⁶

¹⁸⁵ Depoimento de Javier Alfaya ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, São Paulo em 08.11.2004.

¹⁸⁶ GARCIA, Miliandre. A questão da cultura popular: as políticas culturais do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 135, 2004.

Heloísa Buarque de Holanda, tomando por base os escritos do anteprojeto do Manifesto do CPC em 1962, mostra que a concepção de arte ali empregada era de uma arte engajada, considerada instrumento para a tomada do poder. A autora argumenta: “A ‘arte popular revolucionária’ do CPC parecia, então, uma saída conceitual para um problema político e um nome diferente para a espécie de mecenato ideológico que via de regra marca as produções engajadas.”¹⁸⁷

Já na época, essa visão da arte como instrumento da política foi criticada inclusive por artistas que fizeram parte do próprio CPC, principalmente no que concerne à questão da instrumentalização política da obra de arte¹⁸⁸. Mas é interessante notar que, mesmo com a interrupção dessa experiência com o golpe em 1964, tal concepção continuou norteando boa parte da militância estudantil até meados dos anos 1970: a arte engajada passou a ser entendida como uma forma de resistência contra o regime.

No Brasil, após o golpe militar, a oposição à ditadura, capitaneada pelo ME, segundo Marcelo Ridenti¹⁸⁹, promoveu uma agitação política e cultural que ia das passeatas nas ruas ao engajamento político nas diferentes manifestações artísticas, teatro, cinema, artes plásticas, e na imprensa.

Merece destaque a música popular, que teve sua “era dos festivais”, para empregar o termo de Marcos Napolitano¹⁹⁰, com as *performances* das canções engajadas que consagraram Geraldo Vandré, Chico Buarque, Elis Regina e outros. Segundo Napolitano, o triunfo da Música Popular Brasileira (MPB) nos festivais servia como termômetro da popularização de uma cultura de resistência civil ao regime militar.¹⁹¹

¹⁸⁷ HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde, 1960/70*. 5. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004. p. 23.

¹⁸⁸ Para maiores referências sobre o CPC, consultar: HOLLANDA, Heloísa Buarque de, op. cit.; GARCIA, Miliandre, A questão da cultura popular: as políticas culturais do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE), cit.; GARCIA, Miliandre. *Do teatro militante à música engajada: a experiência do CPC da UNE*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

¹⁸⁹ RIDENTI, Marcelo. Intelectuais e artistas brasileiros nos anos 1960/70: entre a pena e o fuzil. *ArtCultura*, Revista de História, Cultura e Artes, Uberlândia, UFU, v. 9, n. 14, p. 188, 2007.

¹⁹⁰ NAPOLITANO, Marcos. Os Festivais da Canção como eventos de oposição ao regime militar brasileiro (1966-1968). In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.). *O Golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru-SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC), 2004. p. 203.

¹⁹¹ *Ibidem*, p. 212.

Cabe ressaltar que a música valorizada pela militância, até meados da década de 1970, era somente a engajada ou de protesto. Movimentos de vanguarda como a Tropicália, que problematizaram a ideia de arte como “espelho da consciência”, não eram bem vistos no seio da militância estudantil de esquerda, por não terem como objetivo tornar-se “porta-voz” da revolução. Havia tensão entre os produtores e consumidores de músicas engajadas e os das vanguardas que criavam suas obras com o objetivo de realizar uma “experiência de choque”, ou seja, de provocar perturbação e desconforto, e assim motivar a reflexão.¹⁹²

No entanto, algumas características novas já marcavam a experiência sociocultural do início da década de 1970. Marcos Napolitano destaca duas delas: a consolidação do mercado como espaço privilegiado de trocas de bens culturais, sustentado por um processo paralelo de crescimento e racionalização da produção cultural, na forma de uma “indústria da cultura”, e o incremento do controle (tutela) do Estado da vida cultural, tanto através de uma política cultural repressiva (censura e vigilância), quanto de uma política cultural proativa (normatização legal e mecenato oficial).¹⁹³

A nova política procurava “diluir” os valores, representações e imaginários gerados pela cultura engajada nacional-popular dos anos anteriores no mercado da cultura, ou seja, tornar parte da cultura de esquerda uma variável fundamental na formatação de produtos voltados para o consumo massivo e direcionados para o amplo espectro da classe média. Essa política de modernização dos meios de comunicação da arte, aliada à censura perpetrada pelo regime, constituíram as bases fundamentais para um projeto de “integração nacional”¹⁹⁴ protagonizado pelos militares.¹⁹⁵

No entanto, foi nesse contexto que o ME destacou o campo cultural como uma das áreas privilegiadas para continuar sua resistência contra o regime, atuando, na expressão de

¹⁹² Para um aprofundamento do panorama cultural dos anos 1960 e para entender as contradições colocadas pela linguagem tropicalista, ver o histórico texto: SCHWARZ, Roberto. Cultura e política: 1964-1968. In: SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 61-92.

¹⁹³ NAPOLITANO, Marcos. *O fim e o recomeço da MPB (1968/1974)*. Notas de trabalho. (Mimeografado).

¹⁹⁴ ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

¹⁹⁵ Para um maior detalhamento da política cultural do regime militar ver a dissertação de mestrado de Vanderli Maria da Silva que, encorada em autores como Sérgio Miceli, Renato Ortiz, José Teixeira Coelho Neto, Marilena Chauí e outros, procura entender as razões que levaram à política nacional de cultura do governo Geisel. Para tanto, a autora traça um histórico das políticas culturais durante todo regime militar (*A construção da política cultural no regime militar: concepções, diretrizes e programas (1974-1978)*). 2001. 199 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001).

Heloísa Buarque de Holanda, na subversão das relações estabelecidas para a produção cultural.¹⁹⁶

Mirza Pellicciotta ressalta que, na primeira fase dos anos 1970, as atividades culturais tornaram-se parte da vida das entidades estudantis, ocupando um espaço de complementação da experiência formativa¹⁹⁷, o que não pode ser considerado uma novidade, já que a incorporação de linguagens artísticas aos atos políticos foi a maior herança deixada pelo CPC.

Diante da constatação das dificuldades para envolver um conjunto maior de estudantes na luta pelos problemas políticos do país, devido, em grande parte, à forte repressão, o campo da cultura acabou sendo privilegiado, como forma de ampliação das forças de resistência.

O “terrorismo cultural”¹⁹⁸, termo cunhado por Alceu Amoroso Lima no início do novo regime, passou a ser utilizado largamente no meio acadêmico para designar o problema da repressão aos intelectuais e artistas.¹⁹⁹

Na posse do general Médici, em 1969, a UNE e a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) escreveram um manifesto aos estudantes, no qual denunciaram o “terror cultural”. O manifesto, além de apontar a censura às diversas expressões artísticas, cita a universidade brasileira como “centro de cultura e tradicional trincheira democrática e antiimperialista” e menciona os “rudes ataques” que ela vinha sofrendo pelos “inimigos do povo”²⁰⁰. A denúncia das invasões e ocupações policiais das universidades continuava a ser mote para protestos contra o regime.

¹⁹⁶ HOLLANDA, Heloisa Buarque de, *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde, 1960/70*, cit., p. 107.

¹⁹⁷ PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi, *Uma aventura política: as movimentações estudantis dos anos 70*, cit., p. 166.

¹⁹⁸ LIMA, Alceu Amoroso. Terrorismo cultural. In: *Revolução: reação ou reforma*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964. p. 231-232.

¹⁹⁹ Segundo Rodrigo Czajka, a expressão terror cultural servia para classificar tanto a perseguição de professores e cientistas no interior das universidades quanto a violência e o arbítrio dos órgãos censores sobre a produção de artistas e intelectuais. Mais ainda: a expressão serviu muitas vezes de definição de um contexto conflituoso que reclamava pela reorganização de intelectuais e artistas em torno de projetos unificados na esfera da cultura. (*Páginas de resistência intelectuais e cultura na Revista Civilização Brasileira*. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. p. 16).

²⁰⁰ Manifesto aos estudantes da posse do novo ditador. UNE e UBES (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36).

Nesse sentido, denunciar o terrorismo cultural significava atacar diretamente os “vende pátria”²⁰¹, que pretendiam aniquilar com o ensino público gratuito, seguindo “servilmente os ditames” da “política ianque” para o ensino brasileiro. Dessa maneira, os estudantes aproveitavam para reclamar da queda do nível do ensino, da falta de vagas nas universidades, denunciando um clima de “intranquilidade existente” que impedia o próprio estudo.

Os jornais universitários traziam matérias denunciando principalmente a prisão de cientistas, jornalistas, intelectuais e artistas, muitos dos quais acabavam cassados e forçados a abandonar o país. O jornal *O Movimento* (órgão da UNE), em agosto de 1970, sob o título “O terrorismo cultural”, denunciou inúmeras prisões de professores da USP, inclusive de Caio Prado Júnior que, segundo a matéria, cumpria pena de três anos pelo crime de “ousar pensar e formular ideias que contrariam o obscurantismo dominante”.²⁰²

A censura às atividades culturais também eram denunciadas nas páginas dos jornais e boletins das universidades. As cenas retratadas nos jornais mostram que o objetivo era tornar clara a repressão cultural do governo para o conjunto dos estudantes.

Em maio de 1971, estudantes da FAU foram barrados pela sua diretora, ao tentarem realizar um *show* no saguão da Faculdade, sob alegação de que as ordens vinham “de fora da USP”, porque os dois *shows* de teatro do BICHUSP²⁰³ haviam desagradado “certas áreas”. A mobilização tomou vulto quando 250 alunos assinaram uma lista se responsabilizando pelo *show*.

No dia previsto, 500 estudantes assistiam ao início do *show*, quando a Polícia Federal, a Operação Bandeirante (OBAN) e a Polícia Militar se “infiltraram”, fazendo com que os próprios artistas explicassem aos estudantes que primeiramente as letras cantadas teriam que ser submetidas à censura. A desmobilização do evento tornou-se palco para denúncias contra a ditadura, segundo consta no boletim da UEE:

²⁰¹ Expressão também usada para se referir aos militares pelos grupos que ligavam o regime militar diretamente à dominação imperialista americana. Ela é encontrada no documento acima citado.

²⁰² O terrorismo cultural. *O Movimento*, ago. 1970, p. 4 (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36).

²⁰³ Programação feita no início do ano letivo, dedicada aos novos universitários.

“O fato é que, sentindo inicialmente a aglutinação dos estudantes através de apresentações culturais, além do constante questionamento dos alunos de todas as escolas quanto ao baixo nível de ensino, falta de verbas, falta de professores, cassação de outros, falta de condições mínimas de vivência universitária, além da tentativa de impor o ensino pago, as autoridades acabaram intervindo diretamente, visando acabar com a mobilização.”²⁰⁴

O evento mostra que o protesto não se restringiu a um círculo pequeno de militantes e também elucida um processo dinâmico de resistência política.

Graças a esse tipo de resistência, Gilberto Gil pôde cantar pela primeira vez a música *Cálice* inteira em um *show* realizado na USP, em 1973.²⁰⁵

A interação e a influência dos artistas da época marcam a cena cultural universitária. O “consumo” da produção nacional era privilegiado, em detrimento do consumo massivo de cultura importada, que era questionada pelos defensores da arte engajada, geralmente contrários a toda forma de “imperialismo”.

1.7.1 Cinema

Dentre as diferentes práticas culturais apreciadas pelos estudantes, o cinema teve amplo espaço, com a formação de cineclubes²⁰⁶. Se na década anterior o cinema exerceu um papel crítico com relação à realidade e ao papel do artista, os anos 1970 serviram para redefinir esse papel. Passou do “grande sonho de opor-se ao sistema penetrando em seus canais” à “transformação em abastecimento ‘maduro’ e ‘qualificado’ do próprio sistema”, como diagnostica Heloísa Buarque de Hollanda, uma vez que o cinema, em sua constatação, é a área que adere mais sintomaticamente às novas exigências do mercado e à política cultural do Estado.²⁰⁷

A polarização dessas ideias se encontrava nos debates que alimentavam a própria argumentação dos estudantes. Em 1974, o Jornal do DCE da UFMG publicou uma

²⁰⁴ Documentos e informes n. 3. UEE Gestão “Nova UEE”, maio 1971 (Acervo MME 02 – 1.2).

²⁰⁵ Ainda neste capítulo, trataremos com mais detalhes desse *show*.

²⁰⁶ Ver panfleto de divulgação da programação do Cineclube FAU (Anexo IV).

²⁰⁷ HOLLANDA, Heloisa Buarque, *Impressões de viagem*: CPC, vanguarda e desbunde, 1960/70, cit., p. 102.

reportagem extraída da revista *Visão* (de agosto de 1973) com o cineasta Joaquim Pedro de Andrade, que criticava a política cultural vigente, dizendo que “para fazer bom cinema hoje no Brasil é preciso, em primeiro lugar, resistir ao suborno e, em segundo lugar, sobreviver ao castigo”.²⁰⁸

Joaquim apontava que essa política resultaria na liquidação de um cinema que procurava enfrentar os problemas de importância maior para o país. Sobre as políticas implantadas, o cineasta afirmava que “é difícil acreditar que as ideias que governam o país sejam tão fracas que não resistam à discussão livre. Se são bastante fortes para se imporem como ideias diretivas da nação, deveriam resistir a críticas”.²⁰⁹

Nota-se que é arraigada a ideia da obra de arte como auxiliar da política e que a ela deveria ser utilizada como uma forma de resistência cultural contra o regime. Assim, o debate travado no cenário cultural nacional era transposto ao meio universitário.

Entre os estudantes, também era forte a ideia de que o cinema deveria estar ligado à política e, como tal, deveria colaborar na resistência contra o regime. A realização dos ciclos de cinema, dos cineclubes e cinematecas instalados nas universidades fugiam ao esquema comercial que predominava no circuito cinematográfico em geral. Os estudantes buscavam filmes nacionais e estrangeiros que suscitasse um debate sobre diferentes situações e propiciassem o questionamento da realidade existente. Adriano Diogo comentou a propósito dos filmes escolhidos:

“Passávamos muito *O bandido da luz vermelha*... Muito Glauber, muito cinema nacional. Também passávamos muito *Hiroshima, mon amour* e todos os filmes italianos: *Os companheiros* de Mário Monicelli. Então, o cinema era a nossa escola de luta, de resistência. Depois veio *Queimada*, do Pontecorvo, *Costas-Gravas*, a gente trabalhava muito com o cinema...”²¹⁰

Foi ainda na USP que os estudantes organizaram um “ciclo de cinema”, cujos filmes percorriam as salas de diferentes faculdades durante uma semana, nos horários de intervalos das aulas, ao meio dia e às 18h. Dentre os filmes selecionados, havia os italianos, franceses e brasileiros realizados nos anos 1960 e 1970, principalmente os de cunho político.

²⁰⁸ *Gol a Gol se pegá com o pé é dibra*. DCE, ano 2, n. 12, de 28 maio 1974. O exemplar consultado é uma cópia da versão original e foi publicado em 2004 pela UFMG para lembrar a luta estudantil contra a ditadura.

²⁰⁹ *Gol a Gol se pegá com o pé é dibra*. DCE, ano 2, n. 12, de 28 maio 1974.

²¹⁰ Depoimento de Adriano Diogo ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, São Paulo em 11.11.2004.

Muitas vezes os filmes escolhidos enfocavam o tema da violência, como era o caso do checo *O quinto cavaleiro é o medo* (1964), de Zbyneck Brynych, que mostra a violência da Gestapo durante a 2ª Guerra Mundial²¹¹. Ou ainda o italiano *Investigação sobre um cidadão acima de qualquer suspeita* (1970), de Elio Petri, que denuncia a violência e impunidade da polícia e que também se presta à perseguição de pessoas de esquerda, no caso, um inocente acusado pelo crime praticado pelo policial.

A escolha dos filmes se dava menos por um padrão estético que pelo conteúdo e, nesse sentido, os filmes passaram a ser considerados não só veículos de cultura, como também de informação e conscientização política. Como mostra Milene Silveira Gusmão, os anos 70 foram marcados pelo movimento cineclubista politicamente engajado no Brasil. Para a socióloga, essa fase está relacionada com os objetivos dos “sindicatos”, partidos clandestinos, associações e diretórios estudantis universitários por todo o país, que fizeram desses espaços lugares de resistência à ditadura militar.²¹²

1.7.2 Jornais

Outros meios de comunicação normalmente utilizados pelo movimento também contribuíram para a aproximação da relação entre arte e política. Jornais, murais, cartazes e panfletos refletiam a própria estrutura que estava ao alcance das entidades estudantis. A periodicidade incerta (que algumas vezes chegava a um único número), a falta de recursos e o teor político, que variava conforme o grupo político, permitem compreender a natureza das publicações.²¹³

²¹¹ MILLARCH, Aramis. No sonho de fazer cinema a melhor estreia. *O Estado do Paraná*, 21 nov. 1986. Disponível em: <<http://www.millarch.org/artigo/no-sonho-de-fazer-cinema-melhor-estreia>>. Acesso em: 30 set. 2009.

²¹² GUSMÃO, Milene Silveira. O desenvolvimento do cinema: algumas considerações sobre o papel dos cineclubes para formação cultural. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA (ENECULT), 4., 2008, Salvador. *Anais...* Coordenação de Antonio Albino Canelas Rubim. Salvador: CULT; Pós-Cultura/UFBA, 2008. p 10.

²¹³ Mirza Maria Baffi Pellicciotta dedica oito páginas à imprensa estudantil. Dentre os principais pontos, trata da questão da periodicidade incerta, as inovações de linguagem e teor dos conteúdos e o problema da censura (*Uma aventura política: as movimentações estudantis dos anos 70*, cit., p. 182-188).

A produção de um jornal²¹⁴ pode ser vista como uma ação cultural. Começando pelo reconhecimento da própria escrita e da força das palavras e imagens empregadas. Olivier Wiewiorka, em seu estudo sobre o papel da imprensa em movimentos de resistência, apresenta a ideia de que o jornal constitui um vetor adequado para a expressão de uma cultura e de uma ideologia.²¹⁵

Os jornais serviram de “tubos de ensaio” para novas experimentações em linguagens e formatos gráficos. As capas dos jornais costumavam trazer desenhos, caricaturas que evidenciavam o conteúdo crítico ao regime, como o jornal *Imprensa Universitária* da USP, assinado pela Comissão Universitária que, em seu primeiro número, de outubro de 1975, trouxe “apenas” mãos negras com os punhos trancados por uma algema que se partia²¹⁶. O conteúdo das quatro páginas se referia as movimentações da greve geral feita pelos estudantes da USP quando da morte do professor e jornalista Vladimir Herzog.

Exemplos dessas experimentações podem ser visto no jornal *A Ponte – quando o muro separa...*, assinado por vários centros acadêmicos da USP. *A Ponte* se propunha a ser um jornal mural, de circulação semanal que, durante 1973, ano da sua fundação, chegou a atingir o número de 20.000 exemplares²¹⁷. Arrisco dizer que o jornal apresentava-se de maneira inovadora, pois, além de proposta gráfica fora do convencional, era feito não somente por uma entidade, mas sim pela contribuição de vários centros (a cada edição, diferentes centros participavam, não necessariamente sempre os mesmos).

O nome do jornal pode ser considerado uma “ponte” diretamente ligada ao campo cultural e certamente foi inspirada na música *Pesadello* de Mauricio Tapajós e Paulo César Pinheiro, gravada em 1972 pelo grupo MPB4. Com mensagens nada subliminares, *Pesadello* escapou da censura, apesar de sua letra marcadamente de protesto, e pôde ser ouvida por um grande público. A letra é a seguinte:

²¹⁴ Darcilene Sena Rezende, em sua tese de doutorado, catalogou os periódicos discentes paulistas entre 1964-1979 localizados em diferentes acervos no Estado (*A história na mão: periódicos universitários discentes paulistas entre 1964 e 1979*. 2003. 3 v. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003).

²¹⁵ WIEVIORKA, Oliver. *Une certaine idée de la résistance: défense de la France 1940-1949*. Paris: Seuil, 1995. p. 53.

²¹⁶ *Imprensa Universitária*. Comissão Universitária n. 1, out. 1975 (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, Livraria Palavra, cx. n. 124).

²¹⁷ PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi, *Uma aventura política: as movimentações estudantis dos anos 70*, cit., p. 186.

Quando o muro separa uma ponte une
 Se a vingança encara o remorso pune
 Você vem me agarra, alguém vem me solta
 Você vai na marra, ela um dia volta
 E se a força é tua ela um dia é nossa
 Olha o muro, olha a ponte, olhe o dia de ontem chegando
 Que medo você tem de nós, olha aí
 Você corta um verso, eu escrevo outro
 Você me prende vivo, eu escapo morto
 De repente olha eu de novo
 Perturbando a paz, exigindo troco
 Vamos por aí eu e meu cachorro
 Olha um verso, olha o outro
 Olha o velho, olha o moço chegando
 Que medo você tem de nós, olha aí
 O muro caiu, olha a ponte
 Da liberdade guardiã
 O braço do Cristo, horizonte
 Abraça o dia de amanhã

O próprio nome da música indica relação com a situação vivida no país.

No conteúdo, esse jornal-mural, como a grande maioria dos jornais estudantis, dedicava algumas páginas à programação cultural da semana, anunciando as atividades desenvolvidas em cada faculdade e, muitas vezes, as programações de outras universidades. Esse ambiente de “livre criação” também servia como “ponto” para convocar eleições estudantis, para discutir as “eleições” nacionais, espaço para relatar os encontros de área, os problemas do cotidiano enfrentados na universidade e também para denunciar as prisões de colegas.

Devemos levar em conta que a criação de um jornal pode ser encarada como um evento fundamental e mesmo fundador de uma determinada coletividade. Seu papel dentro da emergência de um grupo pode se tornar decisivo. A apresentação do Boletim dos Estudantes do DCE da Bahia, *BEBA*, demonstra isso: “Com tantos problemas, agravados pela dispersão nas escolas, onde todos se encontram, mas ninguém se conhece, a imprensa é uma necessidade para a visão crítica da realidade”²¹⁸. O jornal aparece então como instrumento para um engajamento político, uma estratégia para organizar a luta contra a ditadura e sobrevivência de opositores dentro de um regime autoritário, porque permite, mesmo enfrentando dificuldades, a circulação das informações e ideias dos que abraçam a causa da resistência contra a ditadura.

²¹⁸ *BEBA*: boletim dos estudantes da Bahia. DC UFBA, n. 5, 25 maio 1973 (Arquivo dos DAs da FFCH/UFBA).

Através dos próprios jornais, pode-se verificar as dificuldades de engajamento de estudantes, bem como o incentivo à atividade “jornalística” e outras ações propostas pelos centros acadêmicos e outros grupos. O editorial do Boletim do Centro de Estudos de Psicologia (CEP) da UFMG refere-se aos obstáculos enfrentados para produzir publicações:

“Início do ano letivo, nenhuma outra época seria mais adequada para a volta do nosso Boletim que há muito andava desaparecido. A verdade é que o antigo departamento de publicações trabalhava sozinho dentro do CEP. Hoje com a colaboração de toda diretoria do CEP e de outros muitos interessados volta nosso Boletim dependendo também de você para levá-lo adiante.”²¹⁹

Segundo Olivier Wieviorka, a imprensa clandestina funciona igualmente como modo de recrutamento²²⁰. Mas, mais que um simples recrutamento, um jornal permite um conagração, uma possível “união” de indivíduos em prol de um determinado fim: denunciar e acabar com a ditadura era o desejo expresso de grupos de universitários. Se pensarmos por esse ângulo, os poucos militantes organizados podiam, através dos jornais, atingir uma gama consideravelmente maior de estudantes, pelo menos no que concerne ao plano das ideias.

A confecção de um jornal servia também para criar uma identidade coletiva, de organização e ação na luta clandestina. Samira Zaidan, então estudante de matemática na UFMG, relembra o processo coletivo e penoso de feitura e distribuição do jornal *Gol a Gol*: “O jornal era impresso numa sexta. Sábado à noite, ele era montado. Eram 20.000 jornais. No domingo ele era organizado para distribuição e na segunda-feira, das 6h30 da manhã até às 7h30, tava tudo distribuído. Era isso ou nada.”²²¹

Nesse sentido, corrobora o pensamento da historiadora Maria Helena Capelato, quando afirma a existência de múltiplos aspectos nos periódicos: mais que registro e comentário, participação na história.²²²

Pode-se mensurar também através dos jornais a própria movimentação dos estudantes. Entre 1969 e 1971, ainda existiam os jornais da UNE e UEE/SP que, depois dessa época

²¹⁹ *Boletim*. CEP-UFMG, n. 3, mar. 1972 (Arquivo dos DAs da FFCH/UFBA).

²²⁰ WIEVIORKA, Oliver, *Une certaine idée de la résistance: défense de la France 1940-1949*, cit., p. 37.

²²¹ Depoimento de Samira Zaidan à autora em Belo Horizonte, em 08.07.2007.

²²² CAPELATO, Maria Helena. *Os intérpretes das luzes: imprensa paulista 1920/1945*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1986, p. VI.

desapareceram, como desapareceram também as menções a essas entidades em outros documentos pesquisados.

A partir de meados de 1972, já são encontrados jornais de DCEs e CAs e a quantidade de periódicos cresce bastante no ano de 1973²²³. Nota-se, pois, que a circulação de jornais desaparece ou diminui por um curto espaço de tempo, mas a circulação recomeça ainda durante o momento mais “duro” do regime. Por esse motivo, discordo da historiografia sobre o período, quando se refere ao desaparecimento completo do ME. As referências de um jornal publicadas em outro dando notícias sobre a situação do movimento nas respectivas universidades são prova disso. Como exemplo, posso citar o caso do *Jornaleco*, que foi apreendido pela Reitoria da UFRGS, junto com o fechamento do DA de Ciências Econômicas que o produzia, já narrado neste capítulo. A notícia do fechamento do diretório foi capa do *Boletim Informativo* do Grêmio Politécnico da USP, em outubro de 1973²²⁴. Já a sua reabertura e a volta da circulação do jornal foram anunciadas no jornal *Gol a Gol* da UFMG um ano após o ocorrido.

É preciso esclarecer que os jornais eram representativos, tanto de uma universidade, como era o caso do *Gol a Gol* do DCE da UFMG, como de uma faculdade, como o *PoliCampus* da Escola Politécnica da USP, que ainda editava um *Boletim Informativo*. Às vezes, representavam um grupo específico, como o *Mobral*, “órgão de divulgação do primeiro ciclo [o ciclo básico para toda universidade que correspondia, geralmente, ao primeiro semestre de cada curso] da UFRGS, patrocinado pelo DCE, que também tinha o seu próprio jornal, chamado *O Universitário*. Havia ainda os que representavam vários cursos, a exemplo do já mencionado jornal *A Ponte – quando o muro separa...* (jornal-mural de diferentes cursos da USP), ou ainda jornais temporários, como o *Imprensa Universitária*, criado pela Comissão Universitária [Pró-DCE] que circulou na USP somente em 1975.

Jornais de determinados núcleos de estudantes, como os já citados, e como o jornal dos estudantes da FAFICH/UFMG *Navegar é preciso*, podem muitas vezes ser entendidos como expressões de uma corrente política clandestina. O editorial desse jornal nos mostra: “O que é um jornal? Um amontoado de artigos desvinculados entre si e distantes das coisas? Um

²²³ Dos jornais e boletins pesquisados, 12 são referentes ao ano de 1972 e 22 ao ano de 1973.

²²⁴ Fechado Diretório no RS. *Boletim Informativo*. Grêmio Politécnico, de 16 out. 1973.

jornal deve mostrar o que nós somos. Não uma parte escolhida e superficial de nossa atividade, mas tudo o que pensamos, o que fazemos, o que queremos.”²²⁵

Expressar uma determinada ideologia através de um jornal evidencia um grande meio para fazer atividade política na clandestinidade. O jornal tem a expressão escrita das ideias de um conjunto de pessoas não identificadas. Como a representação do grupo é ilegal, os escritos não são personificados e os grupos só acabam sendo reconhecidos por suposição, através da memória dos participantes, ou de outro tipo de documentação.

A quantidade e diversidade dos jornais permite aquilatar a importância do movimento no seu conjunto disperso. Esse tipo de documentação pesquisada permite, além disso, perceber que o movimento permaneceu atuante, mesmo no período de repressão mais intensa: continuou pautando os debates sobre o que era pertinente em cada momento e evidenciando as transformações relacionadas às possibilidades de ação, às estratégias e aos objetivos da luta. Desde o apoio de algumas entidades à luta armada, até as reivindicações específicas sobre a educação que esboçaram a opção pela redemocratização do país, o movimento se reelaborou constantemente, buscando novos caminhos para manifestar suas propostas e críticas, lutando sempre pelo impossível, numa realidade em que mesmo o possível era proibido.

Torna-se também clara a ligação dos jornais estudantis com a imprensa alternativa²²⁶, pois, além de publicarem matérias desses jornais (bem como da Grande Imprensa considerada liberal, principalmente quando o assunto tratava dos “interesses estudantis”), também divulgavam e apoiavam a atuação dos “nanicos”. A contracapa do jornal *Gol a Gol* de outubro de 1975 trazia uma propaganda do Jornal *Movimento*: “Um jornal democrático: leia e assine. Assinaturas e vendas nos Diretórios Acadêmicos da UFMG e UCMG.”²²⁷

²²⁵ Editorial. *Navegar é preciso*: jornal dos estudantes da FAFICH/UFMG, n. 3, de 30 set. 1974, p. 2 (Arquivo dos DAs da FFCH/UFBA).

²²⁶ Devemos lembrar que esse foi o momento de desenvolvimento da imprensa alternativa, cujos principais jornais – *O Pasquim* (1969), *Opinião* (1972) e *Movimento* (1975) – reuniam setores da intelectualidade brasileira na luta pela resistência ao regime, e por isso alvo de muita censura. Para maiores informações sobre imprensa alternativa e a relação com o governo militar, ver: KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991; AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa e Estado autoritário: 1968-1978*. Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC), 1999; ARAÚJO, Maria Paula. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000; NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a “questão democrática” nos anos 70 e 80. In: NAPOLITANO, Marcos. *Cultura e poder no Brasil contemporâneo (1977-1984)*. Curitiba: Juruá, 2005. p. 145-161.

²²⁷ *Gol a Gol se pegá com o pé é dibra*. DCE, ano 3, n. 18, de 30 out. 1975 (BDIC F delta 1120 (6)).

Devido à censura imposta à imprensa, os jornais estudantis tornaram-se veículos importantes de contato com a “massa estudantil”, com o objetivo de criar uma consciência de luta contra a ditadura. Nessa situação, o jornal clandestino passava a ter um valor simbólico relacionado ao seu papel de ator da resistência, possibilitando a estruturação de textos, muitas vezes de subtextos, com linguagem metafórica, que o transformava num ator muito especial.²²⁸

1.7.3 Teatro

A influência da produção cultural do momento era forte no meio dos estudantes que, na maioria dos casos, também era seu público. No teatro não era diferente. Da mesma forma que nas outras artes, o teatro serviu como fator de integração dos estudantes, abrindo mais um canal para discussão da realidade nacional.

Eduardo Faerstein relembra o grupo de teatro que foi montado na UEG em 1973, chamado “ERDA”, uma livre inspiração, nos moldes protagonizados por Zé Celso Correa e seu grupo Oficina, que viam o teatro como uma experiência de choque, uma atitude contestatória, mas de recusa da estética “oficial” de esquerda.

Na montagem de *O pagador de promessas*, o ERDA foi recebido na casa de Dias Gomes, que também esteve presente no dia da estreia. O fato atesta a relação entre artistas e universitários, mostrando ainda que a universidade era um “nicho” apropriado para uma resistência cultural ao regime.

Adriano Diogo, um dos membros do Grupo de Teatro Politécnico da USP (GTP) relembra da interação com Augusto Boal²²⁹, que influenciou a dramaturgia não só daqueles alunos, mas de diferentes gerações. Segundo Adriano:

²²⁸ KEDWARD, Roderick H. La résistance, l’histoire et l’anthropologie: quelques domaines de la théorie. In: GUILLON, Jean-Marie; LABORIE, Pierre (Dirs.). *Mémoire et histoire: la résistance*. Toulouse: Privat, 1995. p. 109-118.

²²⁹ Fundador do Teatro de Arena e criador do Teatro do Oprimido, Augusto Boal foi um dos mais importantes teatrólogos dos nossos tempos e certamente “o homem de teatro brasileiro mais conhecido e respeitado fora do país”, como escreveu o crítico Yan Michalski. Antes de morrer, Boal finalizou sua obra *A estética do oprimido* em janeiro de 2009, que ganhou forma ao longo de oito anos de trabalho de pesquisa coletiva. Através da arte, ele propõe uma teoria do pensamento sensível para o uso prático, isto é, como instrumento transformador da realidade. (BOAL, Augusto. *A estética do oprimido*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009).

“O Boal foi muito importante porque ele desenvolvia uma dramaturgia que depois viria a se transformar no Teatro do Oprimido. Era uma dramaturgia muito simples: qualquer notícia pode ser dramatizada e apresentada em qualquer lugar; não precisa ter iluminação, pode não ter música, não precisa ter condições especiais de palco. Tanto é que ele fez uma encenação dentro da sala de anatomia do curso de Medicina. Os cadáveres estavam lá, todos cobertos, evidentemente, com lençóis. Nós afastamos as mesas com os cadáveres, e fizemos uma encenação dentro da sala do primeiro ano da Faculdade de Medicina, em plena aula de anatomia!”²³⁰

O GTP surgiu em 1950 e era um dos mais tradicionais grupos de teatro. O jornalista Caio Túlio Costa analisa o papel desempenhado pelo grupo, considerado uma “instituição” pelo seu exemplo de ação cultural contínua na universidade²³¹. Ele comenta que, num período de impossibilidade de ações políticas explícitas, o GTP transformou-se em núcleo formador de consciência política crítica, sem nenhum “ranço de organização partidária”.²³²

Mirza Pellicciotta aborda a questão do teatro no ME do início da década de [19]70. A historiadora usa como referência os grupos da USP e da UFBA e conclui que a linguagem artística teatral, a utilização do corpo e da fala de maneira bem direta, tinha propósitos claramente políticos. Ainda afirma que a formação dos grupos e a montagem de peças tinham como objetivo principal desempenhar um papel político relacionado com as perspectivas internas de cada universidade.²³³

O teatro foi mais uma das formas de “intercâmbio” entre cursos e mesmo entre universidades²³⁴. Como exemplo, em junho de 1973 o grupo de teatro das Ciências Sociais da USP foi a São Carlos apresentar seu espetáculo “O suicídio de Vargas” para os alunos daquela Universidade²³⁵. Foi assim que surgiram muitos grupos de teatro em faculdades de todo país oferecendo não só a possibilidade de um desenvolvimento artístico mas também de um diálogo com objetivo político.

²³⁰ Depoimento de Adriano Diogo ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, São Paulo em 11.11.2004.

²³¹ Caio Túlio Costa dedica seis páginas de seu livro ao GTP (*Cale-se*, cit., p. 174-179).

²³² COSTA, Caio Túlio, *Cale-se*, cit., p. 177.

²³³ PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi, *Uma aventura política: as movimentações estudantis dos anos 70*, cit., p. 175.

²³⁴ Ver cartaz de divulgação de um espetáculo teatral na USP (Anexo V).

²³⁵ *A Ponte – quando o muro separa...*, de 29 a 04.07.1973 (?) (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 45).

1.7.4 Música

As constantes “pontes” entre o meio universitário e o meio da produção cultural tem seu expoente na música. Marcos Napolitano, analisando o panorama musical do fim da década de 1960, aponta para uma redefinição ocorrida na década de 1970: a MPB, que já vinha identificada com um público de esquerda (formado principalmente pelo meio estudantil), passou a ser sinônimo de resistência cultural. Por outro lado, os tropicalistas “acabaram por ser incorporados por boa parte do público estudantil de esquerda, como legítimos cantores de oposição, dignos de pertencerem aos quadros da MPB, revisando o tom das críticas anteriores dirigidas principalmente a Caetano e a Gil”.²³⁶

Para o autor, o resultado imediato desses dois processos foi a preservação da sigla MPB como “sinônimo de música de qualidade e de oposição ao regime militar”, quanto “à ampliação do seu sentido estético e ideológico, incorporando os novos elementos, poéticos, técnicos e musicais da Tropicália”.²³⁷

No final dos anos 1960, surgiu dos encontros informais numa casa na Zona Norte do Rio de Janeiro²³⁸ o Movimento Artístico Universitário (MAU). Entre seus principais representantes, à época ainda universitários, destacam-se Ivan Lins, Gonzaguinha e Aldir Blanc. O MAU gerou os Festivais Jaceguai do Instituto de Educação que, em seu início, estavam ligados à TV Tupi do Rio de Janeiro.

Segundo Napolitano, o MAU era apontado como “o elo da MPB engajada”, uma vez que estava associado ao espírito dos primeiros festivais da canção e *shows* universitários, já

²³⁶ NAPOLITANO, Marcos, *O fim e o recomeço da MPB (1968/1974)*, cit.

²³⁷ Ibidem.

²³⁸ O “ponto de encontro” era a casa do médico psiquiatra Aluizio Porto Carreiro de Miranda e sua esposa Maria Ruth, localizada na Rua Jaceguai n. 27, na Tijuca (RJ). O histórico remonta a 1965. Aluizio, instrumentista do Cassino da Urca (década de 1940) e da Rádio Mayrink Veiga (década de 1950), começou reunindo antigos companheiros e, a partir daí, a fama da boa música foi se estendendo. Além dos jovens músicos que se encontravam para tocar e trocar suas experiências musicais, sempre apareciam nomes já consagrados, como Cartola, Milton Nascimento, Jamelão e outros (Verbete MAU. *Dicionário Cravo Albin da música popular brasileira*. Disponível em: <http://www.dicionariompb.com.br/verbete.asp?nome=MAU+%28Movimento+Art%EDstico+Universit%Elrio%29&tabela=T_FORM_C>. Acesso em: 26 abr. 2009).

sem a predominância da bossa nova, mas com uma ampla preocupação em renovar a canção, sem se perder nas influências da *pop music*.²³⁹

O movimento se esvaziou com o fim da “era dos festivais” e a incorporação de Ivan Lins, sua principal referência, às tendências do mercado, tornando-se uma “estrela televisiva”, ao lado de Elis Regina, no programa Som Livre Exportação, da Rede Globo.

Aldir Blanc faz uma ressalva: “O MAU se apropriou do campo artístico universitário e o traiu, porque ali nem dez universitários havia. Nenhum plano para expandir o movimento para o circuito das universidades foi levado a sério”²⁴⁰. Seguem nessa mesma linha as reflexões do historiador Eduardo Henrique Scoville, em sua tese de doutorado.²⁴¹

Cabe comentar que nos jornais e panfletos pesquisados não encontrei referências ao MAU. Essa constatação me sugeriu a hipótese: de que o MAU, enquanto movimento universitário, não chegou a ter uma atuação dentro dos *campi* em conjunto com o ME, mesmo que alguns dos seus artistas atendessem às demandas da militância que, na maioria das vezes, organizava as atividades dentro da universidade.

Havia um conjunto de artistas/compositores que eram identificados como expressões da luta contra o regime e pela redemocratização: Chico Buarque, Gonzaguinha, Sérgio Ricardo e Milton Nascimento, entre outros. Eles sistematicamente atendiam a convites de lideranças estudantis para se apresentarem de graça, ou a preços simbólicos, em *shows* que permitiam, muitas vezes, arrecadar dinheiro para fazer essas entidades funcionarem minimamente.

Gilberto Gil, por ocasião de um *show* na USP em 1973, forneceu entrevista ao jornal *PoliCampus*, na qual afirmou sua solidariedade à luta dos estudantes:

²³⁹ NAPOLITANO, Marcos, *O fim e o recomeço da MPB (1968/1974)*, cit.

²⁴⁰ Entrevista de Aldir Blanc a José Reinaldo Marques, em 14.11.2007 (Disponível em: <<http://www.abi.org.br/paginaindividual.asp?id=2693>>. Acesso em: 26 abr. 2009).

²⁴¹ Para maiores informações sobre o MAU, consultar: SCOVILLE, Eduardo Henrique M. L. de. *Na barriga da baleia: a Rede Globo de Televisão e a música popular brasileira na primeira metade da década de 1970*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.

“Vocês são estudantes e existe nisso uma coisa que já me sensibiliza porque eu também fui [estudante] e eu sei o tipo de expectativa que habita em vocês em relação a toda essa coisa de movimentação cultural (...) pra mim é importante (...) é uma atitude de solidariedade com todos os níveis de ambição dos estudantes, quer dizer é uma forma legal num momento em que a gente sabe que tá tudo tão difícil, né?”²⁴²

Esse *show* fez parte de uma série de atividades organizadas pelo CCA da USP em 1973, quando da morte do estudante de Geologia Alexandre Vannucchi Leme, como veremos no Capítulo 4. Gil e os estudantes cantaram e discutiram por horas a realidade nacional.²⁴³

Na entrevista mencionada, Gil abordou a situação da universidade naquele momento, nos seguintes termos: “Talvez seja a coisa mais dramática, mais difícil hoje dentro da estrutura, porque é o polo de discórdia total, onde as pessoas vão em busca de Deus, sendo obrigados a servir ao diabo, quer dizer a universidade é a procura do saber onde ele vem a serviço da mentira (...).”²⁴⁴

O grande problema desses eventos era lidar com a censura. Eduardo Faerstein rememora o processo para liberar um *show* na universidade: “Cada *show* você tinha que levar no Departamento de Polícia Federal a lista das músicas que iam ser cantadas, o repertório. E isso era vetado, aqui, ali... Às vezes a Reitoria anunciava de véspera que o *show* tava proibido...”²⁴⁵. A proibição de um *show* servia para a realização de protestos, de denúncias, como já vimos. A censura²⁴⁶ também era tema constantemente retratado nos jornais universitários.

1.7.5 Reverberação das atividades do ME: a censura praticada pelo regime

Como já visto, as atividades propostas pelo movimento não escapavam da censura e outras formas de repressão pelo regime. Os inúmeros relatos de tortura, os relatórios feitos

²⁴² Gil. *PoliCampus*, de jun. 1973 (Arquivo dos DAs da FFCH/UFBA).

²⁴³ O jornalista Caio Túlio Costa fez um primoroso relato desse evento, com volume considerável de documentos e entrevistas, traçando bem o panorama do movimento estudantil da USP nessa época e contando os eventos da morte de Alexandre Vannucchi Leme, passando pela missa de 7º dia na Catedral da Sé, até o momento do *show* de Gil (COSTA, Caio Túlio, *Cale-se*, cit., 2003).

²⁴⁴ Gil. *PoliCampus*, de jun. 1973 (Arquivo dos DAs da FFCH/UFBA).

²⁴⁵ Depoimento de Eduardo Faerstein à autora, Rio de Janeiro em 08.07.2008.

²⁴⁶ O AI-5 já trazia muitas restrições à liberdade de imprensa, porém, em 20.05.1970, foi instituída a censura prévia, através do Decreto-Lei n. 1.077.

pelas diferentes divisões do sistema repressivo implantado durante o regime²⁴⁷ atestam essas práticas. Para citar um exemplo, menciono o caso de apreensão de um jornal estudantil no Rio de Janeiro que, depois de passar por quatro instâncias da Divisão de Operações do DOPS, chegou às mãos do diretor do Departamento da Polícia Política e Social, que referendou a seguinte conclusão: o “material” apreendido não era simplesmente um jornal, mas um movimento político.²⁴⁸

No que se refere à repressão à cultura, cabe mencionar um folheto publicado no início de 1974 pela Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura intitulado “Como eles agem”²⁴⁹. O documento indicava como as organizações esquerdistas agiam para conquistar o apoio popular, valendo-se das “letras e das artes”, que promoviam a identificação com as necessidades e aspirações do povo. O folheto era dividido em duas áreas: educação e cultura.

Não por acaso, o primeiro “conjunto de subversivos” analisado foi o corpo discente. Começando pelas publicações estudantis (jornais, panfletos), que constituíam, na visão apresentada, “um dos pontos vulneráveis à infiltração ideológica comunista”, por tratarem de temas que provocam polêmica e levam a condutas negativas. Os jornais que discutiam temas como ensino pago, reforma universitária e os acordos MEC/USAID foram descritos como panfletos “astuciosamente” entregues aos estudantes nas ocasiões festivas e semanas de estudos.

Um ponto que merece destaque refere-se à participação discente nos diretórios. Segundo o relatório:

²⁴⁷ Para aprofundamento da questão, ver: FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

²⁴⁸ *Ponto de Partida*: jornal estudantil da UFF, ano 1, n. 1, out. 1976 (Arquivo APERJ/Coleção Polícia Política. Notação 48, cx. n. 541, p. 377). O documento referente diz: “O nome Ponto de Partida não é apenas um jornal, mas um movimento do Instituto Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), o qual não estaria satisfeito com a deliberação do ME da UFF, de vez que este pretendia apoiar candidatos do MDB e o ME denominado ‘Ponto de Partida’ defendia o voto nulo.”

²⁴⁹ Como eles agem. *Gol a Gol se pegá com o pé é dibra*. DCE, ano 2, n. 12, 25 maio 1974 (Arquivo: BDIC F delta 1120 (6)). Segundo o jornalista Marcelo Moraes do jornal *O Estado de S. Paulo*, o documento data de 1970, contém 75 páginas e seu acesso está como reservado no Arquivo Nacional em Brasília (Disponível em: <http://www.mndh.org.br/index.php?Itemid=56&id=1033&option=com_content&task=view>. Acesso em: 24 abr. 2009). O historiador Carlos Fico afirma que o folheto vazou da Divisão já referida no texto em janeiro de 1974 e o *Estado de S. Paulo* o publicou na íntegra, no dia 31 daquele mês (*Como eles agiam...* cit., p. 71).

“Ultimamente tem se verificado certo desinteresse e esvaziamento nas representações estudantis, por uma grande parte dos estudantes. Isto pode ser considerado uma atitude contestatória dos estudantes, face às disposições governamentais que procuram cercar as atitudes tendenciosas de certos elementos infiltrados nos diretórios.”²⁵⁰

O “desinteresse” e o “esvaziamento” das entidades com os motivos atestados (as disposições governamentais que procuram cercar as atitudes contestatórias) encobertaram e suavizaram todo um aparato de repressão que se instalou contra aqueles que ousavam se posicionar contra o regime. Nesse caso, principalmente nos “anos de chumbo”, militar em um “centrinho”²⁵¹ ou ainda estar vinculado abertamente a alguma tendência de esquerda significava colocar a própria vida em risco.

O folheto, além das observações sobre as ações subversivas, discorria sobre o aumento do uso de entorpecentes entre os jovens, afirmando que a “toxicomania” era uma das “armas mais sutis do variado arsenal do movimento comunista internacional”. Em escala mundial, os jovens estavam se beneficiando da revolução sexual, do uso da pílula e de drogas como maneira de vivenciar novas experiências e práticas sociais libertárias. “Culpabilizar” o famigerado comunismo por isso era mais um dos subterfúgios utilizados pelos militares que favoreciam ao “choque de gerações” entre pais e filhos, na década de 1970.

Em relação aos docentes, havia referências àqueles que eram contra a política do governo e se “entendiam” com os “subversivos”, na tentativa de reestruturar o ME.

Pela ênfase dada aos discentes, muito maior do que aos docentes, é possível inferir que as manifestações realizadas por jovens militantes universitários eram consideradas um “perigo para a nação”.

Na área da cultura, destaque foi dado para cinema, teatro, música, imprensa e religião. Em cada tópico, reforçava-se a ideia de que a arte era utilizada como uma poderosa arma ideológica, que levava à dissolução dos bons costumes. Chegaram a nomear Glauber Rocha como nome representativo do cinema, o Grupo Oficina do teatro, e Chico Buarque da música.

²⁵⁰ FICO, Carlos, *Como eles agiam...*, cit., p. 71.

²⁵¹ Nome informal designando os centros acadêmicos, empregado pelos estudantes da época.

Nos tópicos sobre teatro e música, a relação dos artistas com o meio estudantil era considerada direta e perigosa: os artistas divulgavam suas mensagens entre os estudantes e estes, por sua vez, produziam uma cultura subversiva.

O folheto vazou e foi divulgado por órgãos da imprensa. A revista *Veja*²⁵² dedicou uma página para divulgá-lo e “saudou” (de uma maneira caricatural, como afirma Fico²⁵³) o Ministério pela coragem de “dar um basta” à investida subversiva.

Já *O Estado de S. Paulo*²⁵⁴ apenas divulgou a demissão de Pedro Vercílio, um dos responsáveis pela publicação, que foi exonerado por haver discordâncias dentro do Ministério sobre o conteúdo do texto. O ministro Jarbas Passarinho, segundo a reportagem do jornal, comentou que “não concordava com grande parte das opiniões” ali enunciadas.

Zuenir Ventura, em artigo sobre o panorama cultural dos anos 1970, chegou a comentar o folheto, afirmando que as discordâncias em relação a ele representavam “um, entre tantos indícios das dificuldades que o regime enfrentará, dentro de si mesmo, para o reencontro com a cultura”.²⁵⁵

A oposição frontal ao documento veio das organizações estudantis. O CCA da USP fez um manifesto intitulado “Caça às bruxas”. Segundo o manifesto, os jornais foram obrigados a publicar o documento. Na visão daqueles estudantes, essa seria mais uma tentativa do regime em “preparar a opinião pública para uma nova investida contra a universidade”²⁵⁶, principalmente contra as entidades estudantis. Da Universidade Federal da Bahia saiu um manifesto assinado pelo DCE, DAs e CUCA denunciando os atos da Assessoria Especial de Segurança e Informação da Universidade que, baseada no folheto, passou a proibir *shows* e assembleias e decretou a prisão do vice-presidente do DCE.²⁵⁷

²⁵² Como eles agem. *Veja*, n. 283, de 06 fev. 1974, p. 32.

²⁵³ FICO, Carlos, *Como eles agiam...*, cit., p. 72.

²⁵⁴ *Gol a Gol se pegá com o pé é dibra*. DCE, ano 2, n. 12, 25 maio 1974 (Arquivo: BDIC F delta 1120 (6)).

²⁵⁵ VENTURA, Zuenir. Da ilusão do poder a uma nova esperança. Generosa e ingênua, a arte até 1964 queria transformar tudo: povo, poder e realidade. *Visão*, mar. 1974, apud GASPARI, Hélio; HOLLANDA, Heloísa Buarque de; VENTURA, Zuenir. *70/80 cultura em trânsito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. p. 105).

²⁵⁶ Caça às bruxas. *Gol a Gol se pegá com o pé é dibra*. DCE ano 2, n. 12, 25 maio 1974 (Arquivo BDIC F delta 1.120 (6)).

²⁵⁷ Ibidem.

A militância da UFMG, além de elaborar uma nota, fez uma edição especial do seu jornal *Gol a Gol* intitulada “Subversão”, contendo um dossiê de dez páginas (com o documento do Ministério, várias reportagens da Grande Imprensa e manifestos estudantis produzidos em vários Estados).

A repercussão do documento “Como eles agem” no meio estudantil reforça a tese de que os estudantes tiveram, juntamente com intelectuais e jornalistas, uma atuação fundamental na resistência contra o “apagão cultural” promovido pela ditadura durante os “anos de chumbo”. O movimento estudantil desempenhou papel importante não só na resistência contra a censura e a repressão, mas também como produtor e consumidor de cultura engajada na luta contra o regime.

Sem dúvida, a cultura foi um dos principais vetores da prática política dos estudantes no início dos anos de 1970. A “invenção” de uma forma de ação ancorada em parâmetros culturais resultou em experiências novas, tanto para o indivíduo/estudante, como para o coletivo ME, que se beneficiou dessa atuação, sem que o respeito às “individualidades” fosse comprometido por imposição partidária ou compromisso com ortodoxias, como sugeriu Pellicciotta.²⁵⁸

E, nesse aspecto, a resistência estudantil dos anos 1970 se diferenciou das propostas CPC, movimento do qual foi herdeira. Enquanto os comunistas da década anterior propuseram uma arte engajada e comprometida com a revolução que geraria uma arte autêntica e independente da dominação estrangeira responsável pela importação e cópia de produtos culturais, o ME se valeu não só da política, como também da cultura como forma de resistência à ditadura, e acabou se destacando como ator importante na luta pelas liberdades democráticas.

Segundo Caio Túlio Costa²⁵⁹, os estudantes da USP redefiniram, a partir de 1973, a expressão política por meio da ação cultural, o primeiro espaço possível da manifestação pacífica. Ao mesmo tempo, não escaparam da contradição que perpassa o par arte e política.

²⁵⁸ PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi, *Uma aventura política: as movimentações estudantis dos anos 70*, cit., p. 145.

²⁵⁹ COSTA, Caio Túlio, *Cale-se*, cit., p. 300.

Mas a luta dos estudantes, como procurei mostrar, não se restringiu à ação cultural. Ao contrário, as manifestações dos estudantes em defesa do ensino público e gratuito muito contribuíram para a resistência democrática. E, no que tange à referida contradição, ela continuou insolúvel e motivo de debate internacional até os dias de hoje.

Não se pode negar que as organizações estudantis, ainda que fragmentadas, sobreviveram debaixo do “guarda-chuva” da universidade. É certo também afirmar que os estudantes “gravitaram” – para utilizar a expressão proposta por Jean-Pierre Rioux²⁶⁰ – em torno de correntes políticas, mas também é preciso lembrar que tais correntes se beneficiaram de suas conquistas e inovações.

É possível concluir ainda que, atuando num contexto diferente do que produziu ou justificou a luta armada que resultou no isolamento dos militantes, o ME pôde continuar atuando quando as condições políticas se modificaram e exigiram a transformação das estratégias e táticas de luta, que incluíam diálogo e ações conjuntas com outras organizações e movimentos. Além disso, a nova conjuntura acabou por provocar redefinição dos objetivos do movimento que, em última instância, resultou na substituição de uma cultura política revolucionária (nos moldes propostos pelas esquerdas dos anos 1960 e início dos anos 1970) por uma cultura política democrática imposta a partir da necessidade e desejo de abertura política.

Finalmente, concluo este capítulo sustentando a ideia de que o ME nos “anos de chumbo” desempenhou um papel que permitiu propostas de resistência à ditadura. O início de uma autocrítica (ou de uma mudança de tática) por parte das esquerdas levou os estudantes, a partir do governo que estava para se iniciar, a estarem mais uma vez na “vanguarda”, com a proposta ancorada em uma nova cultura política: dessa vez, na luta pelas liberdades democráticas, o que passaremos a analisar no capítulo seguinte.

²⁶⁰ RIOUX, Jean-Pierre, A associação em política, cit., p. 125.

CAPÍTULO 2 – O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DO MOVIMENTO

A posse do novo presidente Ernesto Geisel, em 1974, produziu modificações no país. A principal delas foi a “política de distensão”, que pressupunha abertura “lenta, gradual e segura” do regime, conforme seu *slogan*²⁶¹. A vitória do grupo dos “castellistas” no processo de escolha do novo mandatário não significou decisão de reestabelecer a “democracia” a partir de um embate contra a chamada “linha dura”²⁶². Significou, na visão de Adriano Codato, muito mais uma mudança política que deveria comportar uma liberalização do regime ditatorial, mas não necessariamente a democratização do sistema político²⁶³. O fechamento do Congresso Nacional em 1977 deixou claro que o objetivo do novo governo não era o retorno à democracia.

Essa transição política, ainda segundo o cientista político, correspondeu à necessidade dos próprios militares resolverem problemas internos da corporação; a pressão da sociedade civil influiu de maneira decisiva no ritmo desses acontecimentos²⁶⁴. Discordando em parte da análise de Codato²⁶⁵, entendo que essa “abertura” fez parte de um jogo político que levou em conta a atuação de três atores: os militares, os liberais (muitos deles reunidos em torno do

²⁶¹ Maria Helena Moreira Alves descreve as fases da distensão planejada para o período: “A distensão seria obtida em estágios bem planejados: haveria, em primeiro lugar, a suspensão parcial da censura prévia, seguida de negociações com a oposição para o estabelecimento dos parâmetros de tratamentos dos direitos humanos. Posteriormente seriam promovidas reformas eleitorais para elevar o nível de representação política. Em seguida as medidas mais explicitamente coercitivas, inclusive o AI-5, seriam revogadas, incorporando-se outros mecanismos de controle à Constituição.” (*Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*, cit., p. 224). Nota-se que no projeto de “abertura política” continuava se prevendo um controle do Estado por parte dos militares. Para conhecer mais sobre o processo de abertura: SOARES, Gláucio Ary; D’ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Orgs.). *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

²⁶² Adriano Codato, refutando a associação do grupo dos castellistas (grupo ligado ao primeiro presidente militar Castelo Branco), ligados a posições “liberais”, e o grupo da “linha dura” a posições “radicais”, propõe que os primeiros deveriam estar associados à institucionalização do regime, enquanto os segundos à administração da repressão. Para maiores informações, consultar: CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia e Política*, n. 25, p. 92, nov. 2005.

²⁶³ Para compreender o programa de mudança política, Adriano Codato se utiliza da trajetória histórica do país, ancorado na conexão entre quatro aspectos: o conteúdo, a natureza, as razões e o significado mais geral da transição (Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia, cit., p. 86).

²⁶⁴ CODATO, Adriano Nervo, op. cit., p. 83. Baseado em E. Diniz (*A transição política no Brasil: perspectivas para a democracia*, 1986), Codato afirma que a dinâmica das negociações no universo das elites definiu o modo e impôs a natureza da transição, enquanto que a dinâmica das pressões da sociedade (camadas médias, classe operária) sobre o Estado militar determinou seu ritmo (*Ibidem*, p. 96).

²⁶⁵ As reflexões que se seguem partiram de linhas mestras delineadas pelo historiador Marcos Napolitano. Fica expresso meu agradecimento.

MDB, além dos que atuavam na “Grande Imprensa”) e os movimentos sociais, nos quais o ME se incluía.

Boa parte dos estudos que analisam a participação dos movimentos sociais no processo de abertura dá ênfase à movimentação operária²⁶⁶, destacando os “trabalhadores-militantes” como os pioneiros na luta contra a ditadura. O trabalho de Codato se insere nessa linha interpretativa, o que fica claro quando cita “as inesperadas reivindicações operárias, surgidas a partir de 1978”²⁶⁷. A ênfase no papel pioneiro do novo movimento operário, que durante os primeiros anos da ditadura ficara sem possibilidades de articulação política, faz supor que o “novo sindicalismo” do ABC surgiu inesperadamente e que foi o primeiro grupo a atuar politicamente, com destaque, contra a ditadura. Nesse sentido, a ação de outros movimentos, como o ME, que se manteve atuante e voltou às ruas um ano antes das greves sindicalistas, passam “despercebidas”, não merecendo destaque como um ponto importante no caminho para redemocratização do país.

O que pretendo neste capítulo é recuperar o percurso do ME, inserido no contexto histórico da ditadura. Cabe lembrar que os movimentos sociais começaram a florescer ainda em fins do governo Médici, entre eles os movimentos do custo de vida²⁶⁸, feminista e gay. No entanto, meu objetivo é mostrar que o ME, que tinha uma tradição de luta política, modificada, mas não abandonada durante os “anos de chumbo”, foi o primeiro ator, dentro do conjunto de movimento social, a se reorganizar e a retomar o espaço público na luta pelas liberdades democráticas.²⁶⁹

É preciso esclarecer que não entendo o processo de distensão como algo linear e que ocorreu na forma de uma escalada rumo à abertura democrática. O processo apresentou percalços, avanços e retrocessos que dependeram da ação e reação dos dois elementos principais da luta: a repressão, a resistência e novas investidas da repressão. No que se refere à atuação do ME, é preciso levar também em conta os embates internos que prejudicaram os avanços do movimento durante o período estudado. Apesar dos percalços, os três primeiros anos do governo Geisel foram fundamentais para a ampliação das bases do ME.

²⁶⁶ Para destacar uma obra: VIANNA, Luis Werneck. *A classe operária e a abertura*. São Paulo: Cerifa, 1983.

²⁶⁷ CODATO, Adriano Nervo, Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia, cit., p. 93.

²⁶⁸ Marcos Napolitano faz uma análise do movimento do custo de vida, datando seu nascimento no ano de 1973 (*Cultura e poder no Brasil contemporâneo*. Curitiba: Juruá, 2002. p. 65-74).

²⁶⁹ Salvo algumas correntes do movimento contrárias a essa bandeira, como se verá mais adiante.

Esse também foi o período no qual o movimento passou a atuar de maneira mais contundente contra o regime, e no qual ocorreu a reestruturação das entidades representativas, começando pelos DCEs, o que propiciou o ressurgimento das UEEs, até chegar à reconstrução da UNE.

Este capítulo mostrará a “escalada” do ME rumo à sua organização e ampliação das lutas contra a ditadura, a articulação aberta das tendências políticas dentro do movimento que resultaram na reorganização das entidades de base, elemento fundamental para a sustentação da retomada da luta aberta pelas liberdades democráticas em 1977.

Mostrarei, a seguir, as principais ações do ME durante o período.

2.1 Greves e manifestações de massa

“Abolidas praticamente desde 1968, as greves como forma de luta nas universidades, em torno de reivindicações estudantis, voltaram a ser decretadas neste começo do ano letivo em cinco faculdades em São Paulo, São Carlos, Campinas e Porto Alegre.” (*Gol a Gol*, de 06 abr. 1974)

O ano letivo de 1974 começou agitado. As experiências, principalmente do último ano e a autocrítica (ou a mudança de tática) de boa parte das forças políticas de esquerda mostraram que o movimento poderia experimentar (ou retomar) formas de ação coletivas mais amplas. Esse “agir em conjunto”, marcado por um projeto de retomada das liberdades democráticas²⁷⁰, ou seja, de acabar com a ditadura, é o fio condutor do movimento, apesar de todas as diferenças internas que provocaram disputas ocasionadoras de desmobilização de certas ações, como se verá.

A possibilidade de retomar uma gama de ações de protesto levou o ME a ampliar as suas bases, através das formas já tradicionais de mobilização política: à volta de assembleias, protestos e retomada das greves que marcaram o período, foram acrescentados outros tipos de

²⁷⁰ Cabe ressaltar, como veremos adiante, que o surgimento de uma nova cultura política democrática, sempre levantada pelo PCB, acabou, nesse momento, não sendo capitalizada pelo partido (LIMA, Hamilton Garcia de, *O ocaso do comunismo democrático: o PCB na última ilegalidade (1964-84)*, cit., p. 178).

ação, como a ampliação das denúncias sobre presos políticos, os abaixo-assinados contra a repressão e as medidas do governo, bem como proliferou a produção de jornais.

Segundo o sociólogo Antônio Alves de Oliveira, as greves representaram um importante recurso para dar maior visibilidade às reivindicações estudantis²⁷¹. É bem verdade que nesse momento a imprensa, dentro das limitações impostas pela censura, passou a dar maior cobertura às ações do movimento.

A chamada da matéria do jornal *Gol a Gol* do DCE da UFMG intitulada “Greve” apresenta um amplo panorama das mobilizações grevistas que tinham começado em março de 1974 em várias instituições universitárias.

Todas as greves tinham como motivo a realidade universitária. Por exemplo, a greve ocorrida na USP (Campus de São Carlos) teve como motivo dificuldades relacionadas à alimentação: o cancelamento das “bolsas alimentação”, a má qualidade da comida, o aumento do preço e, finalmente, a ameaça de fechar o restaurante universitário. Todo esse conjunto de aspectos negativos levou os estudantes a se reunirem em assembleia geral que decidiu pela decretação da greve.

Ainda na USP, os alunos dos primeiros anos do curso de Ciências Sociais paralisaram suas aulas em protesto contra a duplicidade de horários²⁷² em algumas disciplinas oferecidas. Na Medicina, os estudantes protestaram contra os critérios de admissão do estágio no Hospital das Clínicas, entrando em greve.

A greve dos alunos da Unicamp teve como motivo o fato de que as apostilas que eram fornecidas gratuitamente passaram a ser vendidas pela direção.

²⁷¹ OLIVEIRA, Antônio Eduardo Alves. *Ressurgimento do movimento estudantil baiano na década de 70*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002. p. 52.

²⁷² Professores disponibilizavam suas disciplinas em um mesmo horário, fazendo com que os alunos tivessem que escolher uma disciplina a ser feita acarretando um atraso no currículo pela impossibilidade de cursar, muitas vezes, duas disciplinas que deveriam ser realizadas em um mesmo semestre letivo.

Na UFRGS, a greve ocorreu em protesto contra a dispensa de quatro professores e o fechamento da biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.²⁷³

Como se pode observar, os motivos eram variados, indo de reivindicações simples às causas mais complexas. Mas todas serviam de mote para agregar os estudantes em torno da crítica ao regime.

O referido jornal mineiro, após noticiar as greves, continuou dando cobertura ao desenrolar dos acontecimentos, a partir da transcrição de matérias jornalísticas de *O Estado de S. Paulo*. Com isso, os estudantes ficaram sabendo que o problema dos universitários de Ciências Sociais da USP foi resolvido com a mudança de horários das disciplinas por parte da coordenação do curso. O *Boletim* do Grêmio Politécnico aponta que a paralisação da USP/São Carlos fez com que não fossem canceladas as bolsas alimentação e resultou na promessa do reitor de não fechar o restaurante.

No final das matérias, o *Gol a Gol* informa que a cobertura das greves feita pelo *Estadão* (jornal *O Estado de S. Paulo*) fora interrompida por “vorazes versos de Camões – Canto Nono, Lusíadas”²⁷⁴. No entanto, os jornais estudantis, por serem clandestinos, não passavam diretamente pelo crivo da censura e por esse motivo continuavam dando informes sobre os movimentos estudantis. Porém, houve também muitos casos de apreensão de edições inteiras.

Na primeira semana de abril do mesmo ano, ocorreu na USP um acontecimento importante: 33 pessoas (estudantes, professores e intelectuais) foram presas. Esse foi o motivo para a concentração de cerca de 2.000 estudantes no prédio das Ciências Sociais, com a presença de deputados do MDB, mães de presos políticos, advogados e representantes do clero. A prisão de indivíduos ligados ao meio universitário era uma constante nos “anos de chumbo”, mas nesse caso havia um ingrediente “novo”: estava centrado na forma de poder ampliar as denúncias contra esse tipo de ação do regime. Foi decidido, no ato da

²⁷³ Greve. *Gol a Gol se pegá com o pé é dibra*. DCE UFMG. ano 2, n. 11, de 06 abr. 1974, p. 5 (Arquivo dos DAs da FFCH/UFBA).

²⁷⁴ Ibidem.

concentração, que seria criado um comitê de defesa do preso político do Brasil (CDPP)²⁷⁵. A novidade era o caráter de massa da manifestação.

O Comitê se subdividiu em vários grupos de trabalho e cerca de 300 pessoas passaram a planejar e realizar atividades diárias nos diferentes departamentos da USP.

Uma das primeiras ações foi a redação de um manifesto intitulado “Isso você não poderá ler nos jornais”, contendo 53 nomes de presos políticos, sendo 20 estudantes, incluindo o nome de Honestino Guimarães²⁷⁶, redigido pela Comissão de Comunicação. O manifesto seria enviado para todas as regiões do país e para o exterior; nesse caso, seria remetido para as entidades que se preocupavam com o destino dos presos políticos²⁷⁷. A ideia era disseminar a ação e ganhar adesões. O jornal *Gol a Gol* da UFMG publicou uma matéria de três páginas comentando a criação do comitê.

O manifesto, além de esclarecer que o objetivo central da ação era denunciar as prisões e dar assistência às pessoas presas e suas famílias, também fez crítica ao regime, nos seguintes termos:

“Todo procedimento dos últimos governos, inclusive o ‘novo’, que de novo tem apenas o nome do presidente, que o povo brasileiro sequer [sic] escolheu, mantém sua política basicamente às custas da superexploração, mantendo os salários baixos e aumentando enormemente o lucro das empresas. Enquanto isso, grande parte da produção vai para fora do país. A dona de casa brasileira não encontra carne nos supermercados. Os donos dos rebanhos, para terem maiores lucros, e com o apoio do governo, vendem o gado para fora. É apenas um exemplo.”²⁷⁸

Sem dúvida, a repressão não permitiria que o comitê atuasse livremente: uma semana após sua criação (em 10 de abril), a Cidade Universitária (CU) foi cercada por policiais, os ônibus e circulares foram proibidos de rodar e as luzes de toda USP foram cortadas. Segundo

²⁷⁵ Um comitê para a defesa dos presos políticos. *Gol a Gol se pegá com o pé é dibra*. DCE, ano 2, n. 12, de 25 maio 1974 (Arquivo: BDIC F delta 1120 (6)).

²⁷⁶ Interessante ressaltar a apresentação de Honestino: “Ex-diretor da UNE, ex-aluno da UnB, desaparecido nas prisões desde outubro de 1973”. Isso você não poderá ler nos jornais. CDPP, Cidade Universitária, USP, de 06 abr. 1974 (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 41).

²⁷⁷ Um comitê para a defesa dos presos políticos. *Gol a Gol se pegá com o pé é dibra*. DCE, ano 2, n. 12, de 25 maio 1974 (Arquivo: BDIC F delta 1120 (6)).

²⁷⁸ Isso você não poderá ler nos jornais. CDPP, Cidade Universitária, USP, de 06 abr. 1974 (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 41). Ver documento (Anexo VI).

relatos²⁷⁹, o reitor Orlando Marques de Paiva se negou a receber os representantes do comitê e, por ordens suas, boa parte dos professores e funcionários foi avisada de que não deveriam comparecer à CU. As pessoas que lá estiveram para realizar as atividades naquele dia, em torno de 100, se retiraram do campus e se reuniram em outro local, o que foi comemorado como uma vitória. O movimento parecia ter tomado “corpo” e com ele começaram as diferentes propostas para implantação de uma luta de resistência mais ampla.²⁸⁰

Segundo Romagnoli e Gonçalves, “pouco tempo depois os estudantes foram soltos e o CDPP acabou se esvaziando”²⁸¹. Um documento do SNI, de 25 de junho de 1974, citado por Renato Cancian, mostra como o movimento foi acompanhado pelos agentes da repressão:

“Assinala-se que, tanto por força da eficiente ação da repressão, quanto por falta de receptividade entre os estudantes, o movimento está se esvaziando. Fortes são os indícios de que o insucesso das atividades do CDPP se deve ao fato de ter extravasado a sua declarada finalidade, quando pretendeu colocar-se a serviço do movimento estudantil radical em lugar de se ater ao problema dos estudantes presos. Por não ter o CDPP logrado motivar os universitários paulistas, prevê-se o breve estancamento de suas atividades.”²⁸²

Na interpretação do sociólogo, apesar das autoridades policiais terem dado destaque ao rigor da repressão policial e à falta de receptividade da massa estudantil ao movimento, ele esmoreceu, segundo entendimento de lideranças, muito provavelmente em razão das diferenças entre as correntes políticas que o integraram.²⁸³

A interpretação de Cancian tem fundamento, pois é sabido que, embora houvesse uma aspiração comum entre todos os grupos (o desejo de acabar com a ditadura), as divergências entre os grupos muitas vezes impedia o consenso.²⁸⁴

²⁷⁹ Isso você não poderá ler nos jornais. CDPP, Cidade Universitária, USP, de 06 abr. 1974 (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 41).

²⁸⁰ Não encontramos mais documentos que atestam a continuidade e o período de vigência do CDPP.

²⁸¹ ROMAGNOLI, Luiz Henrique; GONÇALVES, Tânia. *A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. p. 20. (História Imediata, 5).

²⁸² SNI. Apreciação Sumária n. 06/74. AEG/CPDOC (CANCIAN, Renato, *Movimento estudantil e repressão política: o ato público na PUC-SP (1977) e o destino de uma geração de estudantes*, cit., p. 49).

²⁸³ CANCIAN, Renato, *Movimento estudantil e repressão política: o ato público na PUC-SP (1977) e o destino de uma geração de estudantes*, cit., p. 50.

²⁸⁴ Parágrafo livremente inspirado em: BERSTEIN, Serge. Consensus politique et violences civiles dans la France du 20ème. Siècle. *Vingtième Siècle: Revue de Histoire*, Paris, Fondation Nationale des Sciences Politiques, n. 69, p. 51-60, janv./mars 2001.

No entanto, a estruturação (mesmo que por algum período) de um comitê que agregou, além dos estudantes, outros movimentos da sociedade civil e do clero, mostrou, mais uma vez, a importância do papel articulador do ME nas diferentes lutas de resistência à ditadura. Ações conjuntas com outros movimentos sociais e políticos foram se fortalecendo e ampliando, à medida que a conjuntura política se modificava.

Ainda nesse mesmo ano (1974), o regime, que começava a sentir os efeitos da decadência do milagre econômico, foi surpreendido com a vitória do MDB nas eleições para deputados estaduais, federais e senadores²⁸⁵. O considerado voto protesto serviu muito mais para mostrar as insatisfações dos eleitores contra o governo do que um crédito dado à oposição consentida. O cenário se modificava significativamente.

Em 1975, teve início uma outra manifestação na USP contra a tentativa de punição de três estudantes com base no Decreto-Lei n. 477. As correntes políticas propunham ações diferenciadas, mas acabou prevalecendo a ideia do CCA de fazer um plebiscito sobre a revogação do 477, nos moldes do realizado em 1972 contra o ensino pago, que apresentara um enorme saldo positivo para o movimento.

Nos dias 23 e 24 foi realizado o plebiscito, sobre o qual o CCA elaborou um dossiê²⁸⁶, no qual mostrava os seus efeitos sobre os estudantes.

Dos mais de 11.000 votantes, 95% foram favoráveis à revogação²⁸⁷. Mas, se for comparado o número de votantes com o do plebiscito contra o ensino pago, há que se admitir que o impacto do plebiscito referente ao 477 foi menor. Talvez seja por esse motivo que há poucas referências sobre esse movimento.

²⁸⁵ Todos os dados sobre as eleições (inclusive as anteriores e subsequentes) estão registrados em: ALVES, Maria Helena Moreira, *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*, cit., p. 226-241.

²⁸⁶ O final do documento diz: “Nesse panorama se coloca para os estudantes a intransigente defesa de suas entidades e a firme recusa em aceitar formas institucionalizadas ou não de cerceamento da nossa atuação independente. Exigimos a liberdade de organização e manifestação acerca dos problemas estudantis e ao nível de sociedade como um todo. Exigimos o direito de assumir nosso próprio papel como força viva e interessada no processo social. Votar contra o 477 é opor a legitimidade de nossas reivindicações à legalidade repressiva deste instrumento.” (477 Plebiscito: 23 e 24/04. CCA-USP, abr. 1975 – Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36).

²⁸⁷ Greve na Escola de Comunicações da USP. *O Estado de S. Paulo*, de 26 abr. 1975.

Mas, quais motivos podem ser levantados para esse “insucesso”? Sem dúvida, a conjuntura política três anos após se modificara. As formas de luta começavam a se diversificar e ampliar. Nesse bojo, nasciam diferentes projetos de esquerda, discordantes entre si. As greves tomaram conta do cenário e, nesse mesmo momento, a greve da ECA atraía as atenções, como veremos adiante, protagonizada principalmente pelos trotskistas. Já a maioria dos CAs que participavam do conselho se concentraria, como veremos adiante, na Refazendo²⁸⁸. Assim, se apresentavam ao conjunto dos estudantes ideias, programas e formas de encaminhamento das lutas distintos. Nesse caso, fica explícita a disputa política das correntes pela condução do movimento.

O ano de 1975 acabou marcado também pelas greves. Segundo Romagnoli e Gonçalves, só no primeiro semestre, foram realizados movimentos grevistas nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e em Brasília²⁸⁹. A greve da UFBA partiu dos estudantes de Medicina que, por mais de 15 dias, abandonaram as aulas e entraram em assembleia geral devido à falta de condições de trabalho fornecidas pelo Hospital das Clínicas local: protestaram pela falta de professores e denunciaram até mesmo a falta de gaze e bisturis nos centros cirúrgicos.²⁹⁰

A lógica continuava a mesma. Partindo de questões específicas, os estudantes passavam a criticar todo o sistema de educação implantado pela ditadura. Mas as condições de protesto mudaram: depois de anos de protestos velados, feitos nos corredores das universidades através de jornais nanicos clandestinos, os estudantes começavam a “mostrar suas caras” e ampliar as formas de protesto.

Foi a Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP que protagonizou a grande greve do período. Ela foi decretada em 16 de abril, quando o diretor da Escola, Manuel Nunes Dias, considerado um “agente dos órgãos de repressão” pelos alunos, depois de inúmeros

²⁸⁸ Para conhecer o posicionamento e ter melhor compreensão dessas tendências, ver o item 2.2.

²⁸⁹ ROMAGNOLI, Luiz Henrique; GONÇALVES, Tânia, *A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador*, cit., p. 20.

²⁹⁰ Segundo a revista *Veja*, os estudantes começaram a procurar outros hospitais que os contratavam “por serem mão de obra barata”. Assim definiam os alunos, que ainda reclamavam: “Lá, aplicamos nossos rudes conhecimentos sem nenhuma orientação didática (...) mas isso ocorre em detrimentos de pobres e indigentes quase sempre com consequências deploráveis, que pesam em nossas consciências, embora provavelmente passem despercebidas.” (Educação. Falta o hospital. *Veja*, de 18 jun. 1975, p. 42).

“desmandos”²⁹¹, cancelou o contrato do professor Sinval Freitas Medina, por ele ter sido “reprovado” pela banca de qualificação de mestrado.

O interessante desse episódio foi a reação dos alunos, contrária à do seu CA, que nesse momento era liderado pela chapa Nova Ação (majoritariamente composta por integrantes do PCB), que se opôs ao movimento. Segundo Cancian: “A diretoria do Lupe Cotrim enviou um ofício ao reitor da USP, comunicando que não concordava com as concentrações e reuniões estudantis na Escola e que não convocaria nenhuma assembleia.”²⁹²

Nesse caso, é preciso lembrar que o PCB se caracterizava por uma linha “reformista” e era favorável à formação de uma frente democrática em aliança com o MDB. Tal posição foi reforçada após a vitória desse partido nas eleições parlamentares e após o extermínio dos grupos guerrilheiros, o que demonstrou o fracasso da estratégia de luta armada. O PCB, apesar de ter optado pelo não enfrentamento direto da ditadura, vinha sofrendo muitas baixas com a prisão e exílio de militantes. A postura do CA no caso da greve da ECA era coerente com as diretrizes do PCB.

Nesse contexto, os grupos de oposição ao CA, principalmente os trotskistas, destituíram a diretoria do Centro e assumiram a direção do Lupe Cotrim²⁹³. Segundo Renato Cancian, esse episódio encerrou o predomínio de militantes do PCB na ECA e posteriormente na USP.²⁹⁴

A greve, cujo objetivo principal era a saída do diretor da Escola, foi tomando corpo, com a adesão de várias faculdades da USP. As assembleias passavam a contar com um número cada vez maior de estudantes. Nesse momento, foi necessário reativar o CCA para coordenar o movimento grevista, que organizou uma grande assembleia no dia 8 de maio.

²⁹¹ Os jornalistas José Chrispiniano e Cecília Figueiredo relatam bem o processo da greve da ECA. Dentre as principais ações do diretor, destacam-se a proibição de palestras, da realização de uma Feira do Livro, a retirada de cartazes feitos pelo ME, o corte de recursos repassados ao Diretório e até mesmo a não renovação de contratos de professores considerados mais subversivos (A ECA é o principal foco de agitação da USP. *Revista ADUSP*, n. 33, p. 63-68, out. 2004). Renato Cancian, em sua tese, dedica nove páginas para falar da greve da ECA, em que há mais detalhes, que não serão aqui repetidos neste trabalho (*Movimento estudantil e repressão política: o ato público na PUC-SP (1977) e o destino de uma geração de estudantes*, cit., p. 53-62).

²⁹² CANSIAN, Renato, *Movimento estudantil e repressão política: o ato público na PUC-SP (1977) e o destino de uma geração de estudantes*, cit., p. 55.

²⁹³ A destituição do CA foi noticiada na matéria: Greve na Escola de Comunicações da USP. *O Estado de S. Paulo*, de 26 abr. 1975.

²⁹⁴ CANSIAN, Renato, op. cit., p. 56.

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, ela contou com a presença de aproximadamente 1.500 estudantes e dez faculdades estavam paralisadas.²⁹⁵

A partir da demanda principal, os objetivos foram se expandidos e a pauta de greve ampliou-se: abolição do 477; revogação do AI-5; anistia para os presos políticos; luta contra o ensino pago, censura e jubilamento; liberdade de manifestação e organização; abolição dos atestados ideológicos; direito de greve, sindicatos livres, entre outros.²⁹⁶

Depois de 73 dias de greve, os alunos resolvem retornar às aulas, sem que o diretor Manuel Nunes Dias tivesse saído do cargo, o que levou o semanário *Veja* declarar a derrota do movimento. Mas a reportagem publicava a declaração de um estudante (não identificado) que dizia: “Se analisarmos a fundo, o fato de não termos conseguido concretizar nossas maiores reivindicações foi minimizado pelo que ganhamos, notadamente pelo que se chamaria de reativação da consciência de participação dos alunos da ECA.”²⁹⁷

Renato Cancian, baseado nos escritos de um boletim estudantil, afirma que a centralização do movimento grevista da ECA pelo CCA acabou se mostrando uma experiência frágil porque levou a uma série de reivindicações difusas incorporadas ao movimento²⁹⁸. Na sua leitura dessa greve, o sociólogo não reconhece que elas eram as bandeiras que estavam sendo reivindicadas por diferentes grupos e que a busca pela queda de um diretor ligado aos agentes da repressão comportava a denúncia de uma série de normativas implantadas pelo regime.

²⁹⁵ As faculdades eram: Psicologia, Filosofia, Ciências Sociais, História, Geologia, Geografia, Economia, Física, Matemática e Arquitetura. Nas Faculdades de Medicina, Politécnica, Letras, Educação, Biologia e Química, entretanto, poucas classes foram paralisadas (*O Estado de S. Paulo*, 09 maio 1975). José Chrispiniano e Cecília Figueiredo afirmam que houve inúmeras paralisações de solidariedade ao movimento da ECA em outras universidades no país, caso da UFF (A ECA é o principal foco de agitação da USP, cit.). De acordo com as várias reportagens que saíram nos periódicos de circulação nacional, não obstante, professores deram seu apoio à greve estudantil.

²⁹⁶ O movimento estudantil. Dossiê Dops referência: Ordem Política (OP) n. 1.194 (CANCIAN, Renato, *Movimento estudantil e repressão política: o ato público na PUC-SP (1977) e o destino de uma geração de estudantes*, cit., p. 61).

²⁹⁷ Educação: em aula, de novo. *Veja*, de 13 ago. 1975, p. 45.

²⁹⁸ CANCIAN, Renato, *Movimento estudantil e repressão política: o ato público na PUC-SP (1977) e o destino de uma geração de estudantes*, cit., p. 61.

Ao contrário do que entende Cancian, considero que as inúmeras reivindicações, ao invés de enfraquecerem o movimento²⁹⁹, mostram o início do delineamento das tendências políticas que foram se formando dentro da USP e que, apesar das divergências e conflitos, contribuíram para a reorganização do DCE, como veremos mais adiante.

A conclusão do saldo da greve feita por Cancian, amparada em depoimentos de ex-militantes, também não me parece satisfatória, porque reduz o episódio final à crítica dirigida aos militantes comunistas do PCB. A greve da ECA, a meu ver, mostra a ampliação das organizações e partidos políticos atuantes no ME, o que contribuiu para o fortalecimento do ME na resistência à ditadura. Além disso, a greve da ECA permitiu a explicitação das diferentes tendências atuantes no ME, o que é positivo, se se pensar em termos de democracia.

As conclusões de Renato Cancian, no meu entendimento, também não levam em conta a conjuntura política do momento. Ao longo dos “anos de chumbo”, as correntes políticas que sempre estiveram presentes no ME não puderam explicitar suas posições, mas a partir do início da abertura, lenta e gradual, a exposição das diferenças e divergências foi se tornando possível, apesar dos riscos que isso implicava.

Terminados os anos Médici, teve início a perda gradual de legitimidade do regime perante a sociedade. Nesse contexto, tornou-se possível a ação política aberta do ME, que até então só pudera atuar na clandestinidade. A ampla divulgação das inúmeras greves e manifestações do período atestam essa mudança.

Cancian menciona como ponto positivo do movimento grevista da ECA o seu não refluxo e, nesse aspecto, concordo com o autor, acrescentando que além de não ter tido refluxo, a greve da ECA, que se estendeu por mais de um semestre letivo, permitiu a discussão dos problemas da realidade nacional e abriu espaço para a organização das tendências que resultaram na criação do DCE-Livre da universidade, um ano depois.

No segundo semestre, o eixo do movimento grevista se deslocou para o Leste e o Nordeste do país: nessas regiões, foi a UFBA que realizou a maior greve do período, contra o jubileamento. Esse problema já vinha sendo muito debatido no ano anterior, em diferentes

²⁹⁹ CANCIAN, Renato, *Movimento estudantil e repressão política: o ato público na PUC-SP (1977) e o destino de uma geração de estudantes*, cit., p. 61.

partes do país³⁰⁰. Os estudantes da UFBA, na verdade, já vinham abordando essa questão desde 1973.³⁰¹

Em 23 de setembro, os alunos da Geografia e Geologia decidiram paralisar as suas atividades acadêmicas, permanecendo em assembleia geral permanente³⁰². Depois de um mês de greve, a adesão contava com quase 90% dos alunos da universidade: 33 cursos paralisados, num total de mais de 11.000 estudantes.³⁰³

Segundo Oliveira, as proibições e a repressão dificultaram bastante a continuidade do movimento e as reuniões foram totalmente proibidas. Apesar disso, em dezembro de 1975, o Conselho Universitário da UFBA eliminou o jubilamento do regimento interno da Universidade³⁰⁴. Rogmanoli e Gonçalves esclarecem que a greve resultou na extinção de seis das formas de jubilamento preexistentes, restando apenas o jubilamento por tempo máximo.³⁰⁵

³⁰⁰ Unicamp, UFF, USP e principalmente em documentos produzidos por estudantes da UFBA ligados ao DCE, DAs e CUCA. Ainda no ano de 1974, os estudantes da Universidade Federal Fluminense (UFF) levaram ao Conselho Universitário reportagens do Jornal *O Fluminense* que anunciavam a jubilação de 5.000 alunos. Além das críticas contra o sistema, mostravam o clima de “incertude” vivido: “Afirmamos, porém, com plena convicção, que a omissão e/ou a falta de uma definição concreta sobre o problema, por parte da direção da Universidade, é uma forma de participar do intimidamento provocado pelos jornais no meio estudantil. UFF ameaça 5 mil com “jubilação”. *O Fluminense*, de 27 out. 1974; Reitor estuda normas para jubilar alunos. *O Fluminense*, 01 nov. 1974.” (Carta enviada ao Conselho Universitário da UFF assinada pela Bancada Estudantil do Conselho [1974] – Arquivo dos DAs da FFCH/UFBA).

³⁰¹ Naquele ano, o regimento geral de matrícula da Universidade teve inseridos mais dois itens para recusa de matrícula, no seu artigo 9º: “b) ao aluno do 1º ciclo que, por duas vezes, não tenha sido aprovado nas disciplinas de recuperação; e) ao aluno que obteve reprovações em disciplinas às quais lhe impedirão de concluir o curso no tempo máximo permitido”. As novas formas de “expulsão da UFBA” foram divulgadas com o intuito de “impedir, a tempo, que novas arbitrariedades sejam cometidas contra nós”. (Atenção para mais uma consequência da reprovação: o jubilamento. *BEBA* boletim dos estudantes da Bahia. DCE UFBA, n. 9, 11 jun. 1973 – Arquivo dos DAs da FFCH/UFBA).

³⁰² Para organizar uma assembleia geral permanente, foi formado um comando geral, dirigido pelo DCE, que contava com a participação de estudantes dos 32 cursos da UFBA em greve. Nesse comando, havia discussões acerca da condução do movimento, das eleições das comissões de representantes, além da redação de notas que eram encaminhadas às assembleias gerais, que representavam a base de deliberação dos estudantes (OLIVEIRA, Antônio Eduardo Alves, *Ressurgimento do movimento estudantil baiano na década de 70*, cit., p. 48).

³⁰³ Esses estudantes contavam ainda com o apoio de vários professores, alguns políticos locais e membros do clero (11.000 alunos em greve na Bahia contra o jubilamento. *Momento*. Publicação mural do DCE da UFMG. n. 6, 22 out. 1975. *Conjuntura Brasileira*, n. 8, p. 35, 1976 – Arquivo da BDIC 4º F8821). Ver documento (Anexo VII).

³⁰⁴ OLIVEIRA, Antônio Eduardo Alves, op. cit., p. 50.

³⁰⁵ ROMAGNOLI, Luiz Henrique; GONÇALVES, Tânia, *A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador*, cit., p. 20. Matéria jornalística ressalta a vitória, que porém não foi completa, pois ainda permaneceu o jubilamento por tempo máximo: “Os estudantes da UFBA receberam com sentimento de vitória a notícia divulgada ontem pela reitoria de que apenas os 70 atingidos pelo decreto 464 do CFE serão jubilados este ano.” (*O Estado de S. Paulo*, 12 fev. 1976).

A greve contra o jubilamento pode ser considerada vitoriosa não só pelo atendimento da reivindicação principal, mas também porque, no plano organizacional, a militância estudantil baiana fortaleceu-se a ponto de ter conseguido organizar, no ano seguinte, um DCE com eleições livres.

O reflorescimento do ME foi noticiado pela Grande Imprensa e acabou sendo conhecido também no exterior. Mas, sem dúvida, o acontecimento político mais divulgado, interna e externamente, ocorreu em 25 de outubro daquele ano de 1975: a morte do jornalista e ex-professor da ECA Vladimir Herzog pelo DOI-CODI³⁰⁶. Segundo Paulo Markun, a morte de “Vlado” mudou o Brasil: provocou a primeira reação popular contra a tortura, as prisões arbitrárias, o desrespeito aos direitos humanos.³⁰⁷

O grande número de prisões que vinham ocorrendo no mês de outubro já mobilizara os alunos da USP. No dia 17, estava marcada uma visita do ministro (da Indústria e Comércio) Severo Gomes à FAU, e em torno de 1.000 estudantes preparavam um protesto contra as medidas governamentais e as prisões que estavam sendo realizadas em massa. Com o não comparecimento do ministro, a concentração acabou por se transformar numa assembleia que protestou contra a prisão de colegas e professores, e na qual foram marcadas novas assembleias.

Com a intensificação das prisões, no dia 23, os estudantes realizaram duas assembleias³⁰⁸, nas quais decidiram fazer uma “carta aberta à população” denunciando as prisões e torturas, e uma “carta ao presidente da República” exigindo a libertação dos presos, caso contrário, a USP entraria em greve geral no dia 28. Com o assassinato do jornalista, a reação dos estudantes foi instantânea e a greve foi antecipada para segunda-feira, dia 27, com

³⁰⁶ Vários livros já foram escritos sobre a morte de Vladimir Herzog e sua conjuntura. Para tanto, ver: MARKUN, Paulo. *Vlado: retrato da morte de um homem e de uma época*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985; MARKUN, Paulo. *Meu querido Vlado*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005; JORDÃO, Fernando Pacheco. *Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil*. São Paulo: Global, 1978.

³⁰⁷ MARKUN, Paulo. Vlado. In: MAUÉS, Flamarion; ABRAMO, Zilah Wendel. *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. p. 127.

³⁰⁸ Na parte da manhã, às 11h, na FAU, que contou com cerca de 600 pessoas e a participação do professor Michel Foucault, que leu uma carta em solidariedade aos estudantes. E às 20h, na Ciências Sociais, onde compareceram em torno de 1.200 alunos (Repressão e censura: morreu um jornalista em São Paulo. *Boletim do Cefisma*, n. 10, out. 1975).

a paralisação dos alunos da ECA e de outras unidades³⁰⁹. No dia seguinte, a paralisação se generalizou e ficou decidido que seria realizada missa em memória de Herzog, em conjunto com o sindicato dos jornalistas.

O episódio do culto ecumênico é bastante conhecido: o culto levou em torno de 10.000 pessoas³¹⁰ à Catedral da Sé em São Paulo. Houve uma grande repercussão na imprensa, inclusive no exterior, e o ato religioso (que tinha sido promovido antes pelo ME, por ocasião da morte de Vannucchi Leme) resultou na mobilização de vários setores da sociedade civil. A bandeira “pelas liberdades democráticas” passou, desde então, a fazer parte do cotidiano de luta contra o regime.

No entanto, como em outros momentos anteriores, a unidade durou pouco tempo e diferentes propostas para encaminhamento do movimento produziram novos conflitos.

Um grupo parece ter ficado dentro da comissão universitária, que criticou o “esvaziamento político do culto, direcionado pela hierarquia do sindicato dos jornalistas” e passou a evidenciar “a necessidade de uma direção política para o movimento, a necessidade, enfim, do Diretório Central dos Estudantes”³¹¹. Em se tratando da conjuntura apresentada, esse parece ser o grupo de trotskistas que resultaria na “Libelu”³¹², que passou a lutar pela criação do DCE-Livre da USP.³¹³

Outro grupo organizou a Semana de Direitos Humanos, com um ciclo de palestras e debates em torno dessa temática. Ela foi realizada por vários CAs da USP e Renato Cancian referiu-se a seus organizadores como o “grupo dos 16”³¹⁴. Certamente se tratava do grupo que viria a formar a tendência “Refazendo”. O depoimento de Geraldo Siqueira esclarece:

³⁰⁹ Segundo Renato Cancian: “Além da USP, os estudantes universitários conseguiram paralisar as aulas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) e Escola de Sociologia e Política de São Paulo (ESP).” (*Movimento estudantil e repressão política: o ato público na PUC-SP (1977) e o destino de uma geração de estudantes*, cit., p. 60).

³¹⁰ Balanço do movimento. *Imprensa Universitária*, Comissão Universitária, n. 2, de nov. 1975 (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo Livraria Palavra, 124). Ver documento (Anexo VIII).

³¹¹ Balanço do movimento. *Imprensa Universitária*, Comissão Universitária, n. 2, de nov. 1975 (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo Livraria Palavra, 124).

³¹² Para maiores informações sobre a tendência, ver item 2.2.2.

³¹³ Um documento posterior da tendência evidencia: “O processo de reconstrução do DCE, que vivemos sozinhos enquanto que todas as outras direções recuavam, também é outro fato importante”. (A concepção de tendência estudantil. 13 jul. 1976 – Arquivo AEL/Unicamp, arquivo Luis Araújo, pasta 418).

³¹⁴ CANCIAN, Renato, *Movimento estudantil e repressão política: o ato público na PUC-SP (1977) e o destino de uma geração de estudantes*, cit., p. 72.

“No final de 1975, o pessoal da “Libelu” queria fundar o DCE. Nós [que formaríamos a Refazendo] queríamos esperar mais um pouquinho, mas eles tinham razão: tinha que fundar o DCE, uma entidade da USP inteira e não mais aquela confederação de Centros Acadêmicos.”³¹⁵

A efervescência do momento permitiu a formação de vários grupos com diferentes interpretações dos problemas nacionais e também maneiras diversas de atuação. Assim se constituíram novas tendências políticas que se inseriram no ME, no momento em que ele já encontrava possibilidades de retornar a cena política com a luta de massas e a reorganização das suas entidades.

2.2 As “novas tendências” do movimento

Se no período anterior havia poucas referências a correntes e partidos políticos, apesar de serem perceptíveis suas atuações, com o início da abertura política, elas se tornaram mais explícitas. O retorno das grandes mobilizações estudantis veio acompanhado por um processo de reagrupamento político no interior do ME³¹⁶, em torno daquilo que passou a ser designado como tendência estudantil, para diferenciar os estudantes que atuavam especificamente no meio universitário dos que militavam no movimento sindical ou em movimentos populares, como esclarece Renato Cancian.³¹⁷

A tendência era vista como um “organismo intermediário”³¹⁸, para utilizar um termo da época, entre o partido e as entidades estudantis. Era através delas que os partidos e organizações, ainda clandestinos, atuavam para imprimir a orientação política a ser seguida numa entidade e/ou para recrutar novos membros para a respectiva “tendência”. Valérie Lafont, em estudo sobre a vida associativa, observa que as associações formam uma espécie de peneira de iniciação à normas de um determinado “meio”, permitindo, assim, uma entrada

³¹⁵ Depoimento de Geraldo Siqueira Filho ao Projeto Memória do Movimento Estudantil. Brasília, em 01.12.2004.

³¹⁶ OLIVEIRA, Antônio Eduardo Alves, *Ressurgimento do movimento estudantil baiano na década de 70*, cit., p. 54.

³¹⁷ CANSIAN, Renato, *Movimento estudantil e repressão política: o ato público na PUC-SP (1977) e o destino de uma geração de estudantes*, cit., p. 65-66.

³¹⁸ “É intermediário porque a frente se coloca exatamente abaixo do partido e acima de um CA. É parcial porque enquanto o partido trava a luta político ideológica em nível global, a frente trava a luta em nível parcial, isto é, apenas num setor da pequena burguesia.” (A concepção de tendência estudantil. 13 jul. 1976 – Arquivo AEL/Unicamp, arquivo Luís Araújo, pasta 418).

progressiva, flexível, socialmente menos reprovada e igualmente menos visível do que uma entrada direta no partido.³¹⁹

Como os partidos (lugares da mediação política, segundo Berstein³²⁰) permaneciam na ilegalidade, o ME continuou a ser uma opção (dentre os outros movimentos que estavam florescendo nesse momento) para se colocar em prática programas políticos que visavam ao retorno ao Estado democrático, muitas vezes visto como uma etapa de transição para o socialismo.

Cabe ressaltar ainda que as tendências também serviam para marcar “campo” no interior do ME com as outras organizações políticas. E elas podem ser entendidas como mecanismos dos partidos para sua atuação em determinadas frentes. Nesse caso, as tendências podem figurar não somente numa situação de ilegalidade. Tampouco elas existiram e existem tão somente no ME. As tendências continuaram existindo, mesmo depois do fim do regime ditatorial, como, por exemplo, no movimento sindical.

A historiografia ainda não dispõe de um trabalho mais aprofundado sobre as correntes políticas que despontaram a partir de meados da década de 70, como já foi realizado em relação à década anterior³²¹. Mas alguns estudos³²² indicam, ao menos, as principais tendências que atuaram nos movimentos de resistência à ditadura, o que me auxilia no mapeamento que apresento sobre o tema.

Entre os grupos que podemos destacar, de maneira geral se encontram os que se definiam como comunistas: o PCB, mesmo perdendo destaque na USP, continuou atuando, principalmente no Rio de Janeiro; o PC do B, que cresceu no período conquistando a presidência da UNE reconstruída; os trotskistas, entre os quais sem dúvida se destaca a

³¹⁹ LAFONT, Valérie, Lien politique et lien social: la vie associative et l’engagement au Front Nacional, cit., p. 428.

³²⁰ BERSTEIN, Serge. Les partis. In: RÉMOND, René (Dir.). *Pour une histoire politique*. Paris: Seuil, 1988. p. 52-53.

³²¹ Para conhecer as correntes políticas nos anos 1960, ver: GORENDER, Jacob, *Combate nas trevas*, cit.; REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990; RIDENTI, Marcelo, *O fantasma da revolução brasileira*, cit.

³²² Dentre eles, pode-se destacar: ARAÚJO, Maria Paula, *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*, cit.; CANCIAN, Renato, *Movimento estudantil e repressão política: o ato público na PUC-SP (1977) e o destino de uma geração de estudantes*, cit.; ROMAGNOLI, Luiz Henrique; GONÇALVES, Tânia, *A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador*, cit.

“Libelu”, mas também foram importantes os grupos “Centelha” (em Minas Gerais) e “Ponteio” (no Rio Grande do Sul); a junção de militantes da APML, ALN e MR-8, que resultou na “Refazendo”, principal força política do ME da USP no processo de eleição do DCE-Livre), além de grupos como Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), contrário à luta pelas liberdades democráticas defendidas pelas demais forças apresentadas.

Cabe esclarecer que as diversas tendências se modificavam, eram repensadas, se agrupavam, eram substituídas por outras ou desapareciam, como soe acontecer na política. As principais tendências tiveram atuação significativa na USP, foco mais importante do ME no período.

2.2.1 APML, MR-8 e ALN: “Refazendo”

Pode-se remontar as origens da tendência ao exterior, em torno da publicação da revista *Brasil Socialista* (BS), publicada em Paris por militantes da Ação Popular Marxista Leninista (APML), Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8³²³) e Política Operária (POLOP), organizações críticas da política (de lutas por uma revolução democrática e nacional) do PCB. Para a historiadora Maria Paula Araújo, a BS pretendia configurar um campo de organizações de esquerda proletária, com o objetivo de conduzir a luta política pela revolução socialista no país.³²⁴

Mas a “Refazendo” acabou se tornando uma tendência advinda de três correntes: da APML, que era majoritária, do MR-8, mas também de remanescentes da ALN.

³²³ Boa parte de seus militantes saíram das fileiras da dissidência comunista da Guanabara. O nome MR-8, em homenagem a data de morte de Che Guevara, nasceu quando do sequestro do embaixador americano, em 1969. Para maiores informações: GORENDER, Jacob, *Combate nas trevas*, cit.

³²⁴ ARAÚJO, Maria Paula. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois* (1964-2004). Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC), 2004. p. 163.

A Ação Popular (AP) aderiu ao marxismo-leninismo em 1971³²⁵ e passou a se chamar Ação Popular Marxista Leninista (APML). Houve uma cisão interna na APML³²⁶ e boa parte de seus membros aderiram ao PC do B (em 1972), permanecendo uma minoria liderada por Jair Ferreira de Sá e Paulo Wright que continuou com a sigla e promoveu sua reorganização. A aproximação com o MR-8 não se deu só no campo teórico, mas também na prática política, apoiando a candidatura de Lisâneas Maciel a deputado federal pelo Rio de Janeiro através do MDB, nas eleições de 1974.

A ocasião favorável para formar a “Refazendo” apareceu no curso da reorganização do DCE-Livre da USP, como veremos mais tarde. A tendência ganhou a primeira eleição em 1976 e a subsequente em 1977, consolidando-se como a principal tendência da USP. Sua atuação estava centrada principalmente nos cursos de Ciências Sociais, Economia, Física, Geologia, Geografia, Psicologia e na Politécnica.

Na Bahia, a mesma tendência se chamou “Novação” e não tinha a mesma penetração que em São Paulo: era uma corrente minoritária que fazia oposição à “Viração”, do PC do B.

Vera Paiva, ex-militante da AP e estudante do curso de Psicologia da USP, lembrou, em entrevista concedida a Renato Cancian, os motivos que levaram estudantes independentes como ela a aderir à “Refazendo”:

³²⁵ Para tanto, em março de 1971 lançou o manifesto Ação Popular Marxista Leninista APML – Programa Básico. A transcrição do documento pode ser consultada em: REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985. p. 293-305.

³²⁶ Marcelo Ridenti apresenta bem esse panorama: Ainda no primeiro semestre de 1971, o *bureau* político reuniu-se e a luta interna não pôde mais ser contornada. A minoria era representada na direção por Jair Ferreira de Sá e Paulo Wright, e a maioria por Arantes, Lima e Rabelo – que redigiram o chamado “documento dos três”, apresentado em novembro ao Comitê Central, reconhecendo no PC do B o verdadeiro partido revolucionário – além de Duarte Pereira, que estava com a maioria, mas com a qual tinha divergências. A maioria decidiu pela incorporação ao PC do B, posição a ser ratificada no II Congresso da AP, que deveria ter sido convocado, mas não foi, devido às dificuldades impostas pela rígida clandestinidade e aos desdobramentos da luta interna, que polarizava a maioria defensora da revolução nacional e democrática contra a minoria propositora da revolução socialista no Brasil, inspirada em ideias de autores como Gunder Frank (1964, 1970) e Caio Prado Júnior (1966), embora continuasse a se considerar maoísta. No decorrer de 1972, a luta interna acirrou-se até o ponto da ruptura, que se daria no início do ano seguinte, passando a haver duas organizações que reivindicavam a sigla APML. A primeira era a antiga minoria, liderada por Jair Ferreira de Sá e Paulo Wright, que haviam sido destituídos de seus cargos e depois expulsos pela maioria da antiga organização. Com o apoio de militantes e do membro do Comitê Central Manoel Conceição dos Santos, eles trataram de reorganizar a sua APML (RIDENTI, Marcelo, *Ação Popular: cristianismo e marxismo*, cit., p. 251).

“Não concordávamos com o posicionamento político das demais tendências, porém, nós não tínhamos uma posição política definida. Na verdade, eu sempre quis atuar no movimento estudantil como *independente*, ou seja, sem fazer parte de grupo político nenhum. Ocorre que naquela época, para militar no movimento estudantil você era de certo modo forçado a assumir um posicionamento político. Caso contrário, não havia espaço para atuação.”³²⁷

A “Refazendo” defendia um movimento alicerçado nas próprias entidades de base, na defesa das lutas por melhorias nas condições do ensino e também por liberdade de organização e expressão; além disso, pretendia não se consolidar numa estrutura rígida e predeterminada de organização, formal e burocraticamente articulada como entidade.³²⁸

Como já dito, apoiava candidatos do MDB nas eleições, desde que eles apresentassem um programa independente, como forma de fazer uma oposição formal ao governo. Nas eleições de 1978, chegou a eleger os candidatos a deputado estadual (ligados à APML) Geraldo Siqueira em São Paulo e José Eudes no Rio de Janeiro.

Mas, nesse mesmo ano, ocorreu um “racha” dentro da tendência e o MR-8 se retirou. Ricardo Azevedo³²⁹ acredita que o conflito interno teve início em meados de 1976, quando foi realizado o Congresso do MR-8: a direção histórica que estava no exterior (Franklin Martins e Carlos Alberto Muniz, basicamente) foi substituída pelo pessoal que estava no Brasil, o que significou o início da projeção de Cláudio Campos e Sérgio Rubens. O cerne das divergências entre as forças estava centrado na questão da política defendida pela tendência: como definiam o caráter da revolução brasileira, o papel do MDB, e também sobre a convocação da assembleia constituinte (o MR-8 era favorável e a APML contra).

Foi também em 1978 que a “Refazendo” perdeu as eleições do DCE da USP para a “Libelu”. Mas cabe observar que esse foi o momento em que a “Refazendo” se aproximou da “Caminhando”. As duas tendências trabalharam juntas na reconstrução da UEE/SP (1978) e também a “Refazendo” apoiou o candidato Rui Cesar (ligado ao PC do B baiano), eleito presidente da UNE em 1979.

³²⁷ Depoimento de Vera Paiva. São Paulo, 2006 (CANCIAN, Renato, *Movimento estudantil e repressão política: o ato público na PUC-SP (1977) e o destino de uma geração de estudantes*, cit., p. 65).

³²⁸ A nossa concepção de entidade, de organização dos estudantes. Refazendo – grupo de oposição à diretoria do CEUPES, 1978 (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 39).

³²⁹ Depoimento de Ricardo Azevedo (RIDENTI, Marcelo, *Ação Popular: cristianismo e marxismo*, cit., p. 253).

A saída do MR-8 e a aproximação com a “Caminhando” provavelmente geraram uma crise interna na tendência. Um documento do final do ano de 1979, assinado por um grupo chamado “grupo pró-articulação” da tendência (provavelmente uma dissidência ou oposição interna) reafirma a aproximação da “Refazendo” com a Caminhando, “sem saber se isto é fruto de uma mudança de posição ou se é um desvio populista”³³⁰. O contundente documento salienta que a tendência “em relação ao conjunto de estudantes, deixa de existir enquanto referencial político” e que apesar de “algumas pessoas se dizerem ‘Refazendo’, sua atuação não é conjunta”³³¹. Aponta ainda práticas individualistas, que passaram a marcar o autoritarismo e a desorganização da tendência.

É certo que, em fins de 1980, a APML ainda era a força majoritária dentro da “Refazendo”, quando realizou o seu segundo congresso e decidiu se integrar ao recém-criado Partido dos Trabalhadores³³², o que representou o fim da tendência.

2.2.2 “Liberdade e Luta”

Atuando como pequeno grupo, com pessoas oriundas das mobilizações de 1968³³³, durante o início da década de 1970, esta tendência ganhou força no processo da greve da ECA em 1975³³⁴. A “Liberdade e Luta”, mais conhecida no ME como “Libelu”, passou então a

³³⁰ Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 37, 02/02.

³³¹ Ibidem.

³³² Mais uma vez recorro aos escritos de Marcelo Ridenti para explicar o panorama: “No fim de 1980, realizou-se o II Congresso da APML: a maioria decidiu continuar a organização e integrar-se ao PT, a minoria dividiu-se entre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), PCB e MR-8. Divergências anteriores e imediatamente posteriores ao Congresso fizeram com que os vários núcleos se dispersassem, mesmo com a existência de uma Comissão Nacional Provisória. Apesar do fim da organização como entidade nacional ter-se consumado em 1981, setores organizados regionais continuaram a reivindicar-se como APML até pelo menos 1982, caso do Comitê Regional da Bahia (Ação Popular: cristianismo e marxismo, cit. p. 254).

³³³ Contribuição para as discussões sobre a situação atual da tendência. [1975] (Arquivo AEL/Unicamp, arquivo Luis Araújo, pasta 418).

³³⁴ Um documento escrito por um militante da tendência, em 1976, confirma a hipótese levantada: “A greve da ECA é um marco nesse sentido. Nesta mobilização, os estudantes combativos ‘invadem’ a tendência. (...) A greve da ECA despertou para a política uma camada de estudantes que até então se mantinham à margem das mobilizações”. Mais adiante, o documento alerta: “A greve da ECA marcou o mais profundo golpe sofrido por nós. A partir dali, a tendência, enorme e destrozada, apenas sobrevive às feridas não compreendidas por nós.” (A concepção de tendência estudantil. 13/7/76 – Arquivo AEL/Unicamp, arquivo Luis Araújo, pasta 418).

encabeçar as manifestações em prol da criação do DCE-Livre da USP, o que ocorreu em 1976. A tendência trotskista era ligada à Organização Socialista Internacionalista (OSI).³³⁵

O discurso da “Libelu” se baseava nas concepções de Trotsky e, como o líder, dividia a sociedade contemporânea em três classes: a grande burguesia, o proletariado e a pequena burguesia. Os membros da tendência acreditavam que somente as duas primeiras tinham capacidade de “levar uma política independente”. Sendo assim, a “massa estudantil, por seu número e sua capacidade de dar caráter explosivo às suas manifestações, se converte num valioso auxiliar do proletariado”.³³⁶

O conteúdo político da tendência ligava a luta do ME à luta dos trabalhadores – “sustentáculos de toda a riqueza material da nação”. Para a “Libelu”, a aliança com os trabalhadores começava dentro da própria universidade, ao unir os estudantes aos professores e funcionários. As lutas empreendidas por esses setores em conjunto deveriam englobar desde as necessidades mais “elementares”, como moradia e alimentação, a luta contra o arrocho salarial, até as mais amplas, centrada na luta pelas liberdades democráticas.

Para tanto, a tendência propugnava a concretização da aliança ME e movimento operário (MO), a partir de “um pacto entre as direções dos respectivos movimentos”. Foi com base nessas concepções que a “Libelu” levantou a bandeira de reconstrução do DCE da USP e das entidades de representação estudantil. Seus membros entendiam, como Trotsky, que os sindicatos (mesmo dentro de uma sociedade capitalista) poderiam tornar-se “instrumentos do movimento revolucionário do proletariado”.³³⁷ Por essa razão, a reconstrução das entidades era considerada imprescindível porque só através da aliança dos organismos representativos

³³⁵ A OSI foi fundada em dezembro de 1976 pela junção de dois grupos: a Organização Marxista Brasileira e o Grupo Comunista 1º de Maio. A unificação das duas correntes foi decidida em dezembro de 1975, em discussão realizada em Paris, na reunião do Bureau Internacional do Comitê de Reorganização pela Reconstrução da IV Internacional (CORQUI). Para maiores detalhes, ver: KARAPOVS, Dainis; LEAL, Murilo. Os trotskismos no Brasil: 1966-2000. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 1960*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. v. 6, p. 153- 237.

³³⁶ Contribuição à discussão do caráter da tendência. [1976] (Arquivo AEL/Unicamp, arquivo Luis Araújo, pasta 418, p. 2).

³³⁷ Contribuição à discussão do caráter da tendência. [1976] (Arquivo AEL/Unicamp, arquivo Luis Araújo, pasta 418, p. 2). O documento traz uma passagem de Trotsky em *Comunismo e sindicalismo*: “A independência real do proletariado com relação ao poder burguês só pode ser realizada quando o proletário conduz sua luta sob a direção de um partido revolucionário, e não de um partido oportunista.” (Ibidem, p. 3).

poderia se sustentar a luta: fora das entidades de representação política “não há nada, apenas massa de exploração”.³³⁸

Não por acaso, o slogan da tendência era calcado na “aliança operário-estudantil”. De acordo com um documento da tendência, essa aliança não era entendida como “um processo separado da luta pela defesa e desenvolvimento das entidades sindicais estudantis autônomas. Pelo contrário, a tendência revolucionária estudantil deve fazer corpo com tais entidades”.³³⁹

A luta por liberdades democráticas pregada pela “Libelu” compreendia diversos pontos, dentre eles: eleições livres e diretas, liberdade de organização dos partidos políticos, anistia geral para os presos e exilados políticos, abolição total da censura, direito de greve, revogação dos AIs e dos decretos-leis repressivos e fim das prisões e tortura.³⁴⁰

Seus membros entendiam que a universidade fora definida no interior da sociedade como uma instituição a serviço da classe dominante, no sentido de formar mão de obra especializada exigida pelo capitalismo brasileiro. Por isso, lutavam por melhores condições de ensino, contra a reforma universitária, contra o ensino pago, contra o vestibular, contra educação física obrigatória, contra os pré-requisitos aos cursos, contra o jubramento, pela abolição das taxas, por transporte gratuito, restaurantes e completa assistência médica e dentária gratuitos, pela contratação de professores em tempo integral e com salários condizentes, entre outras demandas.

No que se refere especificamente à democratização da universidade, o programa da “Libelu” propunha eleições diretas dos diretores e reitor pelos alunos, professores e funcionários, o fim do policiamento no campus, a abolição dos atestados ideológicos para

³³⁸ Contribuição à discussão do caráter da tendência. [1976] (Arquivo AEL/Unicamp, arquivo Luis Araújo, pasta 418, p. 6).

³³⁹ Caráter de tendência pela aliança operário-estudantil. [1976] (Arquivo AEL/Unicamp, arquivo Luis Araújo, pasta 418, p. 6).

³⁴⁰ Plataforma Liberdade e Luta para o DCE Livre da USP. [1976] (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 37).

professores, era contra a participação (criada pelo MEC) nos colegiados e Conselho Universitário³⁴¹ e lutava, enfim, pela democratização do ensino.³⁴²

A “Libelu” também foi a primeira tendência a aderir, em São Paulo, à palavra de ordem “Abaixo a ditadura”, o que, no entender de seus membros, significaria identificar claramente o “inimigo”. Segundo Josimar Moreira de Melo Filho, então militante da tendência na época:

“Já em 1977, a análise que a gente fazia era a de que a crise da ditadura militar tendia a se agravar. Ela estava se aprofundando cada vez mais. A gente propunha que a palavra de ordem ‘Abaixo a ditadura’ fosse assumida por todo o movimento, em função de estar analisando que a crise da Ditadura Militar (DM) entrava em grau de agudamento e por considerar que todas as lutas que os setores populares estavam levando a partir de 77, colocavam de forma cada vez mais candente a questão do governo, a questão do responsável pela manutenção de toda aquela situação, que era a DM.”³⁴³

Outro ponto que levou a tendência a ter grande popularidade foi a pregação do voto nulo nas eleições municipais de 1976 e estaduais/federais de 1978. Seus componentes acreditavam que por ter sido criado pelo próprio regime, o MDB parecia mais com “uma tribuna das várias frações da classe dominante que procuram sair do impasse para o qual caminha o regime militar”³⁴⁴. Nesse sentido, o partido, dito como oposição, era visto como continuador da política da burguesia.

Nas eleições de 1976, não negavam que a votação obtida pelo MDB em 1974 (algo em torno de 15 milhões de votos) tivera um caráter de protesto contra o regime por parte dos eleitores. Mas, afirmavam que esse protesto fora frustrado, na medida que o partido “largava por terra” suas bandeiras de campanha, abria mão da CPI dos Direitos Humanos, não reagia contra a assinatura dos contratos de risco que pretendiam quebrar com o monopólio estatal do

³⁴¹ Esse era um dos pontos que distinguia a “Libelu” de outras tendências. Segundo Josimar Melo, que foi diretor do DCE USP e candidato à presidência da UNE em 1979, o ME deveria romper todos seus vínculos com o aparato do Estado, onde eles existissem. Para ele: “Isso significa o desatrelamento dos diretórios acadêmicos atrelados e rompimento dos vínculos onde existam participação dos estudantes nos órgãos colegiados.” (ROMAGNOLI, Luiz Henrique; GONÇALVES, Tânia, *A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador*, cit., p. 70).

³⁴² A democratização do ensino era compreendida aqui como a possibilidade de liberdade de criação e pesquisa, livre debate em salas de aula e colaboração entre estudantes e professores no momento da elaboração dos cursos.

³⁴³ ROMAGNOLI, Luiz Henrique; GONÇALVES, Tânia, op. cit., p. 69-70.

³⁴⁴ Plataforma Liberdade e Luta para o DCE Livre da USP. [1976] (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 37).

petróleo, entre outras questões. Sendo assim, esse não seria o partido que iria se mobilizar para organizar os setores explorados e oprimidos da sociedade brasileira.³⁴⁵

Apesar de pregarem o voto nulo, levantavam a bandeira das eleições livres, nas quais pudessem concorrer partidos operários e populares, os que de fato representariam os interesses da maioria da população. Eleições livres para esta tendência também significava liberdade de debate sobre os problemas nacionais. A “Libelu” passou a lutar também por uma “constituente soberana” e democrática, além do direito universal de voto.

A campanha pelo voto nulo certamente ajudou a tendência a ganhar a eleição do DCE em 1978, derrotando a “Refazendo”. Em 1979, a tendência participou do congresso de reconstrução da UNE com 93 delegados, representando nove Estados brasileiros, e seu candidato, Josimar Melo, recebeu 25.000 votos nas eleições.³⁴⁶

A “Libelu” foi praticamente a única tendência que teve penetração em todo território nacional com o mesmo nome.

2.2.3 “Centelha” e “Ponteio”

Essas duas tendências, também trotskistas, nasceram no movimento estudantil. Em 1979, se uniram para formar a corrente política “Democracia Socialista”.

Mas a tendência “Centelha”, na verdade, remonta ao início da década de 1970, quando surgiu no ME mineiro (tanto na UFMG quanto na PUC-MG), sendo críticos ao projeto de luta armada ainda em vigor à época, sempre encampando a ideia da política de “liberdades”. Como ressalta o cientista social Vitor de Ângelo, o nome “Centelha” foi adotado somente em 1977, em troca da sigla “O.”, de Organização³⁴⁷. A “O.” teve primazia no ME da UFMG

³⁴⁵ Voto nulo por eleições livres. Eleições municipais. *Jornal do DCE Alexandre V. Leme*, nov. 1976 (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 37).

³⁴⁶ KARAPOVS, Dainis; LEAL, Murilo, *Os trotskismos no Brasil: 1966-2000*, cit., p. 182.

³⁴⁷ ANGELO, Vitor Amorim de. *A trajetória da democracia socialista: da fundação ao PT*. São Carlos, SP: Editora da Universidade Federal de São Carlos (EdUFSCAR), 2008, p. 37. Segundo o historiador: “A criação da ‘Centelha’ ocorreu logo depois de encerrada a eleição para o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFMG, quando a chapa lançada pelo grupo mineiro – também chamada de Centelha – foi derrotada pelos candidatos apoiados pela AP-ML”. Agradeço ao Vitor por me ceder cópia dos originais antes da edição do seu livro.

desde 1971, quando retornaram as eleições para o DCE, de forma indireta, até 1976, quando foi realizada a primeira eleição direta daquele Diretório. Crítica da luta armada, discordava da atuação do PC do B e da APML no ME.

Seus militantes criticavam o apoio ao MDB, por entenderem que o partido estava alinhado com o governo, por ser uma oposição consentida que não fazia uma frente de contestação ao que estava estabelecido. Nesse sentido, o voto no MDB era uma maneira precária do povo exercer seu protesto, uma vez que o partido já estava desacreditado.³⁴⁸

Já a “Ponteio” foi formada no Rio Grande do Sul. Em suas origens, também foi chamada de “O.” e seus militantes tinham atuado no “Movimento Universidade Crítica”³⁴⁹ (MUC), organização de fins dos anos 1960 formada a partir de militantes do Partido Operário Comunista (POC), com dissidentes gaúchos do PCB. Em 1973, o grupo criou a corrente estudantil “Nova Proposta”. A tendência “Peleia” só nasceria em 1977 com o racha da organização anterior devido a “divergências quanto às formas de enfrentamento do regime militar e ao conteúdo ideológico a ser dado à luta pela redemocratização”.³⁵⁰

Com uma condução política como a da tendência sua “coirmã” “Centelha”, a “Ponteio” defendia a “democratização da universidade, a articulação de um bloco de professores e estudantes, no sentido de uma influência maior nas decisões do ensino”.³⁵¹

Em 1979, “Centelha” e “Ponteio” chegaram ao Congresso da UNE com a presidência do DCE da UFMG e UFRGS, ainda apoiados pelas tendências “Andança” e “Organizando”, do Rio de Janeiro, e “Participação”, de Juiz de Fora³⁵². Mas, segundo Dainis Karapovs e

³⁴⁸ As referências para construção deste parágrafo foram retiradas de: *Gol a Gol se pegá com o pé é dibra*. DCE UFMG, ano 3, n. 14, 12 nov. 1974 (Arquivo da BDIC D69 487).

³⁴⁹ “Entendemos que a luta por uma Universidade Crítica é a luta comum de todos os estudantes brasileiros. (...) é um confronto de forças entre os estudantes e a política educacional do governo, logo, para realização dessa proposição, se requer um ME organizado e consciente.” (MUC: programa para o DCE. [1969] – Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, Livraria Palavra, cx. n. 124).

³⁵⁰ ANGELO, Vitor Amorim de, *A trajetória da democracia socialista: da fundação ao PT*, cit., p. 42. Para maiores informações sobre essas correntes, ver o capítulo 2 da obra citada.

³⁵¹ Depoimento de Luis Marques, então presidente do DCE da UFRGS (ROMAGNOLI, Luiz Henrique; GONÇALVES, Tânia, *A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador*, cit., p. 71).

³⁵² Ibidem, mesma página.

Murilo Leal, essas tendências se juntaram à Convergência Socialista³⁵³ na chapa “Novação” e receberam 60.000 votos³⁵⁴ na primeira eleição direta na história da entidade.

2.2.4 PC do B: “Caminhando” e “Viração”

Mesmo com o foco na guerrilha rural, no início dos 1970, o PC do B nunca deixou de ter suas bases na militância estudantil. Com a derrota da luta armada, o partido preferiu deixar de lado a autocrítica sobre a Guerrilha do Araguaia³⁵⁵, passando a defender a luta pelas liberdades democráticas. Ainda no início da década, o partido contou com a adesão de boa parte dos quadros da APML.

Surgiu então “Caminhando” que, como as demais tendências, nasceu no bojo da criação do DCE da USP. Entre suas bandeiras de luta, estava a união de todos os setores populares, particularmente dos trabalhadores, na luta “contra a exploração e dominação do país e do povo brasileiro pelo imperialismo e seus aliados internos” e “pelas liberdades democráticas”.

Entendia que a luta “pelas liberdades democráticas”, apesar da origem burguesa do termo³⁵⁶, significava livre expressão de pensamento, fim da censura e todo e qualquer tipo de cerceamento à imprensa e demais veículos de comunicação; a liberdade de organização de sindicatos, entidades estudantis e de classe, bem como a dos partidos políticos. A liberdade de

³⁵³ Terceira corrente trotskista, também com origens no meio estudantil, com menos peso do que as outras apresentadas (KARAPOVS, Dainis; LEAL, Murilo, Os trotskismos no Brasil: 1966-2000, cit., p. 182). Para Luiz Romagnoli e Tânia Gonçalves, a Convergência criou em 1978 a tendência que se denominava “Novo Rumo” (*A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador*, cit., p. 71-72. Para saber mais sobre a Convergência Socialista ler o artigo já citado:

³⁵⁴ KARAPOVS, Dainis; LEAL, Murilo, Os trotskismos no Brasil: 1966-2000, cit., p. 182. Segundo o *Jornal do Brasil*, a chapa obteve em torno de 42.000 votos (Mutirão vence eleição da UNE com 107 mil votos. *Jornal do Brasil*, 06 out. 1979, 1º Caderno).

³⁵⁵ A autocrítica da Guerrilha do Araguaia foi assunto para reuniões do Comitê Central do PC do B e foi terreno para disputa de ideias, apontando majoritariamente para apenas fazer uma homenagem aos mortos.

³⁵⁶ Na carta-programa para a refundação do DCE da USP, foi traçado um histórico sobre o termo para justificar seu uso naquela atualidade: “De fato, foi a burguesia, na época em que era classe revolucionária, a primeira a levantar a bandeira das liberdades democráticas, que teve sua expressão mais avançada na célebre Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789. Para o capitalismo ascendente era indispensável, com vistas ao seu próprio desenvolvimento (...). Concluindo, embora tenha sido formulada originalmente pela burguesia, a bandeira de liberdades democráticas interessa, hoje, nas condições históricas atuais, às massas populares, particularmente às classes trabalhadoras. Cabe ao povo levantá-las.” (Caminhando – carta-programa, maio 1976 – Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36).

manifestação, para seus militantes, compreendia o direito de greve, de realizar comícios, passeatas e outras formas de ação pública. Consideravam ainda que a vigência do *habeas corpus* também fazia parte dessa luta, bem como a realização de eleições livres e diretas, por sufrágio universal, para todos os cargos.

A meta por uma “universidade democrática e voltada aos interesses populares” compreendia a luta “pela criação de ciência e tecnologia a serviço das reais necessidades do país e das autênticas aspirações do nosso povo”, o combate contra o 477 e demais instrumentos coercitivos, a seleção “ideológica” dos professores, a liberdade de expressão, a efetiva democratização da estrutura decisória na universidade e o fim da presença de policiais, “ostensivos ou disfarçados”, nas dependências das universidades. A tendência defendia também o ensino público e gratuito e era contra o jubramento e a implantação dos cursos de Ciências Sociais.

A “Caminhando” era a favor do voto-protesto no MDB, mas desde que fossem selecionados e, conseqüentemente, apoiados os candidatos progressistas. Acreditava que, nas eleições de 1974, o povo tirou proveito, transformando as eleições no julgamento do próprio regime. Também frisava que “o uso do MDB como instrumento de protesto”³⁵⁷ não significava a crença de que o partido pudesse levar a cabo a realização das aspirações populares, porque as transformações profundas seriam efetivadas diretamente pelas massas populares.

Era contra o voto nulo, por acreditar que não bastavam “simples palavras de ordem” e que o certo seria apresentar uma alternativa concreta, uma proposta de ação para as amplas camadas da população. Nesse sentido, o voto-protesto no MDB seria uma maneira do próprio movimento estar mais perto do restante do povo, que ainda não se encontrava fortemente mobilizado, a ponto de desencadear uma campanha em nível nacional pelo voto nulo.

³⁵⁷ Para a tendência: “O MDB foi sempre um aglomerado heterogêneo, comportando em suas fileiras desde autênticos democratas até elementos perfeitamente afinados com o regime passando por vasta camada vacilante.” (Eleições municipais. *Jornal do DCE Alexandre V. Leme*, nov. 1976 – Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 37).

Dentro da USP, a “Caminhando” tinha maior expressão na Faculdade de Medicina, Politécnica e Ciências Sociais. Era considerada a terceira maior força da universidade.³⁵⁸

Em 1979, ano em que a “Caminhando” ganhou as eleições que permitiriam colaborar na reconstrução da UNE, além de participar da gestão da UEE/SP, controlava o DCE da UFBA, da UEL e da UFPA e estava próxima das tendências “Debate e Ação” em Brasília e “Unidade” no Rio Grande do Sul. A tendência na Bahia se chamava “Viração” e foi a mais forte do período, naquele Estado.

2.2.5 O PCB e sua “Unidade”

O retorno às lutas democráticas nos anos 1970, bandeira de luta do PCB nos anos 1960, não redimiou das críticas o partido que vivenciou inúmeras dissidências, em virtude de suas “posições reformistas”, num período em que a revolução estava na ordem do dia. É bem verdade que parte das lideranças do partido (devido à origem social e pela própria dedicação à militância) não teve oportunidade de ingresso no meio universitário. Essas lideranças tinham restrições ao ME, por considerá-lo um movimento da pequena burguesia que, por essa condição de classe, não tinha condições de assumir a vanguarda da luta democrática, como afirmou Hamilton Lima.³⁵⁹

O PCB, até a derrota da luta armada, não tinha sido alvo da repressão. No entanto, entre 1974 e 1976, foi vítima da Operação Jacarta³⁶⁰, que investiu contra seus militantes. Alguns foram mortos, outros presos e outros tiveram que partir para o exílio: entre os presos e exilados havia estudantes, o que contribuiu para o enfraquecimento do PCB no ME. Segundo Lima, a não participação do PCB nos atos (políticos) públicos organizados pelos estudantes

³⁵⁸ CANCIAN, Renato, *Movimento estudantil e repressão política: o ato público na PUC-SP (1977) e o destino de uma geração de estudantes*, cit., p. 64.

³⁵⁹ Hamilton Garcia de Lima descreve bem a atuação do PCB durante a ditadura militar e analisa em detalhe a relação do partido com o movimento estudantil (*O ocaso do comunismo democrático: o PCB na última ilegalidade (1964-84)*, cit., p. 229-237).

³⁶⁰ Para melhor conhecer a Operação Jacarta, consultar: MORAES, Mário Sérgio de. *O ocaso da ditadura: caso Herzog*. São Paulo: Barcarolla, 2006.

não era encarada pelos dirigentes do partido como uma manifestação de recuo, mas sim de compreensão superior do problema político nacional e da dinâmica da luta de classes.³⁶¹

Os quadros do PCB davam muito valor à formação intelectual do militante, como lembra Amâncio Paulino³⁶², ex-militante e aluno do curso de Medicina da UFRJ, a partir de 1975. No entanto, a política proposta pelo partido de não enfrentamento aberto da ditadura era combatida pela maioria dos militantes de esquerda que atuavam no ME.

Mas, apesar de isolado pela maioria das tendências e sem prestígio dentro do próprio partido, alguns militantes, principalmente os do Rio de Janeiro, organizaram a tendência “Unidade”. Segundo os levantamentos feitos por Lima, o PCB era a maior força política na UFF, venceu as eleições do DCE da PUC-RJ em 1978 e, apesar de não ter participado formalmente do processo de reconstrução da UNE (somente a partir do IV ENE), a chapa “Unidade” (apoiada também pelo MR-8) conquistou o segundo lugar na eleição do Congresso de 1979³⁶³. De acordo com o sociólogo Antônio Alves de Oliveira, o PCB na Bahia, com a tendência chamada de “Sangue Novo”, tinha importância política no ME do Estado³⁶⁴. No Espírito Santo, sua influência também era grande: em 1978, refundou o DCE da UFES através da chapa “Construção”, que conquistou 73% dos votos, elegendo o estudante de economia Paulo Hartung.³⁶⁵

Em linhas gerais, os militantes ligados à tendência estudantil do PCB (que se chamou “Unidade” na USP, “Debate” na UFRJ, “Liberdade” na UFF) defendiam a formação de uma ampla frente democrática que englobasse todos os setores da sociedade civil (inclusive o próprio ME) e capaz de combater a dominação política imposta pelo regime militar

³⁶¹ LIMA, Hamilton Garcia de, *O ocaso do comunismo democrático: o PCB na última ilegalidade*, cit., p. 230.

³⁶² Depoimento de Amâncio Paulino ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, Rio de Janeiro em 30.05.2005.

³⁶³ Para conhecer a atuação do PCB no movimento estudantil, ver: LIMA, Hamilton Garcia de, op. cit., p. 223-237.

³⁶⁴ OLIVEIRA, Antônio Eduardo Alves, *Ressurgimento do movimento estudantil baiano na década de 70*, cit., p. 55.

³⁶⁵ MOREIRA, Renato Heitor Santoro. *O movimento estudantil na UFES: a trajetória de um grupo ao poder (1976-1981)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008. p. 35. Cabe ressaltar que a dissertação é apresentada numa confusa teia conceitual englobando Gracsi, Rémond e Gisnburg, tendo como fonte praticamente única os depoimentos desse grupo. Certamente a falta de clareza teórica/metodológica ocasionou a confusa leitura apresentada por Renato.

fascista³⁶⁶. Propunham voto em candidatos do MDB, além da defesa das liberdades democráticas, anistia e convocação de uma assembleia nacional constituinte.

2.2.6 POLOP E MEP: “Alternativa” e “Organizar a Luta”

Como já se pode perceber pelo que foi exposto anteriormente, nem todas as organizações eram a favor das liberdades democráticas. A Política Operária, conhecida como POLOP³⁶⁷, foi criada no início dos anos 1960, por seus membros serem críticos ao nacionalismo e reformismo pregado pelo PCB. A corrente era contrária à bandeira de liberdades democráticas, por considerá-la uma diluição da luta política, um desvio “reformista”, segundo a historiadora Maria Paula Araújo³⁶⁸. Mas, acreditavam nas liberdades para os trabalhadores explorados pelo capitalismo. Por isso, sua palavra de ordem: “Pela liberdade de organização, expressão para todos os explorados.”³⁶⁹

A POLOP ficou conhecida no movimento com a tendência “Alternativa”. Tinha base importante no Rio de Janeiro, onde dirigiu o DCE da PUC nos anos de 1976-1977. Participou também do processo de reconstrução do DCE da USP em 1976.

O Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), organização derivada da POLOP, também considerava a luta democrática reformista. De toda maneira, seus militantes reconheciam a importância de alguns direitos democráticos, como o direito de livre manifestação e organização não somente para todos os explorados, como também todos oprimidos pela ditadura.

No ME, o MEP ficou conhecido pela tendência “Organizar a Luta” e também participou da reconstrução do DCE da USP.

³⁶⁶ ROMAGNOLI, Luiz Henrique; GONÇALVES, Tânia, *A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador*, cit., p. 72-73.

³⁶⁷ Para maiores informações sobre a POLOP, consultar: GORENDER, Jacob, *Combate nas trevas*, cit., p. 40-41 e 138-152

³⁶⁸ ARAÚJO, Maria Paula. A ditadura militar em tempos de transição (1974-1975). In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Eduerj), 2006. p. 161.

³⁶⁹ Ibidem, mesma página.

As duas tendências entendiam o ME como um “movimento político auxiliar” do movimento proletário e, por isso, insistiam na unificação entre ME e MO³⁷⁰. A perspectiva traçada para as lutas do ME estava centrada no fim da repressão (e de suas leis repressivas), pois seus militantes acreditavam que somente as vitórias conquistadas nesse campo permitiriam a aliança dos estudantes com os trabalhadores na luta pela construção de uma sociedade mais justa.³⁷¹

Partindo da palavra de ordem “pela liberdade de organização e de manifestação política dos estudantes”³⁷², os militantes da “Organizar a Luta” batalhavam pela revogação dos decretos-leis (477 e 228), pela extinção do policiamento dentro das universidades, contra cláusulas repressivas do regimento interno, pela liberdade dos presos políticos, pelo fim das prisões e torturas, pelo direito de greve, pelo reconhecimento das entidades livres e contra a participação nos órgãos atrelados à burocracia universitária. Também estavam contra todas as formas de elitização (que compreendiam o ensino pago, o vestibular, o jubilamento), pré-requisitos e o 351.

O posicionamento eleitoral das duas tendências acompanhava o da “Libelu”: ambas eram a favor do voto nulo. Os militantes ligados à tendência “Organizar a Luta” acreditavam ser “totalmente inconsequente e improdutivo depositar esperanças na oposição consentida ou nas atitudes que um ou outro candidato mais bem intencionado possa vir a tomar individualmente”³⁷³. Portanto, votar no MDB significava contribuir para a farsa eleitoral e apoiar um partido colaboracionista do regime.

Quanto à questão da constituinte, um documento interno da “Organizar a Luta”, de 1977, afirmava: “Somos inteiramente favoráveis à convocação de uma assembleia constituinte, depois de derrubada a DM, garantidas amplas liberdades democráticas para a classe operária e o povo, e golpeados todos os setores políticos e sociais comprometidos com

³⁷⁰ Documentos do MEP. Textos II. (1980?) p. 5 (APERJ/Daniel Aarão Reis Filho/MPEP. Dossiê 1. Doc. 6. cx. n. 6). Vale a pena citar outra passagem documento: “Temos que combater, decididamente, aqueles que enxergam o ME (...) como *office-boy* do movimento proletário, ou como aglomeração de jovens dispostos a tudo (...). O ME só será auxiliar na medida que atue conseguindo avançar na universidade a hegemonia proletária e buscando somar ao movimento proletário”.

³⁷¹ Organizar a luta: reconstrução do DCE Livre USP (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 37).

³⁷² Ibidem.

³⁷³ Eleições municipais. *Jornal do DCE Alexandre V. Leme*, nov. 1976 (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 37).

os crimes cometidos pelo regime atual”³⁷⁴. Mas consideravam que, naquela conjuntura, seria muito difícil a concretização desses ideais.

Com exceção da POLOP/MEP, as demais tendências pautavam pela luta em prol das liberdades democráticas e chegaram ao final dos anos 1970 lutando pela anistia e pela constituinte. As “palavras de ordem” poderiam ser distintas, bem como as propostas apresentarem diferentes nuances, mas reafirmo o entendimento de que tais diferenças serviam para alimentar a disputa do movimento, e com isso florescê-lo. E ressalto como positivo o empenho de todas as correntes para a reconstrução das entidades, entendidas como a melhor maneira para organização da representação estudantil.

Cabe ressaltar que a luta democrática, para maior parte desses grupos, era valorizada mais como um meio para a chegada ao socialismo do que como um fim em si mesma. Nem todas as correntes tinham a mesma concepção de democracia e dos meios para se chegar a ela, mas analisar essas diferenças certamente seria objetivo de outro trabalho. No entanto, é importante esclarecer que existiam, grosso modo, duas visões gerais que davam a tônica entre as diferentes forças políticas. Algumas tendências acreditavam que a saída para o processo de abertura política rumo à democratização estava ancorada numa ampla aliança envolvendo vários setores da sociedade civil, enquanto outras acreditavam que a saída para o fim do regime estava centrada diretamente na revolução socialista.

Daniel Pécaut, em seu estudo sobre os intelectuais e a política no Brasil, mostra que as produções acadêmicas do período sobre a questão democrática também não eram convergentes³⁷⁵. Mas ressalta que mais importantes eram “as discussões apaixonadas, retomadas pelos ‘educadores’, ‘agentes comunitários’ e estudantes a respeito da formação de uma cultura democrática cujo sujeito seria o ‘povo’”.³⁷⁶

Segundo Marcos Napolitano, para os grupos de esquerda, a questão democrática ora se traduzia na participação dos diferentes grupos da sociedade na reorganização institucional do

³⁷⁴ A questão da Constituinte e a luta política atual, jun./jul. 1977 (APERJ/Daniel Aarão Reis Filho/MPEP. Dossiê 1. Doc. 5, cx. n. 6).

³⁷⁵ O autor analisa textos de Fernando Henrique Cardoso, Carlos Nelson Coutinho, Francisco Weffort, Maria Helena Chauí, Luis Eduardo Wanderley e outros. Para tanto, ver o quarto e último capítulo do livro: PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990. p. 257-308.

³⁷⁶ PÉCAUT, Daniel, *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*, cit., p. 306.

país, ora significava a conquista de espaços para atuação junto às massas, visando à derrubada do regime, mas também à implantação do socialismo.³⁷⁷

Mas enfim, como afirmou Pécaut, o importante a se reter é que a questão democrática conseguiu “reativar a sociedade civil”.³⁷⁸

Pierre Rosanvalon³⁷⁹ ressalta que um dos pilares da construção democrática está baseado no conceito de igualdade. Baseado nos escritos de Tocqueville, o historiador evidencia que a questão da igualdade perpassa as categorias de liberdade, independência e participação. Endossando a perspectiva do autor, considero que as aspirações dos diferentes grupos em luta pelo retorno democrático do país tinham também como meta a igualdade social e o desejo de que as políticas sociais do Estado fossem geradas a partir das demandas da sociedade. Nesse caso, lutavam pela libertação de um regime opressor, buscando participação efetiva da sociedade nos rumos políticos do país.

A partir dessa perspectiva, acredito que a luta pela redemocratização brasileira nesse momento adquiriu um sentido ético-moral. A luta pela democracia passava a ter um “valor universal”, como afirmou Carlos Nelson Coutinho³⁸⁰. A resistência contra o regime assumia portanto um caráter ético, e lutar pela democracia contra o regime ditatorial era a bandeira que unia os grupos de esquerda e os grupos liberais³⁸¹ que almejavam maior participação política.

A luta democrática também acontecia dentro do próprio movimento: a criação dos DCEs Livres e a busca pelo voto direto para escolha dos representantes. A atuação política

³⁷⁷ NAPOLITANO, Marcos, *Cultura e poder no Brasil contemporâneo* (1977-1984), cit., p. 149.

³⁷⁸ O sociólogo se utiliza de uma passagem de Fernando Henrique Cardoso em *Autoritarismo e democratização*: “Não para pedir democracia, no sentido de reabertura do jogo de partidos controlados pelo Estado ou pelas classes dominantes, mas para criar um clima de liberdade e respeito que permita a reativação da sociedade civil, fazendo com que as associações profissionais, os sindicatos, as igrejas, os grêmios estudantis, os círculos de estudos e debates, os movimentos sociais, em suma, exponham de público seus problemas, proponham soluções, entrem em conflitos construtivos para o país.” (PÉCAUT, Daniel, *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*, cit., p. 290).

³⁷⁹ ROSANVALON, Pierre. *Qu'est-ce qu'une société démocratique?* Cours au Collège de France, 06.01.2010.

³⁸⁰ COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. 2. ed. ampl. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

³⁸¹ Marcos Napolitano também mostra o sentido da luta democrática para os setores liberais que, em princípio, significava o retorno ao Estado de direito, “a normalidade” jurídico-política institucional e dos direitos individuais (*Cultura e poder no Brasil contemporâneo* (1977-1984), cit., p. 149).

sem os limites impostos pelo regime militar era desejo desses militantes, que pretendiam modificar o *status quo*.

2.3 A reorganização das entidades

O caso da USP é emblemático, pois nela surgiu o primeiro DCE-Livre do país, ainda na vigência do regime ditatorial. Mas a criação do DCE não foi somente fruto dos acontecimentos do ano de 1975, que permitiram a expansão do ME. Desde que foi fechado, no final de 1971, no auge dos “anos de chumbo”, as correntes políticas que atuavam no ME buscaram formas de se organizar e maneiras de resistir à repressão da ditadura. Nesse sentido, a retomada do movimento na segunda metade da década e a reorganização das suas entidades passaram a ser vistas como um processo, com altos e baixos, avanços e retrocessos, mas não como um despertar de uma “inércia”, o preenchimento de um “vazio”, apontado por boa parte dos estudiosos do assunto.³⁸²

O Conselho de Presidentes de Centros Acadêmicos, o CCA e a Comissão Universitária foram as formas de representação encontradas para a realização de atividades em momentos em que não era possível a liberdade de expressão e organização, em que correntes políticas que lutavam contra ditadura (em especial as que estavam na luta armada) estavam sendo dizimadas. Sem dúvida, em termos de representatividade, elas ficavam aquém, mas em se tratando da conjuntura vivida, elas representaram a continuidade, não necessariamente de maneira linear, de um movimento que sempre empregou formas de resistência contra o governo ditatorial.

Sendo assim, os “grandes momentos” lembrados, como o plebiscito sobre o ensino pago em 1972, os protestos e a missa realizada em memória de Alexandre Vannucchi Leme, a Semana em Defesa dos Direitos Humanos, a formação do Comitê de Defesa dos Presos Políticos, as várias greves e a mobilização em torno da morte de Vladimir Herzog foram os momentos de destaque que surgiram das “microações” de resistência marcadas por

³⁸² CANCIAN, Renato, *Movimento estudantil e repressão política: o ato público na PUC-SP (1977) e o destino de uma geração de estudantes*, cit.; OLIVEIRA, Antônio Eduardo Alves, *Ressurgimento do movimento estudantil baiano na década de 70*, cit.; POERNER, Arthur José, *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*, cit.

articulações realizadas no cotidiano da vida universitária. Elas se caracterizaram pela publicação de jornais, criação de murais, reivindicações pontuais, organização de manifestos e abaixo-assinados, e manifestações artísticas feitas por um número restrito de estudantes que ousavam resistir.

Com a mudança de conjuntura, foram abertas possibilidades de retomar as formas tradicionais de organização do movimento e/ou criar fórmulas novas. Retomar a construção de um DCE-Livre, sem os auspícios do regime, era o passo fundamental para reconstrução UNE.

A importância da reconstrução dos DCEs era clara para todas as tendências que atuavam no ME, por acreditarem que a organização era a maior garantia de sobrevivência do movimento. Como apresentado em uma das cartas-programa da época, partia-se do pressuposto de que:

“O longo período em que o ME se manteve desorganizado e sem clareza quanto às formas que permitissem a sua reorganização possibilitou o avanço violento da política repressiva do regime (...). Embora os estudantes nunca deixassem de se manifestar contra a política do governo, [foi-se exigindo] a cada momento formas mais avançadas de organização.”³⁸³

A mesma carta-programa referia que as formas de organização anteriores foram “todas transitórias”, mas que, efetivamente, tinham sido “passos significativos rumo à constituição de nossa entidade definitiva – o DCE da USP”.

Outra carta-programa dizia que “desde o plebiscito que rechaçou o ensino pago em [19]72 (...) o ME vem se reorganizando e conquistando na luta seu espaço de intervenção política”.³⁸⁴

Também tinham ciência do papel que estavam desempenhando naquele momento. Nesse caso, a formatação do DCE-Livre passava a ter um sentido histórico: nascer independente do aparato estatal significava romper amarras, transgredir leis, dando um passo na luta pela liberdade democrática. Esse passo importante possibilitaria a retomada organizacional de todas as entidades representativas dos estudantes, aprofundando a luta

³⁸³ Organizar a luta: reconstrução do DCE Livre da USP. [1976] (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP cx. n. 37).

³⁸⁴ Plataforma Liberdade e Luta para o DCE Livre da USP. [1976] (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 37).

contra o regime. O documento que convocou a assembleia universitária para reconstrução do DCE deixou clara a importância do momento:

“E a reconstrução do DCE não é só importante para nós, que aqui estudamos. Sua importância ultrapassa os muros da USP pois será a primeira organização estudantil de nível mais abrangente, independente do governo, a ser criada depois da destruição das nossas entidades em 1968-1971. Assim, a formação do DCE-USP é importante para todo o ME brasileiro: ele é o impulso vital para a reconstrução das UEEs e da UNE (...) que possibilite[am] uma luta consequente na defesa de nossos interesses.”³⁸⁵

Para além da reconstrução da entidade, o significado da reconstrução do DCE também estava vinculado ao posicionamento que passaria a dirigir a representação dos estudantes da USP. A estreiteza do regime levou às tendências a se “mascararem”, dificultando a tomada de posições da maioria, muitas vezes devido à própria falta de clareza e compreensão das lutas políticas a serem travadas.

Com a retomada do DCE, no contexto político mais favorável, pode se restaurar o diálogo entre as tendências, apresentar e colocar em disputa ideias e formas de ação (nem sempre tão) diferentes. Afinal, esse era uma das principais críticas aos formatos anteriores, uma vez que essas outras formas de representação não permitiam o debate e acabavam por apresentar soluções “medianas”.

Nesse sentido, reconstruir o DCE significava retomar a representatividade do movimento, avançando na luta pelas liberdades democráticas, colocar em cena as diferentes propostas em disputa e apresentar uma pauta política para o movimento, ou seja, imprimir uma direção.³⁸⁶

A história da eleição do DCE-Livre já é bastante conhecida e o sociólogo Renato Cancian a descreve bem: depois de várias assembleias, em 26 de março de 1976, no anfiteatro da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, foi realizada a assembleia universitária que

³⁸⁵ Convocação para a Assembleia Universitária. Comissão Universitária. 23 mar. 1976 (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 37).

³⁸⁶ Um documento escrito por militantes da “Libelu” mostra esse intuito: “O DCE é uma entidade que nasce das lutas estudantis e que só pode ser analisado como independente ou não, de acordo com a sua política. A independência não é algo estático, mas se manifesta na luta diária contra a ditadura. Ele não nasce simplesmente ‘à revelia dos partidos burgueses’, mas dentro dos interesses reais do proletariado defendido por nós no interior do ME.” (Contribuição à discussão do caráter da tendência. [1976] – Arquivo AEL/Unicamp, arquivo Luis Araújo, pasta 418, p. 7).

deliberou a necessidade de sua formação. Na ocasião, também foi marcada a data da eleição que definiria a direção da nova entidade: ela ocorreu nos dias 11 e 12 de maio³⁸⁷. Foi também numa dessas assembleias que o militante da “Caminhando” Celsinho sugeriu que o nome do DCE fosse Alexandre Vannucchi Leme, em memória ao colega morto pela ditadura.³⁸⁸

Nesse processo, as tendências puderam apresentar suas propostas, montando chapas que disputariam a eleição. Depois de anos, as plataformas políticas voltavam à cena e propiciavam a apresentação de “diferentes” posicionamentos. Concorreram cinco chapas na eleição: “Refazendo”, “Liberdade e Luta”, “Caminhando”, “Organizar a Luta” e “Alternativa”.

As cartas-programas propunham discussão e solução para basicamente os mesmos pontos da conjuntura vivida no país: a crise que o atingia com o fim do milagre econômico e o crescimento da inflação, o aumento da taxa de desemprego, levando as condições de vida a índices miseráveis, e o domínio do imperialismo, associado à burguesia nacional.

Diferentemente da “Refazendo” e da “Caminhando”, a “Libelu” acreditava que a ditadura vivia um momento de debilidade e que a qualquer momento ela poderia tombar. A carta-programa da “Caminhando” destinou 7 páginas (das suas 16) para tratar da situação nacional.³⁸⁹

As tendências lutavam contra a implantação da reforma universitária em curso, que objetivava uma “tecnicização do ensino”, em favor dos interesses das grandes empresas “imperialistas”, sendo transformado o ensino numa peça do sistema econômico.

Cabe ressaltar que todas as cartas-programas pesquisadas³⁹⁰ apresentavam uma espécie de histórico que balizava a importância da reconstrução do DCE como início da retomada das organizações estudantis e com intuito de fortalecer o movimento, no combate contra a ditadura.

³⁸⁷ CANCIAN, Renato, *Movimento estudantil e repressão política: o ato público na PUC-SP (1977) e o destino de uma geração de estudantes*, cit., p. 75.

³⁸⁸ Depoimento de Geraldo Siqueira ao Projeto Memória do Movimento Estudantil. Brasília, em 01.12.2004.

³⁸⁹ Caminhando – carta-programa, maio de 1976 (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36).

³⁹⁰ Cartas-programas: “Liberdade e Luta”, “Caminhando” e “Organizar a luta”.

Mas havia uma divergência fundamental entre duas tendências e as demais, no que se referia à maneira de encarar a luta contra o regime ditatorial: “Organizar a luta” e “Alternativa” eram contra a bandeira das “liberdades democráticas”, como já vimos, levantada pelas demais, porque previam uma luta centrada contra a política educacional do governo (PEG) e, por isso, eram chamados de “peguistas”.

É importante ressaltar que as cartas-programas não apresentavam os nomes dos candidatos aos diferentes cargos da diretoria para os quais seriam eleitos. Ricardo de Azevedo explica que essa atitude era motivada, em grande parte, pela necessidade de preservar as lideranças, mas também a uma concepção política que privilegiava as ideias e não os indivíduos que as representavam.³⁹¹

A eleição aconteceu na data prevista, em 11 e 12 de maio. Mas ocorreu um imprevisto: o roubo de todas as urnas que estavam guardadas na Faculdade de Economia, que representavam cerca de 8.000 votos, segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*³⁹², 10.0000 votos, segundo a revista *Veja*³⁹³. O “roubo das urnas” foi motivo de manchete nos periódicos nacionais. Sem dúvida, os universitários passaram a ter mais um motivo para denunciar o regime. E todas as chapas se reuniram para organizar uma nova eleição, com um esquema de mobilização intenso para vigiar às urnas. Uma assembleia foi realizada para decidir o formato da noite de vigília.³⁹⁴

O roubo das urnas, a movimentação das chapas, a nova votação e a noite da vigília fizeram as eleições do DCE da USP se tornar uma manifestação contra o regime. O episódio acabou valorizando as novas eleições, que contaram com mais de 12.000 participantes. A

³⁹¹ AZEVEDO, Ricardo de. Medo e liberdade. In: MAUÉS, Flamarion; ABRAMO, Zilah Wendel. *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. p. 151.

³⁹² *O Estado de S. Paulo*, 14 maio 1976 (CHRISPINIANO, José. Na criação do DCE Livre, uma derrota da ditadura. *Revista ADUSP*, n. 33, p. 69-73, out. 2004).

³⁹³ O roubo das urnas. *Veja*, 19 maio 1976, p. 26.

³⁹⁴ Geraldo Siqueira relembra: “A turma do MEP defendia que a gente tinha de passar o tempo todo da vigília debatendo a PEG. Nós [Refazendo], propusemos comprar muita fruta no Ceasa e passar o filme *O incrível exército de Brancaleone*, e coisas do gênero. Tudo regado a quentão. O pessoal da Caminhando foi contra o quentão porque diziam que beber de madrugada poderia fazer perdermos o controle. Mas a nossa proposta prevaleceu.” (SIQUEIRA, Geraldo. A eleição para o DCE da USP. In: MAUÉS, Flamarion; ABRAMO, Zilah Wendel. *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. p. 177).

chapa “Refazendo”³⁹⁵ ganhou a eleição, com 4.362 votos, seguida pela “Liberdade e Luta” com 2.955 e, em terceiro lugar, a “Caminhando”, com 1.497 votos; a chapa “Organizar a Luta” obteve 834 votos e, em último lugar, ficou a “Alternativa” com 246 votos. Os votos em branco foram 1.777 e os nulos 582.³⁹⁶

O número grande de votos brancos não passou despercebido pelas lideranças e foi interpretado como uma falta de clareza dos estudantes em relação às chapas. Nesse sentido, eles não foram considerados “votos alienados”, mas representavam um aviso aos dirigentes do DCE, em relação à necessidade de buscar maior representatividade.³⁹⁷

Enfim, o DCE-Livre da USP estava reconstruído. Concordo com a visão de Renato Cancian quando afirma que “com a formação do DCE-Livre Alexandre Vannucchi Leme, os militantes estudantis da USP deram um passo concreto e significativo para reorganização do movimento estudantil”.³⁹⁸

Mas discordo quando o sociólogo afirma que o isolamento entre os estudantes e faculdades foi rompido e o ME alcançou a tão “almejada unidade”. O momento anterior, como procurei mostrar, levava à dispersão e ao isolamento os estudantes. Entretanto, durante todo esse percurso, pude constatar a disputa das forças políticas nesse cenário, o que acarretou problemas para a pretensa “unidade” do movimento, uma vez que não existia uma disputa válida para dar uma direção ao movimento. A partir de então, o ME passa a ter um comando, uma representação, na qual a disputa das forças políticas torna-se válida e “democraticamente correta”. A pretensa “unidade” figura no movimento dentro de uma moral desejada, ou ainda em práticas específicas na luta contra o regime, como veremos, até o final da década.

Isto se evidencia, por exemplo, no episódio da “tomada do CRUSP” em agosto de 1976. Já no início do ano letivo, a Reitoria tinha anunciado o aumento de preço das refeições no Restaurante Universitário. Para lutar contra o aumento, bem como contra a má qualidade

³⁹⁵ Renato Cancian destaca a composição da primeira diretoria do DCE gestão Refazendo: Lúcia Goldstein, Vinícius Sigionelli, Vera Paiva, Geraldo Siqueira, Maria Terezinha de Figueiredo, Marcelo Garcia, Beatriz Bicudo Tibiriçá, Carlos Eduardo Massapera e Paulo Roberto Massoca (CANCIAN, Renato, *Movimento estudantil e repressão política: o ato público na PUC-SP (1977) e o destino de uma geração de estudantes*, cit., p. 77-78).

³⁹⁶ O Movimento Estudantil. Relatório DOPS, [1976]? p. 6, referência: Arquivo Público de SP: Ordem Política (OP), pasta 1198 (CANCIAN, Renato, *Movimento estudantil e repressão política: o ato público na PUC-SP (1977) e o destino de uma geração de estudantes*, cit., p. 77).

³⁹⁷ Reconstruindo o DCE. *Cobra de Vidro*, n. 3, ago. 1976, p. 7 (Arquivo: BDIC F delta 1120 (6)).

³⁹⁸ CANCIAN, Renato, op. cit., p. 79.

da comida, além da acusação de desvio de verbas pela Coordenadoria de Assistência Social da USP (COSEAS), os estudantes, liderados pelo DCE-Livre, optaram por fazer uma greve e “tomar” o CRUSP.

Esse movimento não só uniu de forma mais significativa os estudantes, como também expressou algo que era característico desse tipo de ação: uma luta específica acabava se transformando em uma de luta mais ampla contra o poder discricionário do governo.

Segundo o *Boletim* do DCE, foi decisiva a “tomada” do restaurante para criar um impasse para a Reitoria e, com isso, mostrar a força do movimento. Não restavam alternativas à Reitoria: manter o Restaurante fechado seria alimentar a crise e, por outro lado, montar um aparato policial seria um desgaste maior perante a opinião pública.³⁹⁹

Mas a movimentação na USP provocou a manifestação do DEOPS. Vários membros do DCE foram interrogados e presos. Através de relato, pode-se observar o sinal dos novos tempos: nada de torturas como outrora, mas sim “ásperos sermões que citavam o 477, ameaças de dificultar a vida profissional e interrogatórios”.⁴⁰⁰

Segundo os líderes estudantis, o movimento foi uma vitória, pois tanto os agentes da repressão como os dirigentes da universidade passaram a reconhecer o crescimento do movimento e o DCE passava a ser “a entidade representativa da luta dos estudantes”.⁴⁰¹

A luta impediu o aumento da refeição, e segundo a revista *Veja*⁴⁰² a diferença seria paga pelo governo do Estado, de acordo com as declarações do governador Paulo Egydio Martins. Além disso, segundo informe do *Boletim* do DCE, foi contratada uma nutricionista e ocorreu a volta do leite no “lanche matinal”. Esses e outros pontos acordados com a Reitoria foram cumpridos.⁴⁰³

³⁹⁹ Refazendo: construção de uma vitória. *Boletim DCE-Livre* “A. Vannucchi Leme”, n. 3, p. 4, ago. 1976 (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 41, p. 2).

⁴⁰⁰ Refazendo: construção de uma vitória. *Boletim DCE-Livre* “A. Vannucchi Leme”, n. 3, p. 4, ago. 1976 (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 41, p. 3).

⁴⁰¹ Ibidem.

⁴⁰² Educação: comendo em paz. *Veja*, de 2 ago. 1976, p. 51.

⁴⁰³ Refazendo: construção de uma vitória. *Boletim DCE-Livre* “A. Vannucchi Leme”, n. 3, p. 6, ago. 1976 (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 41, p. 3).

A julgar pelos resultados, mesmo com o “não reconhecimento” oficial da entidade pelos órgãos da universidade e do governo, o que fazia parte do jogo político dos aliados da ditadura, o DCE-Livre passou a ser considerado como interlocutor, como o órgão que representava os alunos da USP. A recriação do DCE estava consolidada.

Certamente o percurso realizado pelos estudantes da USP no caminho e consolidação de seu DCE reverberou em outras partes do país. Os relatórios do DOPS apontam que ainda em 1976 a UFRGS e a UFMG realizaram eleições livres para seus diretórios centrais. Como já apresentei, o DCE da UFMG estava aberto, com eleições indiretas⁴⁰⁴ desde 1971. Na primeira eleição livre, a chapa “Unidade” (com predominância da APML) venceu a “Alternativa de luta” com 7.951 votos.⁴⁰⁵

Na UFPE, em 1969, foram fechadas todas as entidades estudantis e reabertas no formato permitido pelo regime. Mas, diferente do caso mineiro, os grupos de esquerda se negaram a participar dessas entidades, que acabaram sendo ocupadas por “elementos que estavam mais preocupados em corresponder aos desejos da Reitoria”⁴⁰⁶. Mas, a partir de 1973, esses grupos começaram a concorrer com as primeiras chapas de oposição. O ano de 1976 tornou-se importante para o movimento dentro da UFPE, pois, apesar das eleições continuarem indiretas, houve vitória da oposição.

Na UFBA, como já informado no capítulo anterior, o ano de 1976 foi o marco da primeira eleição direta da entidade pós-68.⁴⁰⁷

A nova conjuntura política, a partir da posse do presidente Geisel, e o repensar das ações por parte da esquerda possibilitaram uma atuação maior da sociedade nos diversos movimentos, que na grande maioria nascia nesse bojo. Com o ME, não seria diferente. O período que aqui analisamos mostra distintas ações do movimento, em busca de canais para reivindicar a nova cultura política em vigor: as liberdades democráticas.

⁴⁰⁴ Desde 1969, até 1976, a diretoria do DCE da UFMG era eleita por um colegiado de 38 estudantes dos 19 cursos (*Viração – Jornal dos Estudantes da Bahia*, n. 2 -26/07/76. *Conjuntura Brasileira*, ano 2, n. 13, set./out. 1976 – Arquivo BDIC 4º P8821).

⁴⁰⁵ Ibidem.

⁴⁰⁶ Movimento estudantil: valeu essa cansaça toda? *Cobra de Vidro*, n. 3, ago. 1976, p. 9 (Arquivo BDIC F delta 1120 (6)).

⁴⁰⁷ *Viração – Jornal dos Estudantes da Bahia*, n. 2, de 26 jul. 1976. *Conjuntura Brasileira*, ano 2, n. 13, set./out. 1976 (Arquivo BDIC 4º P8821).

A reorganização das forças políticas proporcionou a reorganização do movimento, sua reestruturação. Para tanto, sentiu-se cada vez ser mais necessário organizar os canais de representação dos estudantes, numa base em que prevalecesse o senso democrático. Nesse caso, as eleições do DCE-Livre da USP foram um marco.

Mas, por que o papel da USP se destacou? Podemos dizer que o movimento uspiano sempre resistiu ao regime. Seus CAs continuaram abertos e os militantes realizando diferentes atividades no intuito de combater a ditadura. Mas, se analisarmos por esse lado, a militância da UFMG cumpriu o mesmo papel no período. A da UFBA também, centrando sua militância prioritariamente nas atividades culturais coordenadas pelo CUCA.

Mas porque ainda assim a USP se tornou o “centro irradiador” do movimento? A professora Sylvia Bassetto⁴⁰⁸, que ingressou no Departamento de História em 1964 e foi contratada como professora em 1969, forneceu-me indicações importantes para a reflexão sobre o papel de proeminência exercido pelo movimento na USP.

Segundo ela, na década de 1960, a USP era o maior e mais prestigioso centro acadêmico do país, e nela se encontrava também grande parte da intelectualidade mais combatente ao regime. A atuação desses dois atores (intelectuais/professores e estudantes), com uma agenda conjunta em defesa da universidade, não foi esmorecida por completo com a nova realidade imposta pelo AI-5.

Ainda devemos lembrar que a produção acadêmica uspiana, que propôs (e consolidou) linhas de interpretação sobre a realidade do país, levou a um debate fecundo na sociedade e, mesmo com o afastamento dos grandes professores da universidade, esse debate não desapareceu⁴⁰⁹. Ao contrário, serviu de base para novas discussões, para avaliação crítica em alguns casos, mas, sem dúvida, serviu para alimentar o próprio ME local.

⁴⁰⁸ Depoimento de Sylvia Bassetto à autora. São Paulo, em 11.05.2010.

⁴⁰⁹ Sylvia Bassetto, que substituiu Emília Viotti da Costa, quando do seu afastamento da universidade em 1969, conta que os textos produzidos durante a década continuavam a pautar as disciplinas nos anos de 1970. A própria professora, em sua disciplina de metodologia, usava uma coletânea de textos de Otávio Ianni (Depoimento de Sylvia Bassetto à autora. São Paulo, em 11.05.2010).

Daniel Pécaut afirma que os intelectuais, nesse momento, se constituíram como atores políticos em São Paulo, e não no Rio de Janeiro⁴¹⁰, devido à “solidez” das instituições intelectuais paulistas⁴¹¹, que se juntavam com a intensidade dos movimentos sociais, e o papel renovador do MDB local (enquanto o MDB carioca era “máquina eleitoral comprometida com o regime”).⁴¹²

Sylvia Basseto relembra que, durante os anos de 1970, mesmo sem ter uma agenda comum, como na década anterior, alguns professores ajudavam nas atividades do movimento. Mas salienta também que eram uma minoria os que estavam contra a articulação dos estudantes, que agiam contra: “a grande maioria ficava mesmo reservada”.⁴¹³

Considero, no entanto, que mesmo com o papel proeminente da USP como “centro irradiador” das lutas do ME, os desdobramentos regionais foram muito importantes. O processo do ME da UFBA, que levou paralelamente ao mesmo caminho, exerceu uma influência em nível nacional, principalmente na reorganização do movimento no Nordeste do país, como vimos e veremos novamente no próximo capítulo.

A estruturação dos DCEs e mesmo das entidades de base foram ponto de partida para ampliação da luta. Assim, depois de um ano agitado como o de 1975, o ME pôde se organizar e, finalmente, em 1977, sair às ruas para protestar.

Oito anos de espera se passaram para que o movimento estudantil pudesse voltar às ruas. Nesse meio tempo, o percurso do ME, sinuoso e às vezes “sem visibilidade”, marcado por recuos, espera e pequenos avanços, fortaleceu o movimento, que pôde voltar à cena pública como o primeiro ator político a sair às ruas e protestar contra o governo, abrindo caminho para que os demais grupos pudessem fazer o mesmo.

⁴¹⁰ Cabe referir que não desconsidero a grande contribuição de institutos como o IUEPRJ, que também tiveram papel preponderante na luta contra o regime.

⁴¹¹ O sociólogo francês remete o papel que o “Seminário sobre Marx”, organizado pela primeira vez em 1958 por Fernando Henrique Cardoso e José Arthur Giannotti, desempenhou, preparando uma ruptura com a hierarquia da USP e suas disciplinas, o que acarretou numa mudança determinante na orientação das Ciências Sociais nos anos subsequentes (PÉCAUT, Daniel, *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*, cit., p. 217).

⁴¹² PÉCAUT, Daniel, op. cit., p. 308.

⁴¹³ Depoimento de Sylvia Basseto à autora. São Paulo, em 11.05.2010.